



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

VANDA MARTINS DOS SANTOS

A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DO ENVELHECIMENTO:
REPRESENTAÇÕES DE TRABALHADORES DE UMA INDÚSTRIA
PETROQUÍMICA SOBRE A APOSENTADORIA

Salvador
2009

VANDA MARTINS DOS SANTOS

**A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DO ENVELHECIMENTO:
REPRESENTAÇÕES DE TRABALHADORES DE UMA INDÚSTRIA
PETROQUÍMICA SOBRE A APOSENTADORIA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Universidade federal da Bahia – UFBA como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientação: Prof^a. Dr^a. Alda Britto da Motta.

Salvador
2009

-
- Santos, Vanda Martins dos
S237 A constituição subjetiva do envelhecimento: representações de trabalhadores de uma indústria petroquímica sobre a aposentadoria. / Vanda Martins dos Santos. – Salvador, 2009.
155f.;
Orientador: Prof. Dra. Alda Britto da Motta
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.
1. Aposentadoria. 2. Corpo. 3. Envelhecimento. 4. Trabalho. I. Motta, Alda Britto da. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Vanda Martins dos Santos

**A Constituição Subjetiva do Envelhecimento:
Representações de Trabalhadores de uma Indústria
Petroquímica sobre a Aposentadoria**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e aprovada, em 16 de julho de 2009, pela Comissão formada pelos professores:



Profa. Alda Britto Motta (UFBA)
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia



Profa. Cecília Maria Bacellar Sardenberg (UFBA)
Doutora Em Antropologia pela Boston University



Profa. Iracema Brandão Guimarães (UFBA)
Doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo

Aos meus filhos Alan e Bruno, pelos desafios
impostos à minha condição de mãe aprendiz
na academia da maternidade.

Ao meu Marido Luiz Roberto, pela
cumplicidade e apoio incondicional à minha
trajetória acadêmica e sua força nos meus
momentos de fraqueza.

A todos os meus amigos pela demonstração
de carinho e admiração pela minha decisão
em refazer o meu caminho.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ - Brasil pelo apoio financeiro através da bolsa auxílio durante a primeira etapa da pesquisa que teve a duração de 01 ano.

Minha orientadora, Prof^a Alda Motta, por sua disponibilidade e paciência ao acolher os meus anseios teóricos e metodológicos.

À PETROBRÁS, FAFEN-BA que apoiou o meu projeto de pesquisa e não colocou restrições para a realização deste estudo em suas instalações.

À Valcimary, assistente social e minha querida amiga, pelo seu apoio, carinho e por abraçar este projeto com especial atenção, possibilitando assim, a minha permanência nas instalações da FAFEN-BA.

À Manuela Andrade, assistente social da FAFEN- BA, pelo carinho, atenção e acolhimento durante as minhas visitas na fábrica.

A toda a equipe do setor de Recursos Humanos da FAFEN - BA pela colaboração e confiança depositada no meu trabalho de pesquisa.

Aos homens e mulheres participantes deste estudo, pela generosa contribuição em dedicar parte do seu tempo a nossas entrevistas e conversas informais que possibilitaram a elaboração desse trabalho, pois sem as suas participações seria impossível a realização desta pesquisa.

*Eu não tinha este rosto de hoje,
Assim calmo, assim triste, assim magro,*

Nem estes olhos tão vazios,

Nem o lábio amargo

Eu não tinha estas mãos sem força,

Tão pálidas e frias e mortas;

Eu não tinha este coração

Que nem se mostra.

Eu não dei por essa mudança,

Tão simples, tão certa, tão fácil:

Em que espelho ficou perdida a minha face?

Cecília Meireles

“Retrato”

In: Flor de poemas

RESUMO

O processo de preparação para aposentadoria pode estar vinculado à perda do lugar social atribuído ao sujeito, categorizado pela sociedade contemporânea como sujeito jovem, saudável e produtivo. O presente estudo teve por objetivo a problematização da velhice a partir da identificação do corpo físico enquanto mediador das relações sociais no mundo do trabalho e depositário dos conteúdos subjetivos do indivíduo que está envelhecendo. Neste aspecto, considera-se que as dimensões psicossociais do processo subjetivo do envelhecer envolvem as percepções sobre o corpo e participam da construção da identidade do sujeito. Para tanto, foram analisadas as percepções sobre a velhice de um grupo de homens e mulheres que trabalham em uma organização petroquímica e participaram do programa de preparação para a aposentadoria oferecida por essa empresa. O método de investigação envolveu a análise qualitativa de conteúdo descritivo, e utilizou entrevista semidirigida envolvendo questões relacionadas aos temas aposentadoria, trabalho, envelhecimento e corpo. Fizeram parte deste estudo 20 trabalhadores, dos quais 13 mulheres, na faixa etária entre 49 e 55 anos com formação escolar diversificada. Para processar os dados coletados foram transcritas as anotações das falas dos trabalhadores e trabalhadoras e elaborados quatro agrupamentos norteadores, definidos os indicadores e analisado o seu conteúdo. Os principais resultados indicam uma possível relação da aposentadoria com o corpo que está envelhecido. O corpo que não serve mais para o trabalho é aposentado. Do mesmo modo, identifica-se o estranhamento do trabalhador em relação ao corpo do não-trabalho, pois ele não sabe o que fazer quando este lhe é devolvido. Este estudo aponta para descompasso entre a ideologia de juventude que sedimenta as bases da sociedade contemporânea e o prolongamento da vida, que é perpretado pelo desenvolvimento tecnológico.

Palavras – chave: Aposentadoria – Corpo – Envelhecimento – Trabalho- Gênero.

ABSTRACT

The preparation process for retirement can be linked to the loss of the social place attributed to the subject, classified by the contemporary society as subject young, healthy and productive. The present study had for objective the problematic of the old age starting from the identification of the physical body while mediator of the social relationships in the world of the work and receiver of the individual's subjective contents that it is aging. In this aspect, is considered that the dimensions psychosocials of the subjective process of aging involve the perceptions on the body and they participate in the construction of the man's identity and of the woman. For so much, the perceptions were analyzed on the old age of a group of men and women that work in a petrochemical organization and they participated in the preparation program for the retirement offered by that company. The investigation method involved the qualitative analysis of descriptive content, and it used half guided interview involving subjects related to the themes retirement, work, aging. They made part of this study 7 men and 13 women, in the age group among 49 and 55 years with diversified school formation. To process the collected information the annotations of the workers' speeches and workers they were transcribed and elaborated four groupings guiding, defined the indicators and analyzed the content. The main results indicate a possible relationship of the retirement with the body that is aged, because the body is retired when it doesn't serve more for the work. In this sense, it happens the worker's be astonished in relation to the body of the no-work and he doesn't know what to do when this it is returned him/her. This study appears for the different old ages lived by the men and for the women and the dichotomy among youth's ideology that silts up the bases of the contemporary society and the prolongation of the life, that is perpetrated for the technological development.

Keywords: Aging – Body – Gender – Job - Retirement

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Conversão de tempo de atividade para aposentadoria.....	41
Tabela 2: Conversão de tempo de atividade sob condições especiais.....	42
Tabela 3: Dados sociodemográfico dos participantes da pesquisa.....	80
Tabela 4: Trabalhadores por sexo, idade e estado civil.....	85
Tabela 5 : Características dos trabalhadores por área de atuação na empresa.....	88
Tabela 6: Trabalhadores por sexo, escolaridade e renda.....	91
Tabela 7: Trabalhadores por cargo, renda e tempo de serviço.....	92
Tabela 8: Representações sobre o envelhecimento.....	112
Tabela 9 : Representações sobre o corpo.....	124
Tabela 10: Representações sobre o trabalho.....	134
Tabela 11: Representações sobre a aposentadoria.....	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – DEFININDO AS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	28
Falando sobre a centralidade do trabalho	28
Esclarecendo sobre a aposentadoria	35
Fazendo os cálculos.....	39
Preparação para a aposentadoria	43
Conhecendo um modelo de PPA	45
Uma questão de gênero	48
Sobre as representações coletivas e as representações sociais	54
CAPÍTULO II - O ITINERÁRIO METODOLÓGICO DA PESQUISA	63
Uma fábrica de muitas histórias	63
A escolha dos sujeitos da pesquisa.....	68
A técnica e a coleta dos dados.....	72
Sobre a sistematização dos dados.....	75
CAPÍTULO III - VERIFICANDO OS RESULTADOS	77
Perfil sociodemográfico dos participantes	79
Sexo, estado civil e idade.....	82
Escolaridade, renda e tempo de serviço na empresa.....	90
CAPÍTULO IV - UMA VIDA DE TRABALHO: UM CORPO SEM LIMITES.....	95
De qual velhice estamos falando?.....	109
Um corpo de classe: Identidade e subjetividade	113
Velhice, gênero e aposentadoria: Que corpo é esse?.....	125
O ponto de chegada: Envelhecer....Certamente.....	141
COMENTÁRIOS FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	148
APÊNDICE.....	155

INTRODUÇÃO

O tema envelhecimento, por si só, nos remete a uma infinidade de reflexões, que, em última análise, dizem respeito ao que é o ser humano e às vicissitudes da sua existência.

O interesse pelo estudo do envelhecimento humano remonta à minha trajetória profissional na área de medicina estética, quando trabalhei com a distribuição comercial de produtos cosmecêuticos (produtos de beleza com status de medicamento) de duas indústrias, uma espanhola e outra brasileira, e atuava na visitação de médicos dermatologistas e cirurgiões plásticos.

Também atuei ministrando treinamento para a utilização destes produtos, tanto aos médicos quanto aos profissionais que atuavam em clínicas de estética. Nessa ocasião, aproximadamente há dez anos, pude observar em pessoas por nós consideradas biologicamente jovens, ou seja, não apenas a idade maturacional do corpo com características de corpo jovem, como também a pouca idade, em torno de vinte a quarenta e cinco anos, sobretudo as mulheres, a preocupação em retardar os efeitos do envelhecimento no corpo físico.

Posteriormente a esse período profissional, no ano de 2004, desta vez como aluna especial da pós-graduação em ciências sociais, foi possível aprofundar os estudos sobre a sociologia do envelhecimento. Nessa oportunidade, obtive esclarecimentos sobre a construção social da velhice, e pude compreender a maneira pela qual os ideais de juventude disseminados em nossa sociedade excluem socialmente aqueles que são considerados velhos.

Entretanto, não estando satisfeita apenas com a perspectiva sociológica do envelhecimento, pois considerava a questão da subjetividade humana como fundamental para debatermos esta temática, percebi a necessidade de compreender

a dinâmica psíquica do sujeito considerado velho pela sociedade, o que me levou a estudar psicologia no curso de graduação da Universidade Salvador - UNIFACS, e a estarmos aqui, agora, dialogando sobre este tema tão fascinante quanto instigador.

No ano de 2005, já como graduanda do curso de Psicologia, comecei o curso de Pós-Graduação em Psicologia Organizacional e do Trabalho, oportunidade em que tive a grata surpresa de reencontrar a Sociologia do Trabalho através da Prof^a. Graça Druck, o que me despertou para a articulação entre o trabalho e o envelhecimento como objetos de estudo.

Vale aqui ressaltar que desde o final da minha trajetória no curso de graduação em Licenciatura em Ciências Sociais, em 1990, estava afastada dos Colóquios Acadêmicos, pois havia enveredado pelos caminhos do empreendedorismo.

No ano de 2006 escrevi a minha Monografia de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Organizacional e do Trabalho sobre o Programa Preparatório para Aposentadoria oferecido pela Petrobrás aos seus funcionários que estão próximos à aposentadoria. Nesse período, o meu interesse pelo tema da Aposentadoria foi bastante instrumental, pois, havia o interesse da Petrobrás em pesquisar o tema e isto facilitaria a minha inserção no campo de pesquisa, sobretudo, a possibilidade de participar das Atividades do Programa, o que de fato aconteceu nos anos de 2006 e 2007.

A minha participação como observadora nas atividades do PPA - Programa de Preparação para Aposentadoria foi decisiva para o meu encantamento, tanto com o tema quanto com os participantes do Programa, ou seja, os trabalhadores que estavam se preparando para sair do mundo do trabalho.

A monografia de conclusão de curso supracitada teve por objetivo identificar a representação social da aposentadoria para os trabalhadores próximos à aposentadoria e aposentados, participantes ou não do programa de preparação para aposentadoria. Envolveu a análise numa dimensão qualitativa, coletadas através da identificação da percepção dos trabalhadores sobre o processo de aposentadoria e o programa de preparação para a aposentadoria, realizado pela Petrobrás.

Os principais resultados analisados naquele trabalho indicam que de acordo com o ponto de vista dos trabalhadores que estão próximos à aposentadoria e que participaram do PPA, a aposentadoria tem o significado positivo de finalização de

uma etapa do trabalho que contempla o sentimento de vitória e sucesso, sobretudo pela compensação financeira pelos anos de trabalho.

Na citada pesquisa, as categorias que emergiram após análise dos resultados referem-se ao *COROAMENTO*, *COMPENSAÇÃO*, *PRÊMIO*, *BONIFICAÇÃO* e podem indicar a idéia da aposentadoria como uma conquista, por merecimento, pelos anos de dedicação do seu tempo ao trabalho. Neste aspecto, pode-se dizer que a sujeição do trabalhador às imposições do modo de produção capitalista, de acordo com Bourdieu (1998), seria suportada pelo trabalhador como temporária, semelhante a um *PROJETO* a ser executado, mas, com tempo certo para a sua finalização e com gratificação garantida.

Entretanto, dentre as questões que mais despertaram a minha curiosidade, destaca-se a constatação de que esses trabalhadores podem se aposentar com idade bastante inferior aos demais trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, devido ao benefício social da Aposentadoria especial concedida aos trabalhadores (as) que atuam em ambientes insalubres e perigosos. Visto que, foi por mim observada uma forte identidade, principalmente nos homens, tanto com o trabalho quanto com a Petrobrás. Muitos deles, chegaram a se emocionar e ficaram chorosos durante as atividades do referido programa, quando isto foi aventado como uma proximidade na linha do tempo.

Do mesmo modo, apesar de estarem na faixa etária definida como fase adulta (entre 45 e 59 anos), o discurso desses trabalhadores faz referência ao corpo como um elemento inadequado para a continuidade do trabalho, pois se sentem “velhos” para executarem as mesmas atividades que executavam quando eram “jovens”.

Diante destas observações, fiquei me indagando sobre a preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento e suas ações que visam promover a idéia de velhice bem sucedida. Do mesmo modo, observei que o trabalhador participante de um programa, que tem por objetivo a preparação para a aposentadoria, define a velhice como a incapacidade para o desempenho nas tarefas no trabalho, mesmo que seja perfeitamente capaz de realizar atividades de outra natureza.

Indubitavelmente, o discurso sobre o envelhecimento da população tem suscitado aos estudiosos sobre o tema (Debert, 1994; Britto da Motta, 2002), certa cautela ao precisar o conceito de velhice, pois há dificuldade em definir quando ela começa, assim como, quais os sujeitos que podem ser denominados velhos, de modo que os marcos biológicos para o envelhecimento humano são cada vez mais indissociáveis dos aspectos sociais, sem contar a influência que estes têm sobre aqueles.

Com o intuito de compreender as relações de base que são estabelecidas nos binômios Trabalho/Aposentadoria e Corpo/Velhice, foi identificada neste estudo a necessidade de esclarecer algumas questões sobre a Velhice, Aposentadoria, Trabalho e Corpo, tanto quanto os conceitos necessários para a compreensão do tema debatido, como, por exemplo, as representações do envelhecimento na perspectiva do sujeito (na condição de gênero) que irá se aposentar.

A pesquisa em ciências sociais deve permitir a articulação entre a teoria e o empírico, na medida em que se propõe a compreender uma determinada realidade. Para tanto, torna-se necessário a escolha de critérios que possibilitem a atuação objetiva do (a) pesquisador(a), sem que para isso tenha que neutralizá-lo (a) da investigação social a fim de que ela se aproxime da “verdade pura”.

De qualquer modo, recortar uma realidade e analisá-la indica uma construção histórica, de maneira que o objeto de pesquisa necessariamente envolverá uma realidade específica, em um determinado momento e sob enquadramento específico. Ao mesmo tempo, a escolha do objeto de pesquisa é pessoal e a análise e entendimento dos fatos serão desenvolvidos a partir da visão de mundo do (a) pesquisador (a) ou da linha de pesquisa adotada.

Portanto, os fenômenos sociais têm diferentes leituras, de acordo com o olhar do pesquisador (a), sendo então esse processo denominado “interpretação”.

A título de ilustração das considerações acima, cito, por exemplo, o processo de industrialização no século XIX e o conseqüente surgimento do proletariado urbano que evidenciou a luta entre as classes dentro de um contexto político conflitante em que a aristocracia conservadora questiona o acesso ao poder político da burguesia industrial, e a vida social está dissociada em dois setores: a economia política e a economia social.

A sociologia nasce dentro desse cenário como uma disciplina que se diferencia das demais, sobretudo a economia, por definir como seu objeto a crise social das sociedades européias do séc. XIX, ou, dito de outro modo, a investigação do que se denomina “problemas sociais”.

As representações pré-estabelecidas do objeto de estudo do sociólogo, que interferem na forma de concebê-lo e defini-lo, será um dos grandes desafios da pesquisa sociológica no que diz respeito à investigação de problemas sociais, pois, estes são constituídos em todos os instrumentos que formam a visão corrente do mundo social, (sejam eles organismos ou regulamentações ou categorias de percepção e pensamento) e estão encarnados de maneira bastante realista nas populações que enfrentam o problema, de modo que terminam por comandar as condições de observação, e, portanto, as explicações dos fenômenos estudados pelo sociólogo.

Várias leituras das ciências sociais foram contempladas ao longo da sua existência e os seus objetos de estudo surgiram a partir de olhares diferenciados. Toma-se, por exemplo, o principal questionamento de Weber relacionado à existência de uma ciência objetiva, ou seja, sem o crivo do julgamento de valor que é pessoal e subjetivo, que possa explicar as obras humanas que são carregadas de valores. Como seria possível formular julgamentos de fato, que sejam universalmente válidos, a propósito de obras que se definem como criações de valores?

A reflexão filosófica e epistemológica de Weber, por exemplo, busca responder a esta questão a partir da distinção entre o julgamento de valor e a relação com os valores: o primeiro consiste em uma afirmação moral ou vital manifestada por uma personalidade e que poderá não ser aceita por outras pessoas; o segundo, a relação com os valores, não há formulação de julgamento de valores, mas a relação entre os valores e o conhecimento objetivo, em suma, é um procedimento de seleção e organização da ciência objetiva. Seguindo estes conceitos, fica fácil compreender a proposição de que toda ciência histórica e social representa um ponto de vista parcial, portanto, não dá conta de prever a totalidade dos acontecimentos. Outro ponto importante a ser considerado é que tanto a seleção quanto a construção do objeto da ciência depende das questões propostas

pelo observador, por isso, os resultados científicos devem ser obtidos a partir de uma escolha subjetiva, porém, por procedimentos sujeitos à verificação.

A ciência racional valorizada por Max Weber apresenta dois pontos cruciais que orientam o significado e alcance da verdade científica: o primeiro deles é a objetividade, definida pela validade da ciência para todos e pela rejeição dos juízos de valor; por último, o não-acabamento essencial, ou seja, é sempre possível ir mais longe na análise, o conhecimento é uma conquista que nunca chega a seu termo e é impossível conceber uma sociologia acabada, pois o seu fim só seria possível se também o devenir humano chegasse ao fim. Portanto, seria necessário que a humanidade perdesse a capacidade de criar para que a ciência do ser humano fosse definitiva.

Contudo, essa idéia de renovação das ciências, sobretudo a ciência histórica, não põe em risco o conceito de validade universal da ciência, que envolve a não contaminação da pesquisa com os juízos de valor do cientista, ao contrário, as questões legitimamente orientadas pelos interesses e valores do cientista devem ter respostas universalmente válidas. Neste aspecto, observa-se que as características das ciências da história e da sociedade analisadas por Weber se distinguem das ciências naturais nos seguintes pontos: a compreensão; a historicidade e orientação para a cultura.

Para Weber, diferentemente das ciências naturais, em que a compreensão tem o sentido de entendimento e não acontece de forma mediata, ela passa por intermediários – conceitos ou relações; nas ciências sociais, no caso da conduta humana, a compreensão é, em certo sentido, imediata, pois vem do fato dos homens e mulheres ser dotados de consciência. Porém, isto não quer dizer que o (a) cientista social não necessite recorrer a textos e documentos que corroborem suas interpretações, nem mesmo implica uma faculdade misteriosa exterior ou superior à razão ou aos processos lógicos das ciências, visto que, para o (a) sociólogo (a), o sentido subjetivo é, ao mesmo tempo, imediatamente perceptível e complexo.

Com relação ao pensamento de Durkheim sobre as ciências sociais, sua grande indagação motivadora foi saber como o indivíduo se torna autônomo e mantém o vínculo de dependência com a sociedade, sendo, desta forma, quanto mais individual, mais coletivo. Na verdade, para decifrar este enigma Durkheim fez uso de toda a sua objetividade para estudar cientificamente um fenômeno social, isto

é, investigando a partir do meio externo a maneira pela qual os estados de consciência, que não são perceptíveis diretamente, pudessem ser reconhecidos e compreendidos. Desse modo, Durkheim abrirá mão da filosofia quando cria o método objetivo e fala da neutralidade científica.

No ponto de vista de Bourdieu (2004) o grande obstáculo epistemológico do sociólogo é sua proximidade com o objeto social, que por sua vez ofusca a distinção entre a percepção do objeto e a ciência propriamente dita. Em oposição às ciências sociais, a física, por exemplo, indica que a separação entre o objeto e o pesquisador exprime-se claramente por uma oposição entre o laboratório e a vida cotidiana, posto que, não se poderia tomar por parâmetro para as ciências sociais a mesma linguagem e noções comuns às ciências naturais, sob pena de comprometer a própria relação do cientista social com o seu objeto. A esse respeito, retomarei este tema mais adiante, quando tratar da técnica de pesquisa.

Observa-se, então, que as várias interpretações sobre as ciências sociais, principalmente a sociologia, são determinadas pelo paradigma fundante da sua época, ainda que isto pudesse desencadear a superação dos seus próprios axiomas. Assim sendo, o paradigma funcionalista criou o relativismo, a fragmentação da realidade, que diz só ser possível compreender o outro a partir do conhecimento do contexto em que ele está inserido. Do mesmo modo, a perspectiva funcionalista também quebra o paradigma evolucionista (Kuhn, 1992), quando afirma que cada época tem o seu tempo histórico e que o tempo não é linear nem universal destitui a base do pensamento evolucionista que considera o tempo absoluto e linear.

As considerações acima acerca das ciências sociais estão na base do processo de discussão da ciência moderna que perpassa a questão da metodologia científica. Para Weber (1992), o método sociológico é objetivo, ou seja, a realidade é objetiva, portanto, quantificável. Nesta perspectiva o autor tenta a aproximação das ciências sociais com as ciências naturais, na medida em que tenta controlar variáveis e utiliza uma metodologia qualitativa corroborada pelos dados quantitativos da tese central do seu estudo, ou seja, a análise dos documentos históricos suporta as análises dos objetos em estudo.

Com uma dupla abordagem metodológica, da suspeição e da recuperação, o sociólogo Santos (1989) propõe uma delimitação da forma de conhecimento. Para

tanto, empreende uma crítica sistemática à ciência moderna, cujas práticas de conhecimento engendram a sociedade e o mundo. Para esse autor, a verdade é o resultado de convencimento dos vários discursos de verdade presentes e em luta, enquanto as lutas de verdades se dão como discurso argumentativo. De modo que o saber científico abre-se a outros (pela via do pragmatismo e da retórica), possibilitando a segunda ruptura epistemológica (que supera a ciência distinta do senso comum num conhecimento prático esclarecido).

A dupla ruptura epistemológica é uma estratégia científica adequada à fase de transição paradigmática nesta concepção exteriorizante da ciência, uma vez que: "*O que se pretende é um novo senso comum com mais sentido, ainda que menos comum.*" (SANTOS, 1989, p. 150).

Do ponto de vista de Santos (1989), Só a concepção pragmática da ciência rompe com a circularidade da teoria, uma vez que, como concepção pragmática da verdade do conhecimento científico, trabalha a partir do processo intersubjetivo da prática científica, que se justifica teórica e socialmente pelas conseqüências produzidas na sociedade em geral e na comunidade científica.

O conhecimento científico produzido é aplicado fora da comunidade científica em vários contextos sociais. Esse conhecimento científico produzido pela comunidade científica na sociedade moderna é o fator de maior desequilíbrio e contradição, por transformar alguns grupos sociais em sujeitos sociais e outros grupos em objetos sociais. A aplicação técnica é a forma e a verdade social da ciência moderna, do conhecimento científico ancorado na primeira ruptura epistemológica (entre senso comum e ciência). Não se adequa, assim, à forma de conhecimento ancorada na dupla ruptura epistemológica, que é a forma transicional da ciência pós-moderna.

Sem a pretensão de aprofundarmos a discussão ciência moderna X Ciência Pós-Moderna, tão somente pontuá-la como um debate importante na atualidade, retomamos agora o tema deste estudo, que está concentrado no envelhecimento sob a perspectiva do sujeito que está se preparando para a aposentadoria.

Este objeto de pesquisa se constitui como uma questão social, na medida em que pode variar de acordo com a época e o lugar e desaparecer quando ainda subsistem os seus fenômenos. Ao mesmo tempo, uma questão social pode ser

analisada por vários ângulos, como é o caso da velhice, que abrange questões de diversas naturezas (envelhecimento da população, a pobreza ou dependência, relações de gênero e entre gerações no trabalho e na aposentadoria). Entretanto, observa-se que, por ser uma categoria aparentemente “natural” e “evidente” isto tem se configurado como obstáculo à sua constituição como uma questão social, assim como interfere na sua delimitação como objeto de pesquisa pelo sociólogo.

O mundo social é classificado a partir de princípios referentes a fundamentos sociais, e os critérios de classificação dos indivíduos no espaço social são estabelecidos a partir de um trabalho social de produção das populações, elaborado por diferentes instituições e agentes especializados (portanto, referendados socialmente) que fazem uso de estigmas relacionados, por exemplo, ao sexo e a idade, sem levar em consideração as implicações sociais oriundas dessa classificação.

Compreende-se então, que as categorias distinguidas pela idade não originariam grupos sociais na acepção plena do termo, porque os indivíduos apenas passam por essas fases, não se prolongando nelas, e aí então tais grupos não poderiam ser definidos apenas em termos de idade, mas se considerando direitos, deveres, posições, etc., atribuídos a cada grupo de idade ou a cada geração. Além de que a dinâmica de condição de idade com outras situações/relações também deve ser considerada.

Apesar disso, aponta-se para o fato de que sempre haverá indivíduos classificados em grupos de idade e entre gerações. Dito de outro modo, de acordo com a época e a sociedade, determinado segmento da população terá maior ou menor importância socialmente atribuída, sendo, então, visto de forma bastante diferenciada.

Isto nos remete à noção de “envelhecimento demográfico”, e à indagação sobre quais seriam os critérios utilizados para tal caracterização, uma vez que a definição social das idades é modificada de acordo com a composição da população e a definição do que seriam as necessidades sociais do momento. Portanto, a idade dos indivíduos não pode ser tratada fora do contexto no qual ela é constituída, e, ainda, a definição social da idade resulta de uma luta que envolve diferentes gêneros e gerações. (LENOIR, 1983).

De acordo com Lenoir (1983), a classificação em termos de idade está sujeita a manipulação, na medida em que é questionada a definição dos poderes relacionada às diferentes etapas do ciclo da vida, onde a extensão e fundamento do poder irão variar de acordo com as necessidades específicas (de cada faixa etária) na luta entre gerações. O que se constitui como objeto de pesquisa para o sociólogo será a análise dos agentes envolvidos nesta luta, as armas e estratégias utilizadas, considerando não apenas as relações de força entre as classes sociais e as gerações, mas, também, as representações dominantes que legitimam a definição social de uma faixa etária.

Ainda de acordo com o autor supracitado, as classificações por idade resultam do antagonismo latente que caracteriza a disputa entre as gerações, onde cada um reivindica seu lugar ao sol, demonstrando, desse modo, que a idade não é um dado natural, portanto, não se pode traçar uma linha para estabelecer com precisão em que momento da vida começa a velhice. Deste modo, o objeto de estudo da sociologia da velhice não consiste em definir quem é velho nem fixar a idade quando a velhice começa, mas, descrever o processo através do qual os indivíduos são socialmente designados como velhos.

A problematização deste estudo sobre o envelhecimento diz respeito à velhice da classe operária, que surgiu como uma questão social dentro de um contexto político favorável à sua articulação enquanto categoria de análise. Seguindo este caminho, percebe-se que a aposentadoria está sendo um tema recorrente nos círculos de debates relacionados às questões do mundo do trabalho, principalmente no que diz respeito à necessidade da preparação para uma etapa de vida posterior à saída do mundo do trabalho.

Por outro lado, também é importante referir-se ao envelhecimento como uma problemática social, na medida em que se configura como uma expressão das condições materiais de vida, engendradas pelas relações de produção e reprodução social sob a lógica do capital, portanto, resultante da forma produtiva da sociedade.

Assim, a lógica expansionista do capital define as formas de desvalorização do trabalhador envelhecido, bem como a pseudovalorização de uma parcela deles, como, por exemplo, as iniciativas de proteção social que visam a ocupação do “tempo livre” dos aposentados, com atividades de lazer, educação e cultura como medidas de inserção social são resultantes de um movimento contraditório: por um

lado as lutas sociais em torno do envelhecimento e as reivindicações que vão além das necessidades de sobrevivência, tais como direitos sociais e participação na gestão da política; do outro lado a lógica expansionista do capital que absorve, recria e transforma as demandas em espaços de reprodução social em escala ampliada.

Na sociedade capitalista, a questão social é indissociável do trabalho “livre”, do sistema de exploração capitalista, da expropriação não apenas dos meios de produção, mas também do tempo de vida do trabalhador, de suas necessidades submetidas e subordinadas às necessidades de valorização, de expansão do capital.

Neste sentido, considera-se que o trabalho ocupa importante parcela da vida do trabalhador e organiza a sua existência também fora dele. O distanciamento do trabalho pode caracterizar, para o (a) trabalhador(a), sobretudo para aqueles (as) que dedicaram a maior parte da sua vida a uma única organização, o sentimento de vazio existencial.

Do mesmo modo, compreende-se que o processo de aposentadoria faz interface com o envelhecimento na medida em que tanto um quanto o outro são elementos importantes na percepção que o (a) trabalhador (a) tem de si mesmo no momento da sua ruptura com o mundo do trabalho. Assim, é visível o pressuposto de que a aposentadoria está intrinsecamente relacionada às interpretações sociais da velhice, que, por sua vez, dizem respeito às expectativas da sociedade, que envolvem o sujeito jovem e produtivo.

Portanto, a fim de verificar o pressuposto acima referido esta pesquisa busca identificar as representações dos (as) trabalhadores (as) que estão próximos à aposentadoria sobre o envelhecimento e a saída do mundo do trabalho, tanto quanto, as especificidades de gênero no que se refere a tais questões.

Vale aqui repetir que, para Durkheim (1978), as representações coletivas têm uma realidade própria que não se confunde e nem pode ser explicada apenas pelas características individuais do ser humano. O poder de engendramento das representações coletivas com os elementos sociais permite que ocorra tanto atração quanto exclusões mútuas que poderão formar diferentes sínteses e novas representações e isto confere à estrutura social um caráter dinâmico.

No meu modo de ver as representações sociais, tomo de empréstimo a definição de Moscovici (2005), que conceitua as representações como conjuntos de conceitos, imagens, afirmações e explicações a respeito de um objeto do conhecimento, que se constituem a partir do desenrolar das comunicações entre os indivíduos, mobilizando as pessoas em torno de uma conduta comum, sendo elemento básico para a constituição da visão de mundo num determinado grupo social.

Neste aspecto, a despeito das controvérsias que cercam o presente conceito, eu diria que a noção de representação que melhor se adequaria ao meu objeto de pesquisa se aproxima mais da sociologia compreensiva de Weber, quando ele entende a importância de compreender o significado da ação humana, do que das representações coletivas de Durkheim. Por outro lado, metodologicamente, me sinto bastante confortável com as considerações de Bourdieu (1999), sobretudo quando o autor fala sobre o *habitus*.

Como nos diz Bourdieu (1990: 39). “noções como a de *habitus*, de senso prático, de estratégia, estão ligadas ao esforço para sair do objetivismo estruturalista sem cair no subjetivismo”. Dito em outras palavras, agimos em função do *habitus*, que orienta nossas ações, entretanto, seguindo as estratégias internas próprias a determinada sociedade, os homens são capazes de subverter as normas vigentes de uma configuração social, que são as “exterioridades interiorizadas”, e as estruturas de uma sociedade elaboradas de acordo com as práticas individuais. Para se compreender um *habitus* de um indivíduo, é preciso analisar sua trajetória individual e de classe, ao mesmo tempo em que a história do ambiente em que vive.

É propriamente este “senso de jogo” capaz de orientar o homem em suas estratégias individuais no interior de estruturas, que define o *habitus* como uma estrutura estruturada que se faz estruturante. Dito com outras palavras, Bourdieu compreende que os atores sociais estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais, têm a posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo etc.) e o *habitus* de cada ator social condiciona seu posicionamento espacial e, na luta social, identifica-se com sua classe social. O referido autor afirma que para o ator social tentar ocupar um espaço é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo social e que esteja disposto a lutar (jogar).

Nas sociedades capitalistas as alavancas mais eficientes de distinção são as posses de capital econômico e de capital cultural. Logo, os sujeitos ocuparão espaços mais próximos quanto mais similar for a quantidade e a espécie de capitais que detiverem. Em contrapartida, os agentes estarão mais distantes no campo social quanto mais díspar for o volume e o tipo de capitais. Assim, pode-se dizer que a riqueza econômica (capital econômico) e a cultura acumulada (capital cultural) geram internalizações de disposições (*habitus*) que diferenciam os espaços a serem ocupados pelos sujeitos. Dessa forma, portadores de um *quantum* de capital de diversas naturezas, seja ele capital cultural, capital social, capital político, capital artístico, capital econômico etc., estão a contestar ou a aceitar certas diretrizes que redefinam as bases da sociedade. É o que explica Bourdieu:

...Sem dúvida, os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conserva. (1987: 8).

O *habitus* é uma forma de disposição a determinada prática de grupo ou classe, ou seja, é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que gera estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social.

Com o intuito de clarear o meu recorte metodológico e definir melhor o meu problema de pesquisa, proponho um enfoque de gênero quando se discute sobre trabalhadores e trabalhadoras da indústria petroquímica em suas relações de trabalho e no trabalho. Esta escolha reveste-se de significativa importância pelo fato de definir o sujeito da pesquisa e delimitar tanto o contexto quanto o seu lócus. Neste caso, a figura da mulher associada às especificidades do trabalho na indústria petroquímica, dentre as quais a masculinização da tarefa, tanto quanto à aposentadoria, poderá trazer à tona algumas questões de gênero no que diz respeito às diversas formas que caracterizam a velhice na contemporaneidade.

Assim, dentre as questões mais salientes deste estudo está o fato de que a velhice do homem não é vista e nem vivida da mesma forma que a velhice da

mulher, bem como, os seus corpos são percebidos socialmente sob diferentes perspectivas, na vida cotidiana e no trabalho.

Deste modo, tomo por unidade de análise a consideração de que a partir da imagem que o sujeito (na condição de gênero) tem em relação ao seu corpo, será possível identificar de que maneira ele/ela constitui subjetivamente o seu envelhecimento e o significado da aposentadoria enquanto exclusão do processo produtivo da sociedade, assim como as suas implicações.

Portanto, penso que esta questão pode ser evidenciada nos modos pelos quais o corpo opera como lugar da comunicação humana (linguagem e gestual) e forma a base a partir da qual se estabelece julgamentos sobre o status e o valor social, a partir do que se fala e a maneira como se age.

De acordo com Featherstone e Hepworth (1989) naquilo que diz respeito ao processo de envelhecimento, é importante considerar que o curso da vida humana envolve aspectos biológicos e culturais, e, que a cultura é inscrita sobre os corpos. O modo pelo qual se dá a construção da identidade do sujeito está relacionado ao papel das imagens sobre as percepções do corpo, e envolve as dimensões psicossociais do processo subjetivo do envelhecer.

A fim de esclarecer melhor tais questões sobre a velhice, o primeiro capítulo deste trabalho retoma esta discussão e faz referência ao envelhecimento humano como um processo que acompanha o sujeito por toda a sua história de vida, principalmente nas etapas da juventude e fase adulta. Para corroborar este pensamento, identifica-se o corpo como uma área que tem recebido atenção dos estudiosos, na medida em que perpassa o processo subjetivo do envelhecimento, dado o grau de visibilidade que ele ocupa na sociedade e a maneira pela qual ele participa na dinâmica dos processos sociais.

Neste aspecto, se fez necessário uma escolha teórica que segue em direção à representação social do corpo para o sujeito que está se preparando para a aposentadoria, uma vez que a centralidade do trabalho em nossa sociedade está intrinsecamente relacionada ao envelhecimento. Deste modo, este capítulo também esclarece sobre a teoria das representações sociais, utilizada como referencial teórico para análise dos dados coletados.

Esta premissa nos orientou na elaboração do objetivo deste estudo, que trata da problematização do envelhecimento na perspectiva do corpo enquanto mediador das relações sociais no mundo do trabalho e depositário dos conteúdos subjetivos do indivíduo que está se preparando para saída do mundo produtivo.

Ainda neste capítulo, chamamos atenção para as temáticas do trabalho, gênero e aposentadoria na sociedade contemporânea, e fixamos o nosso olhar sobre os novos arranjos sociais que contemplam a velhice como categoria de idade, sobretudo, a imagem socialmente difundida da velhice *jovem, ativa e produtiva*.

O segundo capítulo desse trabalho esclarece como foi realizado o estudo de campo desenvolvido com um grupo de funcionários de uma organização petroquímica que estão se preparando para a aposentadoria, cujo enfoque foi identificar a representação social do envelhecimento e a percepção do corpo para o sujeito que está na iminência de se aposentar. Aqui, é esclarecido como a pesquisa foi realizada, a sua metodologia, o processamento e a análise dos dados.

No terceiro e quarto capítulos, os resultados da pesquisa serão analisados à luz dos conceitos teóricos norteadores deste estudo, ao mesmo tempo tomando por princípio a fidelidade à fala dos sujeitos entrevistados.

As considerações finais indicam que as reflexões apresentadas neste trabalho não têm a pretensão de concluir os debates sobre esta temática. Ao contrário, este estudo buscou contribuir para o aprofundamento das questões subjetivas do indivíduo que envelhece, tanto quanto para a identificação das demandas desse sujeito denominado idoso. Isto poderá proporcionar aos leitores uma melhor compreensão do envelhecimento humano, visto que esta temática perpassa a vida de todos nós.

.....

Sinto que o tempo sobre mim abate sua mão pesada.
 Rugas, dentes, calva...
 Uma aceitação maior de tudo, e o medo de novas descobertas.
 Escreverei sonetos de madureza?
 Darei aos outros a ilusão de calma?
 Serei sempre louco? Sempre mentiroso?
 Acreditarei em mitos? Zombarei do mundo?
 Há muito tempo suspeitei o velho em mim.
 Ainda criança já me atormentava.
 Hoje eu estou só. Nenhum menino salta de minha vida, para restaurá-la.
 Mas se pudesse recomeçar o dia!
 Usar de novo minha adoração.
 Meu grito, minha fome... Vejo tudo impossível e nítido, no espaço.

.....

Que confusão de coisas no crepúsculo!
 Que riqueza! Sem préstimos, é verdade.
 Bom seria captá-las e compô-las num todo sábio, posto que sensível: uma ordem, uma luz, uma alegria baixando sobre o peito despojado.
 E já não era o furor dos vinte anos nem a renúncia às coisas que elegeu, mas a penetração no lenho dócil, um mergulho na piscina, sem esforço, um achado sem dor, uma fusão tal, uma inteligência do universo.
 Comprada em sal, em rugas, em cabelo.

CARLOS DRUMOND DE ANDRADE
 "Versos à boca da noite" In: Antologia Poética

CAPÍTULO I

DEFININDO AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para a compreensão deste estudo será necessário conhecer alguns eixos temáticos abordados como principais norteadores: As representações sociais; o envelhecimento visto como um processo e a velhice como uma categoria construída socialmente; o corpo considerado como elemento constitutivo das relações sociais; o trabalho como elemento estruturante para o sujeito. Ancoradas a estas categorias, serão discutidas as questões referentes ao gênero, aposentadoria e a sua preparação através dos programas preparatórios oferecidos pela organização pesquisada aos seus trabalhadores.

Falando sobre a centralidade do trabalho

As constantes mudanças de ordem estrutural ocorridas no mundo do trabalho têm contribuído para a construção de novos paradigmas na relação trabalho e trabalhador.

Dentre as questões mais relevantes no processo das relações de trabalho no modo de produção capitalista, destaca-se a concepção do trabalho, presente não apenas na dimensão econômica, mas, sobretudo, em seu universo psicológico, cultural e simbólico, na medida em que a noção de identidade do sujeito ativo socialmente se vincula à idéia de produtividade como resultado do trabalho.

Muitas são as interconexões e transversalidades que pontuam o trabalho como questão central na contemporaneidade e o situam como questão vital para a humanidade. No entanto, pode-se considerar que o fenômeno da flexibilização nas relações de trabalho afeta profundamente o sujeito, de qualquer sexo ou geração,

embora diferencialmente de acordo com cada uma dessas condições. Isto é, afeta a todos que estejam expostos aos seus efeitos, embora de forma diferenciada.

Por isso, dentre os efeitos mais perversos que a flexibilização nas relações de trabalho proporciona está o estabelecimento de um nexos causal com o indivíduo, ou seja, atribui-se ao trabalhador a responsabilização pelo seu êxito ou fracasso no mundo do trabalho.

De acordo com Bourdieu (1998), as organizações “flexíveis” manipulam deliberadamente a situação de insegurança no trabalho, na medida em que baixam seus custos, e, para mantê-los neste patamar lançam mão da redução do quadro de empregados e redução dos salários. Esta estratégia tem se mostrado bastante eficaz, pois além de manter o trabalhador na iminência do desemprego, garante a submissão deste a aqueles, que usam e abusam do poder que lhes é conferido.

Desse modo, a corrida pelo emprego está na raiz da sujeição do trabalhador à flexibilização das relações do trabalho, de modo que, cada vez mais, este assume os riscos do capital no lugar do empregador, na medida em que transfere para si os encargos do contrato de trabalho, desvaloriza a sua mão-de-obra e prolonga a sua jornada de trabalho.

Ainda de acordo com o referido autor, cita-se, como exemplo da flexploração (flexibilização e exploração), o incentivo que algumas organizações impõem a determinados trabalhadores e os levam a se transformarem em “pessoa jurídica” a fim de trabalharem como consultores externos. Na maioria das vezes, eles exercem mais funções do que quando eram empregados, aumentam a carga horária de trabalho, não têm os direitos trabalhistas e sua remuneração é incompatível com os riscos inerentes à “prestação de serviços”.

O conceito de flexibilização nas relações do trabalho é marcado pelo abandono das formas tradicionais de trabalho por tempo indeterminado. Esta nova modalidade de trabalho, baseada na instabilidade, reflete uma nova morfologia do trabalho que engloba os terceirizados, o trabalho informal, entre outros. (ANTUNES 1995).

As organizações não pertencem apenas a uma pátria. O capital flexível precariza as relações de trabalho, dissocia-se do trabalhador e institui o conceito de empresa-rede. Esta, por sua vez, pode se articular com um continente ou com todo

o planeta. Ela também pode se conectar com diferentes segmentos em múltiplas organizações ao mesmo tempo, estabelecer a concorrência entre trabalhadores do mundo inteiro sem que se estabeleça nenhum vínculo empregatício.

Na medida em que as relações de trabalho no mundo globalizado, são estabelecidas tendo por base elementos como: precarização¹, temporariedade, flexibilização, são formadas legiões de desempregados em todo o mundo que vivenciam as dificuldades do individualismo exacerbado disseminado pelo neoliberalismo, tal como a ideologia do empreendedorismo e o trabalho virtual da era da cibernética – os “serviços” são prestados apenas virtualmente, sem contato presencial em nenhuma das etapas do trabalho: planejamento, elaboração, execução e pagamento. Isto pode denotar a contradição que marca, por um lado, a centralidade do trabalho como elemento de socialização; e, por outro, a superfluidade onde cresce cada vez mais o número de pessoas em busca de trabalhos parciais e temporários.

Do mesmo modo, também se evidencia o apoderamento da dimensão cognitiva do trabalho pelo capital, que amplia os mecanismos de geração de valor e estabelece novas formas de subordinação e controle dos sujeitos do trabalho.

Para ilustrar esta assertiva acerca da exploração do componente intelectual do trabalho, citamos como exemplo o crescimento do ramo da informática, que demonstra uma nova forma de valor do trabalho, não mais as mãos qualificadas, e sim, as inteligências qualificadas. Assim, quanto mais qualificada for a força de trabalho, maiores são as possibilidades de acumulação de mais valia.

Percebe-se, então, que muitas são as discussões que pontuam o trabalho como um elemento central na sociedade, sobretudo aquelas que o associam aos aspectos negativos do modo de produção capitalista. Portanto, não há barreiras para o capital globalizado, ele estará onde a oferta de maximização da acumulação for maior. Suas estratégias de sobrevivência indicam a multifacetagem das palavras de ordem, que em última análise, são utilizadas para legitimar e naturalizar o flagelo e a expropriação da única posse do trabalhador, a sua força de trabalho.

¹Não pretendemos nos deter no esclarecimento destes conceitos por entendermos que não acrescentaria valor aos estudos desenvolvidos por estudiosos sobre o tema. Portanto, sugerimos consultar autores como: Antunes (1995); Bourdieu (1998); Druck (1999) dentre outros.

Entretanto, dentre os diferentes significados e/ou sentidos que lhe são atribuídos, também há aqueles que protagonizam o trabalho sem associá-lo ao sofrimento e exaltam a essência humana da atividade transformadora na sua relação com a natureza. Neste sentido, o trabalho é tomado como uma prioridade de vida que incorpora o prazer na realização das suas tarefas, tanto quanto acompanha o trabalhador quando se aposenta, pois estes não conseguem viver sem o trabalho. (BORGES E YAMAMOTO, 2004)

A primeira noção do termo trabalho, Antunes (2002) nos remete aos conceitos de castigo, tortura, sofrimento. Neste contexto, a palavra trabalho representava as atividades agrícolas, do artesão, e eram atividades destinadas aos escravos e aos incultos, sendo, portanto, indignas, distintas das atividades contemplativas dos nobres. A reforma protestante deu dignidade ao trabalho e atribuiu-lhe valor espiritual. Com o advento da revolução industrial, o discurso religioso sai de cena e o trabalho toma lugar central como objeto do discurso econômico. Posteriormente, assume o status como o valor de troca de todas as mercadorias.

Marx (2004), diz que o homem deve buscar construir o seu destino aqui na terra e não esperar por uma compensação celestial. Em sua concepção, na medida em que o trabalho organiza a produção e a distribuição da riqueza, ele exerce um papel social coletivo, o que lhe confere o caráter público e não privativo. O trabalho aqui é visto como positivo e libertador. De outro modo, Hegel afirma que a humanização da natureza reflete a atividade espiritual do homem, portanto, o trabalho é a manifestação da sua espiritualidade.

A essência e autonomia do trabalho são discutidas sob várias perspectivas, dentre elas, duas assumem caráter de destaque: na primeira, o trabalho tem o sentido de emprego, de assalariamento e representa a lógica racionalista e tecnicista do capital, de modo que o trabalho assume as características da maximização e eficácia produtiva; na outra, o significado do trabalho extrapola o assalariamento e incorpora os aspectos pessoais de satisfação e realização profissional.

Tomaremos por parâmetro conceitual, o trabalho considerado como atividade transformadora da natureza, organizadora do tempo individual, familiar, social e como maior provedor de salário, e, ainda pode ser considerado um elemento fundante da sociedade humana. Ele confere tanto ao homem quanto à mulher uma

identidade social e é referência não apenas da identidade masculina de provedor como também da identidade de ser humano, útil e criativo.

Para a mulher, o trabalho remunerado representa precipuamente a mudança no seu status social, ou seja, a sua inclusão social e econômica. Historicamente, o trabalho da mulher sempre esteve presente nas diversas épocas e lugares, sendo relevante para o progresso da humanidade. No entanto, a integração da mulher no mercado de trabalho foi difícil e marcado pela subalternidade e pela discriminação.

Apesar de atualmente serem legalmente assegurados às mulheres os mesmos direitos concedidos aos homens — seja no campo da remuneração, na promoção do trabalho, na política e cultura — a mulher durante muitos anos teve uma educação diferenciada da masculina, treinada para servir seu companheiro e procriar, enquanto o homem para assumir a posição de trabalhador e soberano da família.

A identidade da mulher como trabalhadora, portanto, tem sido associada ao papel de reprodutora, assim como, a imagem básica, originária da mulher família, mãe, dona-de-casa. O trabalho, por exemplo, é tratado no masculino e o trabalho produtivo é feito pelos trabalhadores. É ao homem que se associa a imagem de trabalhador, de provedor da família. Essa imagem da mulher vai trazer limitações a uma adequada colocação no mundo do trabalho.

Harvey (1992), por exemplo, analisa a situação das mulheres mostrando que, as novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago. Também o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e a subcontratação permitem o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa. Esse retorno segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em massa, e ali explorar a força de trabalho feminino, extremamente vulnerável em condições de remuneração baixa e pouca segurança no emprego.

Já Abramo (1998) constatou que a imagem básica, originária (da mulher-família, mãe, dona de casa) vai estar sempre na base - e projetando sua sombra - sobre a outra (a da mulher trabalhadora). A autora utiliza a expressão imagens de gênero como: configurações das identidades masculina e feminina, produzidas social

e culturalmente, que determinam, em grande parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. Essas imagens são “prévias” a essa inserção, ou seja, são produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseadas, entre outras coisas, na separação entre o privado e o público, e na definição de uns como territórios de mulheres e outros como territórios de homens. Por sua vez, essas imagens condicionam fortemente as formas (diferenciadas e desiguais) de inserção no mundo do trabalho: tanto as oportunidades de acesso ao emprego como as condições em que este se desenvolve (Abramo, 1998:18).

Verifica-se, portanto, que a ampliação da presença feminina no segmento formal não modificou o quadro da participação das mulheres no segmento informal da economia, tendência que apontamos, citando Harvey, quando ele afirma que uma das conseqüências da redução do emprego regular é o crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, que atinge principalmente as mulheres.

Observa-se também, conforme Bruschini (1998), um número muito mais elevado de mulheres que homens, trabalham em casa. Entre as mulheres que trabalham no domicílio encontram-se tanto as empregadas domésticas quanto as trabalhadoras domiciliares autônomas ou subcontratadas para a indústria, as quais, através da costura, da produção de alimentos e de inúmeras outras atividades informais, contribuem para a renda e sustento da família.

Para Santos (2000), é o trabalho, enquanto capacidade física e mental/intelectual que o ser humano tem, em qualquer momento histórico, como elemento formador do ser social. O ser humano se relaciona com a natureza e com os outros seres humanos através de sua atividade, transformação, criação, com o objetivo de atender a suas necessidades de sobrevivência. A sociedade capitalista, por sua vez, atribui o valor do sujeito a partir da sua produção.

Esta importância que é dada aos aspectos produtivos do sujeito interfere na sua auto-estima que, em grande parte, depende da avaliação que ele faz sobre o seu trabalho e o seu desempenho do papel familiar. Assim, a conseqüência direta da mensuração do homem e da mulher a partir da sua produtividade é o temor que os trabalhadores e trabalhadoras passam a ter em relação à aposentadoria.

No ponto de vista de Amarilho; Carlos (2005), a aposentadoria é vista como sinônimo de ruptura com o mundo do trabalho, e, conseqüentemente, exclusão social. Para o referido autor, o vínculo com a empresa ocupa boa parte do tempo do trabalhador e lhe confere o status de sujeito ativo e produtivo; o rompimento desta ligação pode levá-lo á dúvida do que fazer com o seu tempo disponível.

Dejours (2005) chama atenção para a questão da estruturação do tempo do trabalhador fora do trabalho, e destaca o condicionamento do homem ao comportamento produtivo pela organização do trabalho. Segundo o autor, o tempo dentro e fora do trabalho é indissociável. Alguns operários mantêm a rotina de calcularem as suas atividades e repouso fora do ambiente do trabalho e nas suas folgas, indicando assim um movimento involuntário de manutenção do condicionamento mental ao comportamento produtivo.

Com o afastamento do trabalho, o sujeito passa de produtor-consumidor para o papel apenas de consumidor, (Bernhoeft, 1991), e não está preparado para se adequar a esta categoria em que a sociedade, e a família, o colocaram. Neste aspecto, a mulher trabalhadora quando se aposenta continua com a mesma jornada de trabalho não remunerado (doméstico) e costuma se adequar mais rapidamente à saída do mundo do trabalho, diferentemente dos homens que não ocupam esse espaço doméstico e passam, após a aposentadoria, a substituir o chão da fábrica pelas praças e/ou clubes e associações.

No tópico seguinte, pretende-se esclarecer algumas questões importantes para o entendimento das regras legais para a obtenção do benefício da Aposentadoria e a importância destas regras no processo de preparação para Aposentadoria.

Esclarecendo sobre a aposentadoria...

A despeito do debate acerca da centralidade do trabalho nas relações sociais na contemporaneidade, outro aspecto do mundo do trabalho, a aposentadoria, aqui caracterizada como o afastamento do sujeito do mundo do trabalho mantida a sua remuneração pelos anos trabalhados, tem cada vez mais sido alvo de interesse por parte dos estudiosos de forma interdisciplinar.

Originalmente, o significado de aposentadoria vem da palavra grega *pausare* que pode ser traduzida como “cessar”. Sabe-se também que, originalmente, ela foi criada na Alemanha por Bismarck no final do século XIX com a finalidade de proteção, por parte do Estado, ao trabalhador que conseguia chegar aos setenta anos de idade e não tinha como sobreviver. Desde então, a aposentadoria se caracteriza por ser uma instituição social que assegura os benefícios sociais ao trabalhador como um direito.

Em termos legais a aposentadoria diz respeito ao afastamento do trabalho do segurado da previdência social com a manutenção total ou parcial dos rendimentos auferidos por ele durante o seu período laboral, desde que preencha os requisitos exigidos por lei para usufruir dessa condição.

No Brasil, o primórdio da seguridade social foi em 1923 com a lei Eloy Chaves, considerada como precursora da *Previdência Social Brasileira*, que instituiu as caixas de aposentadoria e pensões para os trabalhadores da estrada de ferro. A referida lei reflete o pensamento liberal do Estado Brasileiro acerca das questões trabalhistas e sociais e serviu como parâmetro para a criação de boa parte das normas previdenciárias que viriam em seguida.

De acordo com Simões (1996), inicialmente, a aposentadoria era vista na perspectiva da iniciativa privada como uma espécie de caixa em que o empregado contribuía mensalmente com o seu empregador durante o seu período laboral. Num segundo momento, houve a criação, por parte do Estado, do Instituto de Administração financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) que possibilitava a participação de todas as categorias trabalhistas do país, tanto quanto permitia a atuação dos sindicatos e do próprio Estado.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 estabeleceu-se o conceito de seguridade social como um direito universal de todo cidadão, mesmo aqueles não contribuintes, de ter acesso à saúde, previdência e assistência social garantido pela iniciativa dos poderes públicos e da sociedade.

Paralelo a votação da Constituição Federal de 1988, acontecia o debate acerca das regras de acesso à previdência brasileira e a sua forma de financiamento. O conflito entre governo e constituintes dizia respeito à concessão de um piso de um salário mínimo a todos os trabalhadores, inclusive os trabalhadores rurais que nunca tinham contribuído para a previdência.

O governo argumentava que a previdência não tinha recursos suficientes para suportar a demanda de trabalhadores pelos benefícios de proteção social, e, portanto, em curto período de tempo, poderia emergir uma grave crise financeira na previdência social. Em contrapartida, os constituintes sinalizavam para a dívida social brasileira herdada do período da ditadura militar. Os setores progressistas brasileiros foram responsáveis pelo tratamento concedido ao campo da proteção social na Constituição de 1988.

Nesse aspecto, no que se refere à Aposentadoria e à Previdência Social os aposentados e pensionistas tiveram papel de destaque e foram responsáveis pela visibilidade política e notoriedade pública das manifestações, através de suas associações e federações, contrárias à defasagem dos benefícios pagos pela Previdência Social.

Ocorre que havia uma demanda por parte deste setor pela implantação de um sistema que implementasse a descentralização da gestão nas políticas de saúde e assistência e possibilitasse a participação dos setores interessados no processo decisório e no controle da execução das políticas de saúde, assim como a definição de mecanismos de financiamento e a garantia dos recursos necessários para a implantação dessas políticas.

Cabe aqui salientar, que a universalização da ampliação da cobertura dos benefícios e a redução das desigualdades sociais foram influenciadas pelo princípio da cidadania que orientou os países capitalistas desenvolvidos nas suas políticas de proteção social. (MARQUES; BATICH; MENDES, 2003).

De acordo com os autores supracitados, na década de 90 o futuro da proteção social foi discutido internacionalmente na perspectiva do comprometimento da arrecadação da receita de contribuição dos empregados e empregadores ocasionado pelo desemprego crescente, e, conseqüentemente, o aumento dos gastos com a concessão dos benefícios de seguro desemprego e programas de renda mínima. Outro aspecto importante que dificultava o equilíbrio financeiro da previdência era a tendência ao envelhecimento da população, que contribuía para o desequilíbrio da relação contribuinte-beneficiário.

No ponto de vista de Marques e Médici (1994), na tentativa de recuperar o equilíbrio financeiro da previdência, os países desenvolvidos adotaram algumas medidas restritivas, tais como: o aumento das contribuições sociais; maior participação dos usuários nas despesas com assistência médica; incentivo à complementação de aposentadoria através de entidades privadas; reajuste das aposentadorias de valores mais baixos em detrimento daquelas de valores avançados.

O debate sobre a reforma da previdência brasileira foi fortalecido pelo fraco desempenho da economia e a grave crise fiscal-financeira que pareciam corroborar o ponto de vista daqueles que atribuíam os desequilíbrios do sistema previdenciário aos direitos criados pela Constituição de 1988.

Apesar de não concordarem com esse ponto de vista, alguns especialistas chamavam atenção para a necessidade das mudanças relacionadas ao tratamento desigual entre diferentes categorias de trabalhadores, e/ou os impactos oriundos do surgimento das novas tecnologias do trabalho e modelos de gestão do sistema produtivo brasileiro.

Desse modo, dois importantes pontos de vista emergiram dessas discussões, aqueles que consideravam a proteção social como um atributo do Estado e os outros que a entendiam como responsabilidade individual do cidadão. Este último, claramente marcado pelo pensamento neoliberal, entende que apenas o modelo privado de capitalização seria capaz de estimular as pessoas a aumentarem a sua renda e conseqüentemente, através do crescimento da sua capacidade de poupança poderiam fornecer bases de sustentação para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, entende-se que todo o financiamento da previdência seria suportado apenas pelo trabalhador e o resultado disto viria a ser o aumento do emprego, (Marques; Batich; Mendes, 2003), pois isto proporcionaria a redução ou eliminação dos encargos sociais e propiciaria o aumento da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

De outro modo, o Estado ficaria encarregado de suprir as necessidades assistenciais daqueles indivíduos submetidos a uma situação de carência oriunda da possível situação de instabilidade do mercado, ou seja, dito em outras palavras, socorrer os trabalhadores desempregados .

Dentre as propostas que consideravam fundamental a manutenção do Estado como provedor da previdência social, era unânime a concordância de que o financiamento da previdência deveria continuar a ser realizado através das contribuições de empregados e empregadores. Contudo, defendiam a ampliação de novas fontes de recursos a fim de que pudesse reduzir a carga contributiva das empresas e assim propiciar o aumento da contratação de trabalhadores no mercado formal e aumentar o desempenho das contribuições sobre a folha de salários. Tais propostas tinham como objetivo compensar o fraco desempenho das contribuições sobre a folha de salários, e até mesmo reduzir a carga contributiva das empresas, visando estimular a contratação de trabalhadores no mercado formal. De maneira diferenciada, as propostas defendiam vários tetos para os benefícios concedidos pelo setor público e algumas chegavam a propor a adesão compulsória a um regime complementar. Era consenso, contudo, a extinção da aposentadoria por tempo de serviço e da aposentadoria especial. Houve forte resistência a esta proposta por parte dos funcionários públicos, sindicatos e Central Única dos Trabalhadores. (MARQUES; BATICH; MENDES, 2003).

Ao mesmo tempo, havia ainda a proposta que defendia a manutenção da previdência pública e levantava o debate sobre a possibilidade da criação de um sistema previdenciário único que integrasse os funcionários públicos federais e os demais trabalhadores.

De acordo com as informações acima citadas, pode-se perceber que os problemas da previdência social são derivados da sua estreita relação entre a estrutura e a conjuntura do país, tanto quanto do seu gerenciamento. No aspecto estrutural destaca-se a desproporção entre o número de contribuintes e o número de

segurados, que segue uma trajetória de desigualdade entre a fase adulta e a maturidade. A primeira é marcada pelo crescente número de contribuições e baixa concessão de benefícios. Já a segunda, quando os contribuintes completam a idade mínima para a aposentadoria, a contribuição decresce de forma significativa.

Isto acontece devido ao aumento da expectativa de vida das pessoas que se aposentam e a redução do número de trabalhadores contribuintes, provocada pela crise econômica e/ou implantação das novas tecnologias e novas formas de gestão do trabalho, bem como a ampliação do mercado informal de trabalho, o que agravou a redução da arrecadação de contribuições.

No aspecto conjuntural, o baixo desempenho das arrecadações previdenciárias e o aumento da concessão de benefícios podem ser explicados a partir da crise na economia e a conseqüente demanda pelos benefícios assistenciais. Por último, naquilo que diz respeito ao fator gerenciamento, pode-se considerar os altos custos operacionais de manutenção do Estado ocasionados por uma gestão pública ineficiente, precária e com elevados índices de sonegação e fraudes.

Fazendo os cálculos...

O sistema brasileiro de aposentadoria é um regime de repartição simples entre trabalhadores e empregadores cujas cotas são previamente definidas. Os principais requisitos para a concessão da aposentadoria são os fatores idade e tempo de contribuição.

A aposentadoria por tempo de contribuição² poderá ser concedida de duas formas: integral e proporcional. A aposentadoria integral tem direito quem contribuiu com a previdência por pelo menos 35 anos para homens, 30 anos para mulheres, e o seu valor será de 100% do salário de benefício. A aposentadoria parcial poderá ser concedida a homens de, pelo menos, 53 anos de idade e trinta anos de

² De acordo com o Dieese a forma do cálculo do valor da aposentadoria por tempo de contribuição é a seguinte: $FPR = (TC \times a) / Es \times 1 + (id + Tc \times a) / 100$, onde *TC* é o tempo de contribuição; *a* é a alíquota de contribuição do segurado (incluindo empregado e empregador); *Es* é a expectativa de sobrevida do segurado na data da aposentadoria; *id* é a idade do segurado na data da aposentadoria.

contribuição, e mulheres com quarenta e oito anos de idade e 25 anos de contribuição. O valor da aposentadoria proporcional é de 70% do salário de benefício, mais 5% a cada ano completo de contribuição posterior ao tempo mínimo exigido.

A aposentadoria por idade é concedida a homens com mais de 65 anos e mulheres com mais de 60 anos de idade desde que tenham cumprido o período mínimo de contribuições mensais. No caso de trabalhadores rurais (segurados especiais) a idade para requerer a aposentadoria é de 60 anos para o homem e 55 para a mulher e é preciso comprovar o trabalho no campo pelo mesmo período da carência.

A aposentadoria especial é uma prerrogativa do segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para ter direito a este benefício, o trabalhador deverá comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais pelo período exigido para a concessão do benefício (15, 20 ou 25 anos).

A comprovação será feita em formulário do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), preenchido pela empresa com base em Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCA), expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. A empresa é obrigada a fornecer cópia autêntica do PPP ao trabalhador em caso de demissão.

Para ter direito ao benefício, o trabalhador inscrito a partir de 25 de julho de 1991 deverá comprovar no mínimo 180 contribuições mensais. Os inscritos até essa data devem seguir a tabela progressiva. A perda da qualidade de segurado não será considerada para concessão de aposentadoria especial, segundo a Lei nº. 10.666/03

Tabela 1: Conversão de tempo de atividade para aposentadoria

Tempo a converter	Multiplicadores		
	Para 15	Para 20	Para 25
de 15 anos	-	1,33	1,67
de 20 anos	0,75	-	1,25
de 25 anos	0,60	0,80	-

Fonte: Ministério da Previdência Social

O segurado que tiver exercido sucessivamente duas ou mais atividades em condições prejudiciais à saúde ou integridade física sem completar o prazo mínimo para aposentadoria especial, poderá somar os referidos períodos seguindo a seguinte tabela de conversão.

Tabela 2: Conversão de tempo de atividade sob condições especiais

Tempo a Converter	Multiplicadores	
	Mulher (para 30)	Homem (para 35)
de 15 anos	2,00	2,33
de 20 anos	1,50	1,75
de 25 anos	1,20	1,40

Fonte: Ministério da Previdência Social

Das propostas de emenda constitucional encaminhadas pelo Governo ao Congresso Nacional, em 1998, aquela que mais causou polêmica dizia respeito à imposição do limite de idade para obtenção da aposentadoria por tempo de serviço, cujo intuito era dificultar o acesso das pessoas com idade inferior a cinquenta anos ao sistema de benefícios, uma vez que estariam em plena capacidade produtiva.

A repercussão polêmica dessa proposta tem a ver com o fato de que ela atingiria tanto os trabalhadores do setor público quanto os trabalhadores do setor privado. Entretanto, uma das principais alterações da Previdência Social foi a imposição de um limite de idade para obtenção da aposentadoria por tempo de serviço.

No caso da Petrobrás, as aposentadorias especiais são concedidas aos trabalhadores que atuam tanto na área operacional, aqueles em contato direto com as atividades que oferecem risco de morte, quanto os que atuam no setor administrativo dessas unidades operacionais. Desse modo, a média de idade destes trabalhadores que preenchem os requisitos legais para a obtenção da aposentadoria

Especial varia entre 42 e 55 anos, muitos dos quais estão na empresa desde o primeiro emprego, aos 18 anos.

Preparação para a Aposentadoria

Historicamente, a aposentadoria surgiu na Europa, no século XIX, com a finalidade de garantir o sustento e manutenção dos primeiros grupos de operários que envelheciam e perdiam a capacidade para o trabalho.

Na década de cinquenta, nos Estados Unidos, começaram as primeiras ações voltadas para a orientação dos futuros aposentados, e incluíam cursos, palestras e reuniões de discussão em grupo, algumas destas com a participação dos familiares. Tais ações foram motivadas pelo grande índice de trabalhadores aposentados que apresentavam dificuldades no relacionamento familiar e que não conseguiam administrar a vida financeira após aposentadoria. Estudos feitos nos Estados Unidos na década de 50, apontaram a aposentadoria e as doenças somáticas como os eventos estressantes mais diretamente relacionados ao índice de suicídios entre idosos

Já na década de 60, na Europa, surgiram algumas atividades voltadas para pessoas aposentadas que visavam a ocupação de seu tempo livre, sem a preocupação de prestarem outro tipo de assistência, seja ela jurídica, médica ou educacional. (BERTHO, 2006).

Em 1973, na cidade de Toulouse (França), foi criada a primeira Universidade da Terceira Idade, objetivando o ensino e a pesquisa. No final dos anos oitenta Alemanha, França e Venezuela também passaram a se preocupar com os futuros aposentados e desenvolveram atividades que os orientasse para a aposentadoria, envolvendo reuniões mensais, ciclo de aulas consecutivas, informações diárias, temporada de alojamento coletivo, conferências, fóruns e debates sobre o tema.

No Brasil, a primeira experiência voltada à orientação para a aposentadoria teve início em 1982 e foi bastante influenciada pelo modelo internacional. Seguiu padrões diferenciados da cultura empresarial brasileira e baseava-se em um modelo definido como filosófico devido à preponderância de aspectos reflexivos acerca da

vida e a descoberta de novas potencialidades não desenvolvidas e/ou esquecidas.

Ainda nessa década, foi implantado em algumas organizações de grande porte o programa preparatório para a aposentadoria a partir da capacitação de um grupo de funcionários da organização por consultores especializados, cujo programa tinha por base fundamentos pedagógicos e sócio-culturais.

Dentre as estruturas de programas mais adotadas pelas organizações nos Programas Preparatórios para a Aposentadoria no Brasil estão os seguintes modelos: 1- instrucional (cursos, palestras e conferências); 2- Comportamental (grupos de desenvolvimento interpessoal, terapia e aconselhamento); 3- ocupacional (grupos recreativos, lazer e entretenimento); 4- profissional (cursos, treinamentos, pós-carreira); 5- vivencial conscientizadora (grupo de reflexão e crítica, transformação pessoal e coletiva). (BERTHO, 2006).

Diversos modelos de PPA são desenvolvidos de acordo com as especificidades regionais e culturais dos diferentes países, entretanto, o modelo de PPA norte-americano é o mais aplicado. Este modelo consiste na elaboração de pequenos cursos que abordam questões relevantes à aposentadoria tais como: planejamento de finanças, mercado de trabalho, saúde e outros.

De acordo com Frias (1999), nesse programa é cultivada a valorização dos anos de trabalho do pré-aposentado, bem como o planejamento conjunto de metas e projetos que viabilizem uma aposentadoria ativa e saudável. O principal objetivo do Programa Preparatório para Aposentadoria contempla o esclarecimento dos direitos do aposentado, melhoria da qualidade de vida pós-aposentadoria e um sentido existencial ao indivíduo.

Os Programas de Preparação para a Aposentadoria se caracterizam pela transformação do significado negativo da velhice em uma etapa positiva da vida e apresentam a aposentadoria como uma decisão individual do trabalhador e não como um ato de violência contra os trabalhadores mais velhos.

Stucchi (2006) chama atenção para o fato de que as empresas que oferecem esses programas aos seus trabalhadores são participantes de fundos de pensão e aposentadoria privada e se destacam das empresas no Brasil por garantirem salários e benefícios privilegiadas aos seus empregados, bem como rendimentos acima da média.

Ao mesmo tempo, a referida autora diz ainda que a adoção dos Programas de Preparação para a Aposentadoria seria fruto da dificuldade em precisar as fases da carreira do trabalhador, vantagens e desvantagens de se contar com trabalhadores jovens e velhos quadros de funcionários efetivos da empresa e as respectivas obrigações legais e morais das empresas para com os seus empregados.

Entretanto, sabe-se que a valorização do trabalhador pelas empresas é proporcional a sua juventude, pois o acúmulo de idade pode representar risco de incapacidade para o trabalho. Por isso, seria precoce uma análise positiva das políticas de incentivo aos programas de preparação para a aposentadoria desenvolvidos pelas empresas.

Conhecendo um modelo de PPA

O PPA - Programa de Preparação para Aposentadoria – da Petrobrás foi um dos pioneiros no Brasil. Ele se baseia no modelo de tendência vivencial conscientizadora e está subdividido em três etapas, respectivamente denominadas por sensibilização, seminários e planejamento de vida. A primeira etapa do encontro acontece para todos os empregados que se encontram próximos da aposentadoria e que se inscreveram voluntariamente no programa. As atividades da primeira e terceira etapas do programa preparatório para a aposentadoria são organizadas e aplicadas a cada unidade da organização individualmente; entretanto, a segunda etapa, os seminários, é realizada coletivamente para todos os inscritos no PPA, independente da unidade em que está lotado.

De acordo com a coordenação do Programa, a divisão do trabalho em , na primeira e terceira etapa, ocorre em função do grande número de inscritos e a impossibilidade de desenvolver as atividades que permitam a expressão de todos os participantes.

Vale ressaltar que a participação desta pesquisadora no referido Programa foi apenas como observadora. Logo no início da primeira atividade, houve a sua

apresentação aos participantes pela coordenadora do programa³, que falou acerca do estudo que estava sendo realizado sobre a preparação para a aposentadoria.

Participaram do Programa quatro grupos de empregados, que foram subdivididos por unidade⁴ em que trabalhavam nos seus respectivos dias de encontro.

As atividades propostas aos participantes do programa preparatório para a aposentadoria – PPA oferecido pela organização no ano de 2006 teve a seguinte temática: “Minha história, sua história, o amanhã começa agora”. Este tema dizia respeito à campanha que estava sendo desenvolvida na organização a fim de resgatar os fatos que fizeram parte da sua trajetória até os dias atuais. Desse modo, os participantes do PPA foram estimulados a falar sobre suas percepções acerca de si mesmos, sobre a sua história dentro da organização e sobre o seu processo da aposentadoria.

Na primeira atividade os participantes receberam um cartão com as seguintes perguntas: Qual o sentimento que trago para este encontro? O que espero deste encontro? Após reflexão sobre a pergunta, deveriam escrever nos cartões sobre seus sentimentos e compartilhariam com os demais. A segunda atividade se desenrolou em torno da escolha de uma fotografia da empresa com a qual ele se identificasse mais e contasse sobre a sua escolha e as lembranças que foram suscitadas por ela. Na última atividade, vários cartões foram espalhados pela sala contendo palavras sugerindo temas para serem aprofundados nos seminários. Os participantes deveriam escolher dois temas de seu interesse e que considerassem importante.

Na segunda etapa do Programa foram realizados seminários por especialistas dos temas mapeados pelos participantes na primeira etapa do Programa. Os temas abordados dizem respeito às regras legais para a concessão do benefício da Aposentadoria; cálculos financeiros sobre a composição do salário após a Aposentadoria; Empreendedorismo; Relações familiares; Sexualidade;

³ A equipe organizadora do PPA desta organização é composta pelas assistentes sociais das unidades participantes, uma psicóloga (que participou apenas de dois encontros), uma coordenadora geral (assistente social) que foi treinada pela consultora que implantou este modelo de PPA em 1989.

⁴ Participaram deste Programa preparatório cinco unidades da organização, situadas nos Estados da Bahia e Sergipe.

Envelhecimento com qualidade de vida; Relatos de experiências bem sucedidas de aposentados.

Na terceira e última etapa do programa os participantes foram orientados a elaborar um planejamento de vida para a Aposentadoria.

É interessante notar que a periodicidade do Programa é anual, a participação é voluntária, acontece durante os dias de trabalho e os gerentes devem liberar os trabalhadores que desejarem participar. Contudo, houve relatos por parte dos trabalhadores sobre a não participação de alguns colegas por não ter havido liberação dos mesmos pelos seus respectivos gerentes. A esse respeito, vale ressaltar que a mensagem de abertura do PPA do ano de 2006 foi feita através da exibição de um vídeo com gestores de diferentes áreas da Petrobrás falando sobre a importância do Programa para a empresa e o total apoio por parte das gerências de suas respectivas unidades.

Outro ponto importante observado foi o fato de não haver participantes com cargo de chefia no Programa, ao contrário, a maioria dos participantes é oriunda da atividade operacional e com baixa escolaridade.

A esse respeito, o contato com os participantes da atual pesquisa corrobora esta informação, de modo que, no levantamento de dados secundários junto à FAFEN/PETROBRÁS, na Bahia, foi identificado que parte dos trabalhadores que estão no processo de Preparação para a Aposentadoria são oriundos da área operacional e a sua maioria tem escolaridade até o ensino médio completo. As trabalhadoras, ao contrário, atuam no setor administrativo e a maioria tem ensino superior completo.

Oportunamente, quando forem analisados os relatos dos entrevistados, retomaremos esta temática.

Uma questão de gênero

A análise das relações sociais entre os sexos, aqui definida como relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, nos conduzirá a dois caminhos investigativos. O primeiro deles é a questão mais geral, o gênero, apresentado por Scott (1990, pag.14) como “elemento constitutivo das relações sociais...” e um processo social que envolve quatro elementos interrelacionados: 1. Os símbolos culturais evocadores de representações; 2. Conceitos normativos que interpretam os significados e limitam a expressão metafórica dos símbolos; 3. Organizações e instituições sociais (família, escola, sindicatos, etc.); 4. Identidade subjetiva, que faz referência à apropriação da ideologia de gênero tanto pelos homens quanto pelas mulheres.

O segundo elemento aqui identificado por nós como a Divisão Sexual do Trabalho baseada em critérios de gênero, está de acordo com as definições de Kergoat (2003) e Hirata (2003), que destacam a sua importância para a análise da produção e reprodução das relações de poder entre os sexos que extrapolam o ambiente doméstico e avançam para os mais variados espaços sociais, sobretudo as relações de desigualdade e dominação.

A inserção crescente das mulheres na força de trabalho pode ser explicada por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade.

Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 60, nos Estados Unidos e Europa, chegou como uma onda nas nossas terras, em plenos anos de chumbo, e contribuiu para o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira.

Entretanto, mesmo com o expressivo crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, ainda não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia e diferenças salariais. Estes, embora tenham diminuído desde os anos 90, ainda permanecem e significam que as mulheres aceitaram postos de trabalhos miseráveis para sobreviver com sua família, já que as taxas de

desemprego feminino são significativamente maiores do que as da população masculina.

As trabalhadoras brasileiras concentram-se nas atividades do setor de serviços; a maioria delas são professoras, comerciárias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas ou trabalham em serviços de saúde, mas o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras.

Deste modo, a análise da situação da presença feminina no mundo do trabalho pressupõe uma revisão das funções sociais da mulher, assim como, a crítica ao entendimento convencional do que seja o trabalho e as formas de mensuração deste, que é efetivada no mercado.

O trabalho não remunerado da mulher, especialmente aqueles realizados no âmbito familiar, não são contabilizados por nosso sistema estatístico e não possuem valorização social - nem pelas próprias mulheres - embora contribuam significativamente para a renda familiar e venham crescendo, englobando inclusive atividades exercidas para grandes empresas.

Estudos sobre a mulher evidenciam a dificuldade em separar casa-fábrica ou vida pública-privada, mesmo em se tratando da participação no mercado de trabalho, na população economicamente ativa. Porque se o trabalho assalariado propriamente dito representou uma mudança na posição social da mulher, contudo, isto não quer dizer que tenha alterado a relação da mulher – como mães, filhas, esposas – com as suas famílias. Como disse Scott (1987), apesar de a industrialização ter criado novas oportunidades de trabalho assalariado fora do serviço doméstico para as mulheres, o mercado de trabalho, sexualmente segregado, não apenas era diferenciado como assimétrico: o trabalho das mulheres é continuamente classificado mais baixo que o dos homens, ou seja, são consideradas trabalhadoras inferiores em comparação aos homens.

Ariza; Oliveira (1997) caracterizam o processo de divisão sexual e social do trabalho como um mecanismo de exclusão social e econômica das mulheres. Nesta perspectiva, as autoras entendem que a segregação de importantes contingentes de mulheres à esfera privada e sua dedicação quase exclusivamente às atividades domésticas, podem ser entendidas como uma forma de exclusão social.

De certo, tem sido amplamente destacado por estudiosos do tema, como Hirata (1998), que a divisão sexual do trabalho constitui um dos pilares sobre os quais se assenta a organização econômica da sociedade. A distribuição hierárquica e desigual das tarefas de produção e reprodução social a partir disto se configura como um dos principais estatutos de desigualdade social entre homens e mulheres.

Com efeito, essas relações são reproduzidas e entendidas como “naturais” na sociedade capitalista e os homens ainda exercem grande poder sobre as mulheres, seja no trabalho doméstico ou extradoméstico: ou as mulheres se dedicam profundamente ao lar ou se submetem a jornada dupla, trabalhando na rua e em casa. Ao homem, é reservado – real ou ideologicamente - o “sustento” da família, sendo o seu lugar de trabalho, invariavelmente, o externo ao lar, a rua. Deste modo, as mulheres são legitimadas pela sociedade não apenas como dependentes de seus maridos, mas também, não podem evitar o trabalho que não desejam fazer, como o doméstico e o cuidado com os filhos, do mesmo modo como fazem os homens.

Portanto, pensar a velhice como uma experiência homogênea seria desconsiderar as especificidades das diferenças do gênero do sujeito que está envelhecendo. Neste sentido, apenas os aspectos psicológicos enfatizados na velhice, como a androginia, vista por alguns estudiosos como uma característica das idades mais avançadas, não dão conta de entender a problemática da velhice e da aposentadoria. O fato é que a sociedade não previu um papel específico para o idoso, nem mesmo uma atividade que lhe permitisse uma existência com significado.

Embora compartilhe com os homens a classe social, a etnia, a idade ou a religião, as mulheres estão sistematicamente em desvantagem em relação a eles, uma vez que a divisão sexual do trabalho corrobora a desigualdade de gênero quando responsabiliza as mulheres pelas tarefas desvalorizadas socialmente e centradas, geralmente, na vida doméstica.

Pelo fato de ser o elemento de apoio e mediadora da família, as mulheres definem-se em função dos demais e suas vidas são então norteadas pela ajuda, escuta, submissão e abnegação. A realização dos desejos alheios é considerada mais importante que os seus próprios desejos.

Ocorre que a perda dos papéis centrais da vida do aposentado cria uma perda moral que se caracteriza por uma dificuldade psicológica de enfrentar o

processo de desengajamento social. Por outro lado, após esse desengajamento, numa possível rearticulação de vida, o homem se encontra numa situação desprivilegiada em relação à mulher, pois estas sempre estiveram no seio da família, seu meio social por excelência, e, com freqüência, rapidamente estabelecem novas formas de convívio social, (Debert, 1994), o que dificilmente ocorre com os homens. Para os homens, a aposentadoria representa uma redução tanto nas relações sociais quanto na renda, sendo que esta última dificulta a formação de novos laços de amizade, assim como a preservação dos antigos devido à formação de novos hábitos compatíveis com a sua atual condição de aposentado.

Neste aspecto, observa-se que a questão das desigualdades vividas no cotidiano da sociedade, no que se refere às relações de gênero, não é definida a partir do econômico apenas, mas, especialmente a partir do cultural e do social, formando daí as representações sociais sobre as funções da mulher e do homem dentro dos variados espaços de convivência, ou seja: na família, na escola, nos movimentos sociais, enfim, na vida em sociedade.

Outro aspecto importante nesta análise é a gestão da mão-de-obra barata, mecanismo que envolve a maior parte da força de trabalho feminina e uma das conseqüências da internacionalização do processo de produção e formas de sua realização. Observa-se que é menos um fenômeno quantitativamente importante em escala mundial, do que uma expressão particularmente significativa de uma nova exigência do capital, através da exploração da mão-de-obra vulnerável dos países subdesenvolvidos, em condições específicas, e principalmente das mulheres.

Com efeito, trata-se menos, nesta circunstância, da exportação de capitais do que da exportação de uma relação social de produção que integra a divisão sexual às novas formas de internacionalização do trabalho.

Há que se reconhecer neste contexto, que seja por falta de consciência política ou pelo desejo de manter o "status sexual" muitos ainda apoiam a partição sexual do trabalho, como um procedimento "natural" .

Na verdade, a formação cultural que contribuiu e continua a contribuir com esse quadro de "naturalização" que fragmenta a sociedade em dois espaços hierarquizados em função dos sexos, são temas não esclarecidos na maioria das análises sócio-econômicas de nossas sociedades. As contradições da relação

homem/mulher são diluídas na aparente neutralidade dos conceitos científicos; outras vezes delimitam artificialmente os campos de análise, como podemos observar mais freqüentemente na educação. Sejam as operárias de fábricas, as trabalhadoras do comércio ou do campo, elas convivem com problemas de ordem privada que em muito dificultam seu desempenho como profissionais, suas necessidades de qualificação e requalificação afetando o cotidiano de toda a família.

No entanto, os homens dificilmente consideram tais problemas também como parte de sua vida. São dificuldades que embora internas a questões da vida familiar, se refletem sobre as condições de exploração da força de trabalho - apresentando-se, de fato, como um problema coletivo, tomando caráter público - como é o caso da não existência de infra-estrutura (creches, restaurantes, lavanderias, etc.), que apoiariam a saída das mulheres para o trabalho.

Outro ponto importante a ser analisado diz respeito à utilização de novas tecnologias precipuamente pelos homens. As mulheres não têm acesso aos treinamentos que possibilitam o conhecimento das máquinas e de programação, sendo mantidas nas funções que exigem menos qualificação. Na Petrobrás as mulheres entrevistadas não relataram sobre a exclusão desses treinamentos, pois elas não atuam na área operacional, mas também não se referiram a outros treinamentos em sua área de atuação dos quais teriam participado.

Salvo poucas exceções, como por exemplo mulheres executivas, raramente a mulher consegue penetrar em áreas onde sejam feitos diagnósticos e tomadas decisões técnicas. Sua atuação é sempre restrita à esfera de execução do que já foi decidido. Mesmo hoje, com as mudanças na organização do processo de trabalho, ela ainda não participa do processo decisório na maioria dos âmbitos. Nas fábricas, ela está na linha de montagem, no comércio, está no balcão, no campo, está na colheita, e assim por diante.

Este dado foi corroborado em nossas investigações preliminares no campo desta pesquisa, ou seja, das mulheres entrevistadas a grande maioria recebia salários menores que os homens (às vezes na mesma função) e não ocupavam cargos de chefia. Do mesmo modo, as funções ocupadas por elas na fábrica estão basicamente relacionadas às atividades administrativas.

Neste sentido, as reestruturações produtivas e as mudanças que elas acarretam no mercado e na organização do trabalho no contexto atual da globalização da economia, pouco são analisadas do ponto de vista das diferenças de gênero. Entretanto, os impactos das reestruturações produtivas sobre as condições de trabalho sofrem variações segundo o sexo e a mão-de-obra.

O novo modelo de flexibilização, para as mulheres, passa pela utilização intensiva de formas de emprego precárias, como contratos de curta duração, empregos por tempo parcial e/ou trabalho em domicílio. Uma das formas como se manifesta esse fenômeno, é a concentração da presença feminina nas chamadas empresas "mão" dos novos encadeamentos produtivos (ou seja, aquelas onde predomina o trabalho instável, pouco qualificado e mal pago), em oposição às empresas "cabeça", onde se concentraria o trabalho mais bem qualificado, mais estável e mais bem remunerado.

A questão central é que as condições diferenciadas por gênero foram sendo apropriadas pelo mercado de trabalho, interferindo na própria organização do mesmo. O intenso processo de terceirização de serviços ou de etapas do processo produtivo, através da subcontratação e do assalariamento sem carteira, da informalização, da flexibilização das relações sociais no mundo do trabalho, adquiriu, através da mão-de-obra feminina, um importante papel estruturador.

Na sua heterogeneidade, o processo de reestruturação produtiva tem uma nítida dimensão de gênero, pois seus efeitos perversos, desiguais e excludentes atingem de forma particular as mulheres. Por isto homens e mulheres estão implicados de modo distinto neste processo de mudanças, vivenciam-no e o percebem de maneiras distintas.

Vários são os caminhos construídos pela recente história cultural de nossa sociedade e pela produção teórico-conceitual que explicitam a existência das diferenças, possibilitando maior clareza e uma concepção bem elaborada sobre a questão.

Portanto, observa-se que a continuidade do processo de desigualdade gerada a partir das diferenças, ratifica a necessidade concreta de uma nova ordem que inclui a relação equânime entre os sexos, a possibilidade de um núcleo familiar democrático e outros componentes de formação da sociedade que venham garantir

a efetivação do velho/novo clamor por uma sociedade socialmente justa, a começar pela relação entre os sexos.

Logo adiante, nos capítulos seguintes, será possível conhecer o significado direto dessas questões de gênero e trabalho a partir dos relatos tanto dos homens quanto das mulheres que participaram deste estudo.

Sobre as Representações Coletivas e as Representações Sociais

Nesta parte deste estudo estabelece-se um diálogo com a noção de representações coletivas de Durkheim e a teoria das representações sociais de Moscovici, destacando dois axiomas importantes desta última, a objetivação e a ancoragem, no sentido de referendar algumas premissas teóricas em destaque neste trabalho.

Um dos pontos centrais da sociologia de Durkheim (1978;1996) é a idéia de que o indivíduo é um produto da sociedade e que não se pode tomar o indivíduo como ponto de partida, pois não existe indivíduo fora da sociedade, portanto, não há como se pensar na supremacia do indivíduo. Em contrapartida, Durkheim (1978) busca explicar de modo específico que a primazia da sociedade sobre o indivíduo segue dois sentidos e nada tem de paradoxal: o primeiro deles faz referência ao fato de que as sociedades coletivistas, onde todos são semelhantes, tem prioridade histórica sobre os indivíduos, o segundo, resulta de uma prioridade lógica para a explicação dos fenômenos sociais, que não passa pela racionalidade da conduta individual, que, segundo o autor, implicaria em uma inversão da ordem, ou seja, a explicação da coletividade pelos fenômenos individuais.

Esta idéia que Durkheim começa a desenvolver em seus estudos sobre o fenômeno da divisão social do trabalho tem uma dimensão maior na sua tentativa de resolver uma antiga questão fundante na sua obra que, na opinião de Giddens (1998) ,diz respeito á relação entre indivíduo e sociedade, que perpassa a discussão sobre as origens e a natureza do individualismo moral.

Em outras palavras, a grande indagação motivadora para Durkheim (1996) é saber como o indivíduo se torna autônomo e mantém o vínculo de dependência com

a sociedade, sendo, desta forma, quanto mais individual, mais coletivo. Na verdade, para decifrar este enigma Durkheim fez uso de toda a sua objetividade para estudar cientificamente um fenômeno social, isto é, investigando a partir do meio externo a maneira pela qual os estados de consciência que não são perceptíveis diretamente pudessem ser reconhecidos e compreendidos.

Entre os conceitos mais importantes desenvolvidos por Durkheim (1996) no início dos seus estudos para dar conta desta problemática está o de consciência coletiva ou comum, definida por ele como “crenças e sentimentos comuns ao comum dos membros de uma determinada sociedade” (pág. 78) , porém dotada de traços específicos que lhe atribuem vida própria, portanto, diferente da consciência individual, pois, apesar da sua existência só ser possível através dos indivíduos, não é composta pelos mesmos elementos do ser orgânico, que se caracteriza pelo particular, ao contrário, se forma a partir da combinação de vários seres de uma mesma natureza.

Como se pode perceber, o conceito de consciência coletiva é por demais complexo para explicar como as crenças e as percepções coletivas que são disseminadas e de que forma elas afetam e/ou são afetadas por outros aspectos da vida social. Para começar, a ambigüidade denotada neste termo relaciona por um lado os aspectos morais e religiosos e por outro os aspectos cognitivos da consciência coletiva, e não consegue diferenciá-los em suas especificidades, ou seja, crenças e sentimentos referentes a sociedades em diferentes estágios de desenvolvimento, tanto quanto crenças morais e crenças religiosas.

A fim de estabelecer tais diferenciações Durkheim substitui a expressão consciência coletiva por outra denominação: representações coletivas. Esse novo conceito pretende explicar a maneira pela qual o grupo define a si mesmo em suas relações com os objetos externos, ou seja, com “a realidade objetiva dos fatos sociais” (Lukes, 1984). Nota-se, a partir de então, que há um esforço concentrado na obra do autor para a sistematização de representações coletivas que pode ser visto tanto na sua sociologia do conhecimento quanto na sua sociologia da religião.

É importante notar que o conceito de representações coletivas nasce eivado de ambigüidade, e, ao mesmo tempo, refere-se tanto ao modo de pensar quanto àquilo que é pensado; tem sua origem na sociedade e também é referente a ela, ou seja, dito com outras palavras, tanto é a forma quanto o conteúdo. Apesar disso, diz

Durkheim, as representações coletivas têm uma realidade própria que não se confunde e nem pode ser explicada pelas características dos indivíduos.

O poder de engendramento das representações coletivas com os elementos sociais permite que ocorra tanto atração quanto exclusões mútuas que poderão formar diferentes sínteses e novas representações e isto confere à estrutura social um caráter dinâmico. Neste ponto, Durkheim se desdobra para explicar a origem da co-existência de princípios contrários no mesmo ser e se utiliza do próprio método sociológico para propor a solução. Neste caso, a natureza humana deve ser estudada como coisa, ou seja, como um fenômeno comparado a outros fenômenos observáveis, e apenas deste modo, tomada objetivamente, será capaz de superar as idiossincrasias psíquicas e revelar ,através da sua origem na sociedade, a sua verdadeira natureza.

Em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Durkheim(1996) quer demonstrar que o objeto da religião é a transfiguração da sociedade e representa solução dada por ele à antítese entre religião e ciência. Ao desvendar a realidade profunda das religiões, a ciência ratifica a capacidade que têm as sociedades de produzir os deuses de que necessitam para dar conta das necessidades de cada época.

Para Durkheim, a essência da religião é a divisão do mundo entre o sagrado e profano e não a crença em uma divindade transcendental. O que é fundamental da religião não é o fato dela oferecer uma explicação sobre o universo, mas o fato de estabelecer laços entre o homem e Deus e ter como característica fundamental estar ligada entre crenças e práticas obrigatórias. Ao rebater o animismo e o naturismo, Durkheim afirma que esta força exterior que atrai o indivíduo e o traz para fora de si não é um Deus e sim a sociedade. Neste aspecto, a sociedade ocupa o lugar do divino, e, por ser superior aos indivíduos, provoca neles o respeito e o devotamento e os vincula à sua essência superior. Do mesmo modo, as questões da vida cotidiana que se relacionam com o privado, com as preocupações individuais, representam o profano.

De acordo com Durkheim (1996), a sociedade supre o homem de toda a sua humanidade e somente através dela ele é capaz de transcender a sua vida orgânica que depõe sobre a sua condição de homem tomado pela individualidade, reduzido ao organismo animal. Sem a sua constituição pela força coletiva não é possível falar

em personalidade, nem mesmo uma consciência moral e pensamento lógico, que tem origem e destinação social. O indivíduo é uma abstração que só se tornará realidade humana no meio social. Deste modo, falar em sociedade para Durkheim significa falar em homem duplo que convive com duas naturezas: individual e social.

Os conteúdos mentais desse homem duplo pertencem à sua gênese e são tomados como porta de entrada para explicar o sistema das representações coletivas, de modo que, ressaltadas notas anteriores sobre a ambigüidade do termo, destaca-se tanto a noção filosófica de representação como tudo aquilo que afeta a mente ou emana dela e se mantém fixado de forma mais ou menos estável, quanto a noção conceitual que identifica as representações coletivas como derivadas do fenômeno da associação entre homens. Percebe-se, entretanto, que tanto em uma quanto em outra as representações são remetidas a uma categoria totalizadora, que tem por substrato a própria sociedade. Dito de outro modo, a totalidade é a própria sociedade.

Nota-se, então, que o caráter *sui generis* das representações coletivas na obra de Durkheim não foi apresentado como um elemento fundamental de seu esforço para manter a sociologia como uma ciência autônoma. Neste aspecto, toda a sua sociologia, é, ela própria, consistentemente orientada àquilo que faz com que as sociedades se mantenham coesas, ou seja, às forças e estruturas que podem conservar, ou preservar o todo contra qualquer fragmentação ou desintegração. Para Durkheim, toda a significância sociológica das representações coletivas estaria na sua capacidade de manter e conservar o todo social.

O ponto de partida para os estudos de Moscovici sobre as representações sociais foi o seu interesse pelos processos de influência social, sobretudo da minoria, isto o levou a perceber através das suas investigações sobre o fenômeno que as representações não poderiam ser tomadas como algo dado nem tampouco servir simplesmente como variáveis explicativas. No ponto de vista do autor supracitado, a construção das representações é uma questão que deve ser discutida a partir de uma perspectiva sociopsicológica.

Portanto, enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, por outro lado, Moscovici explora a variação e a diversidade das idéias coletivas nas sociedades modernas, isto é, como as coisas

mudam na sociedade e como estas mudanças se tornam parte da vida social. Para Moscovici, essa própria diversidade reflete a falta de homogeneidade dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações.

No que diz respeito ao conceito das representações sociais de Moscovici, pode-se dizer que são conjuntos de conceitos, imagens, afirmações e explicações a respeito de um objeto do conhecimento, que se constituem a partir do desenrolar das comunicações entre os indivíduos, mobilizando as pessoas em torno de uma conduta comum, sendo elemento básico para a constituição da visão de mundo num determinado grupo social. (MOSCOVICI, 2005).

Neste sentido, considera-se que no processo de produção do conhecimento, além do contexto social que lhe dá corpo, há também um papel particular desempenhado pelo indivíduo que imprime nele a sua parte pessoal. Desse modo, as representações sociais são responsáveis por salvaguardar a imagem positiva do grupo, garantir sua especificidade e permitir que os atores sociais mantenham os comportamentos que os diferenciam nas relações entre os grupos, funcionando assim como elemento essencial para a constituição de sua identidade.

O estudo das representações sociais evidencia dois processos importantes para se compreender como elas são formadas: a *objetivação* e a *ancoragem*. A primeira diz respeito à maneira pela qual os elementos da representação são constituídos, tanto quanto eles adquirem materialidade e se expressam na realidade de forma natural. A *ancoragem* permite compreender os pontos de referência relacionados ao tratamento da informação relacionada ao objeto, ou seja, as experiências e os esquemas de pensamentos pré-estabelecidos que norteiam a relação com o objeto.

Pode-se dizer, desse modo, que as representações sociais são constituídas de sistemas de interpretação que possibilitam o novo, o não familiar, o imprevisto, se ancorarem aos conteúdos já adquiridos. A objetivação envolve certas operações simbólicas e estruturantes, pelas quais se dá uma forma a esse conhecimento prático acerca da realidade que é objeto da representação. (PEREIRA DE SÁ, 2002).

Portanto, a objetivação é compreendida como a operação que permite a materialização da palavra e a reabsorção do excesso de significados pelos quais uma realidade é representada. Conseqüentemente, de todas as palavras que representam um assunto, aquelas frações que melhor o descrevem por imagens constituem os núcleos figurativos (MOSCOVICI, 1981).

O fenômeno das representações sociais constitui uma forma de pensamento social que abrange informações, experiências, conhecimentos e modelos que circulam na sociedade e que são recebidos e transmitidos pelas tradições, pela educação e pela comunicação social, o que o torna presente em todas as áreas da vida humana, não se restringindo aos acontecimentos culturais ou políticos. Esse é, portanto, um fenômeno complexo, pois envolve uma multiplicidade de setores, de práticas sociais, de atividades e de objetos da vida humana.

As representações sociais indicam a existência de um pensamento social que resultou das experiências, das crenças e das trocas de informações ocorridas na vida cotidiana dos seres humanos. Em outras palavras, são construções mentais que surgem de uma necessidade e ajudam a orientar a conduta no dia-a-dia, sendo verdadeiras “teorias do senso comum” (JODELET, 2001, p. 22).

Essas ‘teorias’, explica a autora, constituem meios através dos quais se partilha esse mundo com outros, servindo de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. São elas que permitem aos indivíduos “tornar o estranho familiar e o invisível perceptível” por meio de aproximações da realidade.

O estudo das representações sociais, segundo Jodelet (2001), deve ser articulado a elementos afetivos, mentais e sociais, e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, as relações sociais que as afetam e a realidade material, social e das idéias sobre a qual elas vão intervir.

Nesse estudo, ainda conforme Jodelet (2001, p.28), deve-se formular três questões básicas: “Quem sabe e de onde sabe?”, “O que e como se sabe?” e “Sobre o que se sabe e com que efeitos?” Na interpretação de Spink (1995, p. 89), essas três questões remetem para três programas de pesquisa:

1º: Compreender o impacto das correntes de pensamento nas representações sociais dos grupos ou indivíduos;

2º: Entender os processos constitutivos das representações sociais e sua eficácia para o funcionamento social, o que significa procurar entender, por um lado, seu papel na orientação dos comportamentos e na comunicação e, por outro, considerá-la como sistema de recepção (input) de novas informações.

3º: Identificar o papel das representações sociais nas mudanças sociais, particularmente, em termos da constituição de um pensamento social compartilhado.

Desse modo, pode-se abarcar os elementos e relações presentes em uma dada representação, dando conta da complexidade que envolve os termos do processo, isto é, a coisa representada, o sujeito que representa e o que essa produz. As representações sociais de um objeto social passam por um processo de "formação", entendido como encadeamento de fenômenos interativos fruto dos processos sociais no cotidiano do mundo moderno. Esse processo ocorre de forma dinâmica em que grupos e indivíduos participam, produzindo e construindo significados e, por conseguinte, sendo membros participantes da sociedade pensante. Isso faz de indivíduos e grupos elaboradores do pensamento social no qual são levados, constantemente, a (re) avaliarem seus problemas e soluções.

Ainda nesta questão, Bourdieu (2004) evidencia dois aspectos do *habitus* como fundamentais para a compreensão desse fenômeno : sua condição de produto e de produtor. Como produto ou estrutura estruturada, estabelece a conexão entre exterioridade e interioridade, ou seja, entre as estruturas de um tipo particular de meio e o mundo subjetivo das individualidades. Como produtor ou estrutura estruturante, faz a ligação entre interioridade e exterioridade, sendo princípio gerador de práticas e de representações. Desse modo, não apenas concilia interioridade e exterioridade e, principalmente, no que interessa à pesquisa, expressa o diálogo, a troca constante e recíproca entre mundo objetivo e mundo subjetivo, mas também se constitui uma matriz de percepção e de ação capaz de criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas para lidar com a conjuntura cotidiana, podendo ser traduzido como estilo de vida. O *habitus* seria, então, um princípio mediador entre indivíduo e sociedade, na medida em que, ao mesmo tempo, conforma e orienta a ação, é produto de relações sociais e tende a assegurar que essas relações se reproduzam.

No caso da aposentadoria, por exemplo, que tem sido tema recorrente em diversas áreas de estudo, são identificados diferentes significados de aposentadoria para cada sujeito estudado, de acordo com o lugar social que eles ocupam, ou seja, não apenas a classe social como também gênero e ocupação profissional.

Simões (2004), por exemplo, chama a atenção para a imagem do aposentado como “provedor” no sentido de desconstituir a representação de que os idosos seriam um encargo para a família. Ao contrário, o autor procura mostrar que os aposentados permanecem como arrimos de família, e, em alguns casos, principais mantenedores da família, de modo que, além das suas responsabilidades com a própria manutenção, acrescidas outras despesas ligadas aos cuidados com a sua saúde, tem, ademais, o socorro financeiro aos parentes mais jovens, sobretudo os filhos acolhidos por eles em sua casa.

De acordo com o autor acima citado, a despeito da imagem estigmatizada do idoso débil e limitado pelas incapacidades oriundas da idade, o trabalhador aposentado se identificava com o vigor e disposição para continuar a sua luta pela subsistência no movimento das associações de aposentados.

O retorno ao trabalho após a aposentadoria também tem sido alvo de interesse de alguns estudiosos que analisam as condições de vida do aposentado a partir da redução do seu poder aquisitivo após a aposentadoria. Neste sentido, a aposentadoria tem significado para algumas pessoas uma passagem obrigatória para outro trabalho, na medida em que os seus rendimentos são insuficientes para manter o mesmo padrão de vida que tinham quando estavam ativos no trabalho.

Isto ocorre devido ao fato de que os rendimentos dos aposentados são reajustados por uma taxa de reposição abaixo da inflação (e não raro do próprio salário mínimo), incompatível com o valor correspondente ao que cotizou durante toda a sua vida laboral, através das contribuições previdenciárias. Em contrapartida, há uma minoria de aposentados brasileiros que não estão em situação financeira precária e conseguiram manter padrão de vida semelhante ao que tinham quando trabalhavam. Ainda assim, há uma reinserção no mercado de trabalho por parte destes aposentados em busca de reconhecimento por parte da família e da sociedade como sujeitos ativos e produtivos, pois ainda se consideram jovens. (PEIXOTO, 2004).

Por outro lado, Veloz; Nascimento-Schulze; Camargo (1999) identificaram a representação da velhice como a da perda do papel social de trabalhador. A velhice significando um momento de declínio da capacidade para trabalhar, que se apresenta também sob a forma de comparação com pessoas mais jovens.

Por isso, o prolongamento da vida e a necessidade de se manter produtivo para ser reconhecido como sujeito útil à sociedade pode desencadear um sentimento de inutilidade e finitude nos trabalhadores em idade próxima à aposentadoria. Neste sentido, parar de trabalhar pode significar a proximidade com a morte e requer uma preparação para o afastamento gradativo do mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, a etapa da aposentadoria pode não representar uma ruptura com o mundo do trabalho, pode ter um significado de continuidade, e representar, para algumas pessoas, a possibilidade de refletir sobre projetos focados na centralidade do trabalho, bem como o início de uma nova etapa de vida. (AMARILHO; CARLOS, 2005).

A partir das afirmações acima, pode-se observar, então, que a aposentadoria não se caracteriza necessariamente pela entrada na velhice, assim como, também não é marcada pela debilidade e recolhimento. Ao contrário, também pode ser considerada como uma etapa privilegiada de lazer, de novas experiências e realização dos sonhos que não foram possíveis de se realizarem durante a vida adulta.

A etapa da maturidade prolongada ganha novo contexto e se torna um campo fértil para o consumo ativo e agradável. Deste modo, associa-se a aposentadoria à imagem positiva do envelhecimento. (SIMÕES, 2004).

CAPÍTULO II

O ITINERÁRIO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste tópico serão apresentados os caminhos metodológicos definidos para esta Pesquisa, a inserção no campo de pesquisa, sua contextualização, os participantes e a coleta dos dados.

Uma fábrica de muitas histórias

A escolha por esse campo de Pesquisa se deu a partir do contato anterior com a Petrobrás, em 2006, quando foi realizado o estudo⁵ sobre o Programa de Preparação para a Aposentadoria, oferecido por essa organização aos seus trabalhadores. A autorização para a realização desse estudo nas instalações da unidade pesquisada foi vista de forma positiva. Isso ocorreu devido ao fato de que os resultados da pesquisa realizada anteriormente sobre o programa preparatório para aposentadoria – PPA, em algumas das suas unidades de negócios, terem sido considerados por esta organização como relevantes para a avaliação do referido programa oferecido aos seus funcionários aposentáveis.

A Petrobrás é uma organização de grande porte do setor petroquímico que atua na exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados no Brasil e no Exterior. Inicialmente, pretendíamos fazer o trabalho de investigação científica em uma de suas unidades operacionais que atua em atividades de campo (escavação de poços de petróleo) no interior do Estado da Bahia, nos municípios de Alagoinhas e São Sebastião do Passé. No entanto, com a desaprovação, por parte da Direção dessa Unidade, à realização desta pesquisa em

⁵ SANTOS (2006) A Representação Social da Aposentadoria: Um Estudo do Programa de Preparação para Aposentadoria em uma Organização Petroquímica.

suas instalações, redirecionamos o nosso campo da pesquisa para as Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados – FAFEN/PETROBRÁS, localizadas no Pólo Petroquímico do Município de Camaçari, Estado da Bahia e na cidade de Aracajú, no Estado de Sergipe. Entretanto, de imediato, atentou-se para extensão do lócus da investigação e a limitação do tempo para a conclusão da pesquisa

Logo no início dos contatos com a FAFEN ,unidade Bahia, para a viabilização deste estudo nas instalações da fábrica, foi decidido que se restringiria o campo de investigação apenas àquela unidade por entender que não haveria tempo hábil para operacionalizar as visitas à Fábrica no Estado de Sergipe. Após aprovação e definição da atuação desta Pesquisadora na FAFEN/BAHIA foi dado seguimento às visitas de campo, inicialmente apenas observação e registros no diário de campo e posteriormente as entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores participantes deste estudo.

Como veremos adiante, apesar do lócus desta Pesquisa continuar sendo a Petrobrás, a unidade escolhida para este estudo apresenta uma realidade bastante diferenciada das Unidades pesquisadas anteriormente, a começar pela natureza do produto que ela fabrica, e,conseqüentemente, do processo de trabalho desenvolvido.

A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados – FAFEN foi inaugurada na cidade baiana de Camaçari no início da década de 70 e foi pioneira na produção de uréia no Brasil, antecipando o nascimento, anos mais tarde, do maior Pólo Petroquímico da América Latina.

Originariamente, a FAFEN/PETROBRÁS chamava-se NITROFÈRTIL, com duas fábricas, uma no pólo petroquímico de Camaçari na Bahia, e outra na cidade de Laranjeiras em Sergipe. Compunha o setor estatal de fertilizante, formado por 7 empresas controladas pela PETROFÈRTIL, subsidiária da PETROBRÁS. Durante o governo do presidente Fernando Collor foram privatizadas todas as empresas do setor, restando apenas a Nitrofértil, que em 1993, a partir de um decreto do então Presidente Itamar Franco, foi incorporada diretamente à PETROBRÁS, passando a chamar-se FAFEN e permanecendo com as duas fábricas.

A fábrica de Camaçari foi concebida e implantada a partir da década de 60, significou, para Petrobrás e para o país, o início do aproveitamento do gás natural

até então queimado nos campos do Recôncavo, como uma importante matéria-prima para a produção de fertilizantes e produtos químicos. A escolha pela região de Camaçari para instalação da Fafen se deu precipuamente pelas excelentes condições de infra-estrutura de apoio regional (facilidades de transporte rodoviário através de estradas asfaltadas, tanto para Salvador como para o resto do país; estradas de ferro que se ligam aos grandes centros consumidores. Além disso, as condições do solo para construções de um modo geral, abundância de água com boa qualidade num vasto lençol aquífero do qual a água é retirada a partir de poços semi-artesianos, bem como a disponibilidade local para a geração de energia. Não se pode deixar de fora o incentivo fiscal por parte do Estado da Bahia que subsidiou parte da implantação do Pólo Petroquímico.

Para os trabalhadores que participaram da sua implantação a história da FAFEN está associada ao seu compromisso de ser uma fábrica de vida.

Esta é a história de uma planta, contada pelos que deitaram no solo desértico a semente e a fizeram germinar, regando-a com seu suor, protegendo-a das intempéries, arrancando as ervas daninhas que a cercavam, até que ela cresceu e se tornou uma grande planta, geradora de muitas outras. Gerou desenvolvimento, divisas, progresso, mas, sobretudo, gerou alimentos e se transformou em uma fábrica de vidas. (GILBERTO MELO, 2003).

No que se refere à idéia da FAFEN como uma “fábrica de vidas”, a minha breve passagem pelas suas instalações no Pólo Petroquímico do município de Camaçari e os poucos momentos de convivência com a sua rotina, me permitem apontar para uma possível relação de compromisso dessa fábrica com a segurança, a saúde e o meio ambiente. Isto foi possível perceber a partir da rigidez das regras de segurança do trabalho, como, por exemplo, a utilização dos equipamentos de segurança (capacete, óculos de proteção, luvas, botas...) obrigatórios para qualquer pessoa que se dirija às instalações da fábrica, trabalhadores e visitantes.

Para se ter uma idéia do que estou falando, além da exigência de identificação e autorização do empregado responsável⁶ pela sua presença e segurança, em caso de ocorrer algum acidente em alguma planta da fábrica, antes de adentrar a fábrica é obrigatório assistir ao vídeo de segurança que orienta como se comportar durante a sua visita na fábrica, assim como identificar os sinais sonoros que são emitidos quando ocorre alguma situação de perigo na fábrica e a maneira correta de agir. Nesse aspecto, è terminantemente proibido às mulheres, tanto as trabalhadoras quanto as visitantes, utilizarem calçados com saltos, devido à dificuldade de se locomover para a rota de fuga em casos de acidente e se houver a necessidade de evacuação das pessoas.

Atualmente, a FAFEN na Bahia, como indústria petroquímica, fabrica seus produtos a partir de complicadas reações físico-químicas. Processando continuamente gás natural, produz amônia e uréia como produtos principais e gás carbônico como subproduto.

O controle do processo de fabricação consiste em manter, sob rígidos valores, as variáveis: pressão, temperatura e vazão dos diversos fluxos. Trabalha sob condições extremamente severas, com temperaturas atingindo valores de 1.200°C, e pressões que alcançam mais de 250 atm, cujo descontrole põem em risco a vida dos operários e os equipamentos. Alguns fluidos envolvidos no processamento são tóxicos, inflamáveis e explosivos.

Nesse aspecto, mesmo antes de adentrar a fábrica é possível sentir o forte odor exalado pelos componentes químicos, especialmente a amônia, que lá são manipulados. O contato com esse “cheirinho”, como é chamado carinhosamente por alguns empregados, pode provocar dores de cabeça, náuseas e vermelhidão nos olhos quase que imediatamente. Esses foram os sintomas experimentados por mim durante o período (6 meses) em que estive visitando a fábrica uma vez a cada semana. Aqui é importante ressaltar que os empregados não sentiam o odor como algo estranho, mas, “natural”, assim como não relataram o estranhamento inicial (quando começaram a trabalhar na fábrica) com aquela situação.

A planta arquitetônica da FAFEN parece ter sido projetada para equacionar, ou minimizar, os problemas oriundos da sua complexa atividade de processamento

⁶ Apenas os funcionários concursados, considerados efetivos, podem autorizar a entrada de qualquer pessoa na fábrica, os empregados terceirizados não têm esse direito.

químico dos fertilizantes nitrogenados. Isto é, sua estrutura é composta por uma extensa área plana (em torno de 38 000m quadrados), e que acomoda pequenas edificações de um lado, onde estão concentrados os setores administrativos e a direção geral. Do outro lado, estão as grandes plantas que operam os processos químicos, os laboratórios, enfim, toda a área de operação da fábrica.

Na área administrativa, há uma grande edificação que serve de sede para os diversos setores administrativos como, por exemplo, o setor de contratos, faturas, recursos humanos que abrangem outras áreas de serviços. Ao longo da extensão desse prédio maior, há outros prédios menores, como se fossem grandes galpões, que são ocupados pelo serviço de saúde, refeitório, dois bancos comerciais e academia de ginástica. Nas áreas de circulação entre as salas dos prédios há máquinas de café, chocolate e chá para consumo gratuito dos trabalhadores e visitantes.

A fábrica opera 24 horas por dia. Os operadores que controlam o processo trabalham em regime de turnos de revezamentos. Operam as unidades a partir de parâmetros previamente estabelecidos, acompanhando-os diuturnamente, visando manter estável a unidade. Esse controle significa atuar de forma preventiva e contínua, evitando o descontrole do processamento e, quando o mesmo acontece, cabe à equipe de operação controlá-lo.

Esse tipo de controle evita o surgimento de anormalidades, e envolve também o setor de manutenção, que ao atuar preventivamente sobre os equipamentos e ou instrumentos, evita que os mesmos dêem problemas, e atua corretivamente quando esses se danificam. Em função da periculosidade, responsabilidade e complexidade exigidas, a mão-de-obra requerida nesse tipo de fábrica tem um alto grau de especialização, sendo necessários vários anos para se preparar um operário.

A respeito da especialização da mão-de-obra na Fábrica observamos, durante as visitas ao campo, que o contingente de mulheres atuando nos setores operacionais, tais como caldeiras, plantas, etc., é bastante reduzido e envolve mulheres jovens. Do grupo de participantes da nossa pesquisa, apenas os homens estão nestas atividades.

Estes dados da realidade encontrada na Fábrica se coadunam com os estudos de Kergoat (1987) e Hirata (2003) relacionados à questão da divisão sexual do

trabalho baseada em critérios de gênero. Do mesmo modo, esta questão também abre espaço para as investigações de Hirata (2002) quando ela acrescenta mais dois aspectos das relações de gênero, a saber, a divisão sexual do poder e a divisão sexual do saber, também articuladas à divisão sexual do trabalho.

A especificidade do contexto de uma fábrica de fertilizantes, no que se refere à complexidade da operacionalização das suas atividades, poderá enriquecer a análise das questões relacionadas às categorias de análise definidas como norteadoras para este estudo: trabalho, aposentadoria, velhice, corpo e gênero.

Do mesmo modo, por se tratar de um ambiente da indústria petroquímica e historicamente ocupado pelos homens, é de extrema relevância investigar sobre as relações de gênero nas interfaces do trabalho e da representação do corpo na perspectiva da velhice do trabalhador deste segmento industrial.

A escolha dos sujeitos da pesquisa

Os trabalhadores industriais do Pólo Petroquímico da Bahia, representam uma parcela importante do operariado brasileiro que já foi devidamente historiada por importantes pesquisadores sobre o tema, dentre os quais citamos: OLIVEIRA (1987); AGIER (1988); e CASTRO (1988).

Oliveira (1987), focaliza as particularidades da industrialização desencadeada no recôncavo baiano a partir da década de 1950, sob a égide da Petrobrás e como foi que se deu a constituição de uma elite de trabalhadores vinculados a empresas estatais e ao complexo petrolífero, afetando o processo de formação das classes sociais urbanas na Bahia moderna. Seu operariado provém de uma sociedade urbana fortemente influenciada por formas de representação não-classistas, como a tradição cultural afro-brasileira, e por ideologias regionalistas; como a baianidade, incipiente, portanto, de tradição urbano-industrial

Para Guimarães (1987), nesse segmento, onde é marcante a importância dos trabalhadores na indústria de processo contínuo, empregados num conglomerado de indústrias petroquímicas, químico-têxteis, farmacêuticas e plásticas, planejadamente implantadas em torno das atividades de extração e refino de petróleo, que têm na

refinaria Landulfo Alves, em Mataripe, e no II Pólo Petroquímico, em Camaçari, seus eixos principais.

A principal característica do processo contínuo é a ausência de controle efetivo do trabalhador sobre o fluxo e a qualidade da produção, que são programados previamente e instruídos automaticamente aos equipamentos. Por se tratar de processos físico-químicos, não há qualquer manipulação dos produtos ou dos insumos.

A falta de controle do trabalhador sobre o processo produtivo não significa, contudo, a perda do controle sobre o seu processo de trabalho. O trabalhador que controla os equipamentos continua sendo o único a ter efetiva condição de intervir rapidamente sobre qualquer alteração do processo, embora não seja ele quem lhe determine a velocidade ou a qualidade. Para desempenhar adequadamente essa função, ele precisa controlar o seu próprio trabalho, isto é, saber quando, como e onde intervir, e a natureza dos riscos envolvidos, tanto para a vida dos equipamentos quanto para as vidas humanas.

Do mesmo modo, a função de monitoramento não pode ser nunca uma função desempenhada e controlada individualmente. É, forçosamente, uma função coletiva que articula as diversas fases implicadas no processo. Daí a necessidade de se estabilizar um coletivo operário que adquira um íntimo conhecimento com a planta e que desenvolva certo código ético-cultural de autocontrole. O tamanho desse coletivo depende em grande medida do número de pontos de controle existente em cada processo. Este coletivo deve ser calculado em função do número de pessoas necessárias para identificar e corrigir rapidamente eventuais situações que impeçam a operação normal das diversas plantas de que se compõe uma fábrica química.

Trata-se de técnicos de nível médio que desempenham funções peculiares nas indústrias de processo: operar, reparar e monitorar o equipamento e o processo produtivo. O caso paradigmático é o do operador de processo químico. Longe de constituir um outro ofício operário, a atividade do operador é definida como uma profissão: atividade permanente de caráter técnico e mental, dotada de uma carreira, ou seja, de uma gradação de funções e cargos que só podem ser exercidos pelos titulares desse saber.

Com relação às mulheres trabalhadoras, a conquista por um espaço no mercado de trabalho, começou no início do século XIX, quando a sociedade acreditava que o homem era o único provedor das necessidades da família, tendo à mulher a função de mantenedora do lar e educadora dos filhos⁷. De lá para cá houve algumas conquistas, porém, ainda permanece a desvalorização e precarização da mão-de-obra feminina naqueles segmentos definidos como espaços destinados ao trabalho masculino.

Dito isto, pontuamos que ainda há uma predominância do sexo masculino na força de trabalho do setor petroquímico. Foi possível perceber essa tendência analisando o quadro de empregados efetivos da FAFEN-BA. Apenas 20% da mão-de-obra efetiva (não inclui os terceirizados) são de mulheres. Falaremos sobre isso no capítulo seguinte, quando definiremos o perfil dos empregados entrevistados para esse estudo.

Com relação aos participantes dessa pesquisa, são 20 pessoas, na faixa etária entre 45 e 55 anos, de ambos os sexos, escolhidas aleatoriamente dentro do quadro de funcionários efetivos⁸, que estão entre dois e cinco anos para se aposentarem e preenchem os requisitos legais para a contemplação deste benefício. O quantitativo de vinte participantes na pesquisa foi definido a partir do número total de empregados efetivos na FAFEN –BA, em torno de 500, pretendendo-se contemplar uma amostra em torno de 5% do efetivo dessa fábrica.

A definição dos participantes desta pesquisa foi determinada muito antes do contato pessoal, pois, neste caso, já sabia, desde a elaboração do objeto de pesquisa que seriam pesquisados trabalhadores e trabalhadoras de uma indústria petroquímica que estivessem em processo de preparação para aposentadoria, processo esse caracterizado pela categoria tempo, ou seja, trabalhadores que estão entre dois a cinco anos antes de completarem as regras legais para a contemplação do benefício da aposentadoria e com idade entre quarenta e sessenta e cinco anos⁹. De outro modo, a definição da pesquisa como qualitativa e caracterizada por um estudo de campo emergiu no bojo da definição do seu próprio objeto, pois não

⁷ Discutiremos com maior profundidade a questão da mulher no mercado do trabalho em capítulo específico mais adiante.

⁸ Não estão incluídos os trabalhadores terceirizados por empresas de contratação de mão-de-obra que fornecem serviços à Petrobrás.

⁹ De acordo com dados secundários coletados junto aos sites de algumas organizações petroquímicas, esta é a média de idade em que os trabalhadores deste setor se aposentam.

haveria como investigar as representações do grupo participante da pesquisa de modo quantitativo.

Entretanto, como objetivar esta escolha? A princípio houve o questionamento sobre a necessidade de verificar as diferenças nos discursos, pois cada categoria profissional apresenta suas particularidades próprias e definidoras, portanto, identitárias por si mesmas. Contudo, o motivo da escolha da categoria de trabalhadores petroquímicos se deu precipuamente pelo fato desta categoria abarcar um grande número de profissões e pela evidência de uma questão de gênero que se expressa na prevalência de homens entre os profissionais, ou seja, uma categoria representativa dos valores masculinos associados ao trabalho como categoria fundante em suas vidas.

Considera-se, então, que a complexidade do trabalho em uma indústria petroquímica, sobretudo quando envolve questões como divisão sexual tanto do trabalho quanto do poder, pode evidenciar, dentre outras questões, a problemática da relação desse (a) trabalhador(a) com a Velhice e a Aposentadoria.

A cada etapa da pesquisa surgem novas questões que não haviam sido pensadas pelo pesquisador. Lembrando Bourdieu (2004) isso configura o caráter dinâmico e imprevisível da pesquisa social, portanto, não há como confundir o sociólogo com um profeta social.

Neste sentido, uma questão que necessitava de resposta no momento da escolha dos sujeitos refere-se ao fato de como escolher entre o grande número de trabalhadores com as especificidades que se havia delimitado durante o planejamento da pesquisa. Qual o número necessário para tornar o número de participantes significativo? Como dividir os sujeitos da pesquisa para dar conta das especificidades dos diferentes tipos de aposentadorias? Como dar conta do intervalo de quinze anos entre as faixas etárias? A fim de elucidar tais questões, escolheu-se uma única unidade de campo da Petrobrás, a FAFEN/BA, e a definição do número de participantes da pesquisa como vinte (conforme explicitado no tópico anterior). No entanto, quando foi iniciado o trabalho da coleta dos dados no campo percebemos a dificuldade de encontrar trabalhadores que aceitassem participar da pesquisa e a inviabilidade desta meta quantitativa no curto tempo disponível para a realização do trabalho de campo, uma vez que a participação do trabalhador e trabalhadora na pesquisa é voluntária.

Portanto, foi definido como estratégia de pesquisa realizar vinte entrevistas semi-estruturadas, buscando contemplar os universos femininos e masculinos. Do mesmo modo, para dar conta do distanciamento entre as idades dos participantes, optamos pela divisão de grupos baseados no fator idade como elemento necessário na identificação de possíveis diferenças significativas na fala dos participantes antes e após os sessenta anos de idade, assim como, se homem ou mulher.

A técnica e a coleta dos dados

Após a escolha do referencial teórico, a definição dos objetivos da pesquisa, definição do campo de pesquisa e o contato com a organização para aprovação da realização desta pesquisa em suas instalações, o próximo passo foi a coleta dos dados.

A primeira etapa da coleta consistiu na pesquisa quantitativa, dados secundários, junto ao banco de dados da Petrobrás, quando foi levantado o quantitativo de trabalhadores na condição de aposentáveis. Este trabalho foi realizado pelo setor de Recursos Humanos da Empresa, ou seja, apenas recebemos a relação de funcionários e não houve acesso ao banco de dados da organização. Em posse da referida lista de funcionários aposentáveis, foi iniciado o contato com os trabalhadores por telefone, através dos ramais internos da empresa, quando houve a identificação tanto do pesquisador quanto da pesquisa e o convite para a sua participação voluntária no estudo. Os funcionários que aderiram ao convite foram agendados para entrevista, dentro da sua disponibilidade de horário durante a jornada de trabalho. Neste aspecto, houve certa dificuldade no cumprimento da agenda, pois a maioria dos funcionários que foi entrevistada não conseguiu cumprir os horários, por conta das demandas de emergência no trabalho. Mesmo aqueles que não estavam nas áreas de manutenção da fábrica fizeram alusão às “emergências” ocorridas no horário previamente agendado para a realização da entrevista.

Outro ponto importante a destacar é que poucas entrevistas foram realizadas nos setores de atividade do trabalhador, pois, logo de início, o setor de Recursos Humanos disponibilizou uma sala para que fosse utilizada durante a realização das entrevistas com os empregados, com a justificativa de que isto seria mais apropriado

por conta da dificuldade de acesso às áreas operacionais da Fábrica. Entretanto, após o contato direto dessa pesquisadora com as pessoas que participariam das entrevistas, houve o questionamento sobre a sua preferência de local para realização da entrevista, inclusive, colocando-se à sua disposição para encontrá-lo em seu local de trabalho por entender que isto facilitaria a organização do tempo de trabalho para o entrevistado.

Poucos trabalhadores responderam positivamente à possibilidade da visita por parte dessa pesquisadora aos seus locais de trabalho, dos dezessete entrevistados apenas sete permitiram tal visita, dos quais apenas um na área operacional envolvendo o acompanhamento das caldeiras através de painel eletrônico.

Na segunda etapa da pesquisa foi utilizado como instrumento, de coleta de dados primários a entrevista individual semi-estruturada, pelo fato deste instrumento permitir a presença do pesquisador e ao mesmo tempo oferecer possibilidades para que aquele/aquela participante da pesquisa pudesse sentir a espontaneidade necessária ao enriquecimento da investigação. Para tanto, é importante que o conteúdo da entrevista verse sobre o tema de pesquisa, tanto quanto, possa permitir um discurso livre por parte do entrevistado.

Assim, a fim de que os objetivos pretendidos na pesquisa fossem atingidos, foi considerado importante dividir a entrevista em quatro momentos: 1 – Do sujeito (dados sóciodemográficos): escolaridade, renda, idade, família; 2 – Do mundo do trabalho (visões sobre o trabalho): quando começou a trabalhar, quais as profissões exercidas, 3 – Da velhice (percepções sobre o corpo): conceito de envelhecimento, beleza e saúde; 4 – Aposentadoria (perspectivas para saída do mundo do trabalho): aspirações e desejos para a aposentadoria; conceito de lazer.¹⁰

As entrevistas foram gravadas com a autorização prévia dos participantes e, conforme relato anterior, realizadas nas instalações da organização de acordo com a conveniência dos entrevistados. Do mesmo modo, a observação direta no local e as anotações no diário de campo são utilizadas como auxílio na complementação de dados relevantes que porventura não tenham sido contemplados no material coletado a partir das entrevistas.

¹⁰ Ver roteiro nos apêndices.

Metodologicamente o pesquisador tem que saber o que está avaliando e que há um leque de opções que envolvem escolha. No entanto, tais escolhas não deverão estar dissociadas dos princípios que norteiam a profissão do sociólogo, (Bourdieu, 2004), ou seja, a teoria do conhecimento sociológico. Desta forma, os preceitos do método não devem derrocar a vigilância epistemológica, de modo a garantir o questionamento acerca das suas condições e limites de sua aplicabilidade.

Por isso, vale dizer que, as técnicas de pesquisa não constroem saber, elas só terão utilidade quando trazidas para dentro de uma teoria. Para construir uma técnica de investigação é necessário que o pesquisador esteja em contato com o contexto que será estudado, a fim de manter o mínimo de conhecimento sobre essa realidade e assim poder melhor orientar o seu trabalho de pesquisa. Ainda de acordo com Bourdieu (2004), uma boa discussão teórica sobre o método faz parte da metodologia, e isto abrange o fato de que a explicação da técnica implica em uma escolha teórica, pois, sem teoria não seria possível a utilização de nenhum instrumento e nem a aplicação de qualquer técnica. Do mesmo modo, nenhum instrumento ou técnica será suficientemente completo para abarcar toda a realidade estudada.

Nessa pesquisa, a transcrição das entrevistas, materialidade da fala dos entrevistados, constituiu-se fonte referencial para a análise, ao tempo em que possibilitou a busca de elementos comuns que possibilitassem a construção e definição de categorias para análise. Conforme Bardin (1977), esse procedimento é denominado análise de conteúdo e consiste em um conjunto de técnicas que se aplicam aos discursos, podendo, desse modo, apropriar-se de diversos métodos e/ou fórmulas de análise, mas com um objetivo comum: a compreensão da mensagem, inclusive de seus elementos ocultos, possibilitando interpretações. Desse modo, a análise de conteúdo instrumenta a interpretação não apenas dos dados em si, mas possibilita a inferência e a generalização entre as diferentes perspectivas e enunciados dos entrevistados.

Após a transcrição do material da entrevista, é imprescindível buscar a delimitação de categorias centrais que possibilitem a transformação dos dados brutos em unidades de sentido, ou seja, a codificação dos dados, sendo aqui definido como atributo de sentido aos diferentes conceitos, buscando agrupá-los em

torno de um tema. Neste aspecto, é importante destacar que não se trata de nenhuma técnica ou inferência estatística nos dados, bem como a quantificação ou contagem de palavras que qualificariam este estudo como quantitativo. As categorias centrais definem uma regra de recorte e enquadramento, que, na referida pesquisa diz respeito aos temas centrais definidos por gênero e idade, corpo e velhice, trabalho e aposentadoria.

Sobre a sistematização dos dados

A partir deste ponto o pesquisador deverá fazer uso de toda a criatividade possível para apresentar os resultados da sua pesquisa. Neste estudo, foi decidido que a sistematização do material coletado envolverá dois momentos. O primeiro é a caracterização com os dados sóciodemográficos (Sexo, idade, escolaridade, estado civil, número de filhos, faixa salarial, cor e bairro onde mora) dos sujeitos, acrescidos de outros dados que sejam considerados pertinentes à compreensão dos valores sociais envolvidos. O segundo diz respeito à análise temática de conteúdo: identificação e construção de categorias temáticas dentro dos temas abordados na revisão teórica.

A princípio, os temas centrais definidos para esta pesquisa dizem respeito ao trabalho: identificação de como os sujeitos se percebem a partir do trabalho; Aposentadoria: quais as implicações da passagem de trabalhador (a) a aposentado (a), preparação para aposentadoria, ocupação do tempo livre, conceito de aposentadoria; Velhice: conceito de envelhecimento, saúde e bem estar; Corpo: conceito de beleza e limitações do corpo para o trabalho, de acordo com o gênero, sexo e a idade.

“Falta pouco”

Falta pouco para acabar
o uso desta mesa pela manhã
o hábito de chegar à janela da esquerda
aberta sobre enxugadores de roupa.

Falta pouco para acabar
a própria obrigação de roupa
a obrigação de fazer barba
a consulta de dicionários
a conversa com amigos por telefone.

Falta pouco
Para acabar o recebimento de cartas
As sempre adiadas respostas
O pagamento de impostos ao país, à cidade
As novidades sangrentas do mundo
A música dos intervalos.

Falta pouco para o mundo acabar
Sem explosão
Sem outro ruído
Além do que escapa da garganta com falta de ar.
Agora que ele estava principiando
a confessar
na bruma seu semblante e melodia.

CARLOS DRUMOND DE ANDRADE

In: A vida passada a limpo – A falta que ama.

CAPÍTULO III

VERIFICANDO OS RESULTADOS

No que se refere à análise propriamente dita, é o momento em que se busca a integração entre o conteúdo da fala dos sujeitos entrevistados e as teorias articuladas no quadro referencial através da análise das categorias temáticas obtidas. Nesta parte do estudo os dados serão analisados a partir da articulação entre o relato dos participantes da pesquisa e as categorias definidas como elementos articuladores entre o referencial teórico e a materialidade da fala dos sujeitos.

A nossa orientação para a análise de conteúdo se baseou na conotação construtiva – interpretativa, ou seja, uma forma de análise aberta, processual e construtiva, sem a pretensão reducionista de limitar os conteúdos a categorias restritivas.

A fim de esclarecermos sobre o processamento e análise dos dados desta pesquisa, tomaremos de empréstimo os estudos de Gonzalez Rey (2002) quando ele diz que a pesquisa qualitativa acontece processualmente, ou seja, envolve também as fases de construção e produção de idéias pelo pesquisador na trajetória da pesquisa.

Considera-se, então, que os dados levantados são tomados como elementos facilitadores para o problema estudado, de modo que eles adquirem significação seja a partir do instrumento utilizado ou dos acontecimentos inusitados que porventura venham a surgir no decorrer da pesquisa. Dito em outras palavras, a pesquisa qualitativa segue o curso das demandas que são criadas ao longo do processo de conhecimento e possibilita a construção de interações entre sujeito e objeto cada vez mais abrangentes que superam o simples registro dos dados.

Ainda de acordo com o autor supracitado, a legitimidade dos dados não se dá apenas pela sua relação com o objeto estudado, mas também pela sua capacidade de estabelecer significações nos diferentes momentos da pesquisa. Portanto, um

mesmo dado poderá permear diferentes momentos de elaboração teórica e se relacionar com outros dados e assim possibilitar o surgimento de múltiplas significações.

Pode-se dizer, que os dados são elementos concretos no campo da pesquisa e os indicadores são elementos significados a partir da interpretação do pesquisador, ou seja, a relação estabelecida entre um conjunto de elementos, que, naquele contexto estudado, permitirá o desenvolvimento de hipóteses que não se apresentam no conteúdo explícito de nenhum dos elementos tomados separadamente. O dado se refere a um conteúdo explícito e o indicador estará sempre associado a um conteúdo interpretativo irreduzível ao dado. Portanto, "... os indicadores são categorias que facilitam o seguimento dos complexos processos que caracterizam qualquer pesquisa contextualizada no estudo da subjetividade humana..." (GONZALEZ REY 2002 pp. 64).

De acordo com a assertiva acima, pode-se dizer que a definição de categorias representa um momento de integração e generalização dos elementos, que não podem pertencer a rígidos marcos teóricos definidos a priori.

Nessa perspectiva, a produção do conhecimento, no ponto de vista qualitativo, acontece a partir de uma lógica configuracional, ou seja, o pesquisador participa ativamente do processo de construção do conhecimento a partir da sua experimentação e produção intelectual diante dos recursos disponíveis em cada etapa da pesquisa.

Portanto, a relação do pesquisador com o problema estudado pode acontecer de diferentes maneiras dada a complexidade dos processos intelectuais subjacentes ao estudo sobre a subjetividade humana.

Para processar e analisar os dados coletados nesta pesquisa foi transcrita a fala dos entrevistados e elaborados quatro agrupamentos norteadores para a nossa análise, são eles: 1 – Percepções dos trabalhadores sobre a Velhice e a Aposentadoria relacionadas às suas Representações sobre o Trabalho ; 2 – Representações dos trabalhadores sobre a sua relação com o corpo físico no ambiente de trabalho ; 3 – Articulação entre as percepções dos trabalhadores sobre a velhice e a sua condição de gênero, sexo e idade; 4 – outras percepções.

Na etapa seguinte, serão definidos os indicadores surgidos das falas dos entrevistados relacionadas à percepção do corpo; imagens do corpo e significado das imagens. Em seguida, a partir da análise de conteúdo dos indicadores definidos, serão destacados aqueles considerados mais próximos da representação do envelhecimento e da aposentadoria relacionadas ao limite do corpo físico.

A análise dos indicadores pretende demonstrar a dualidade do discurso do trabalhador em relação à sua percepção sobre a velhice, ou seja, ao mesmo tempo em que diz não se sentir velho, pois continua com vigor para o trabalho, reclama sobre as limitações impostas pelo corpo que envelhece, como, por exemplo, o cansaço oriundo do trabalho em regime de escala (24/48h).

Isto poderia estar nos revelando que o trabalhador em processo de aposentadoria é susceptível de perceber o seu corpo como inapto para o trabalho? Ou então que o trabalhador aposentável desconhece o corpo físico que lhe será “devolvido” pela Empresa por não servir mais para o trabalho? Veremos adiante.

Perfil sociodemográfico dos participantes

Este tópico tem por objetivo apresentar os resultados obtidos a partir da coleta de dados segundo os respondentes deste estudo e analisá-los à luz dos conhecimentos teóricos abordados na literatura revisada.

O levantamento dos dados sóciodemográficos esclarece sobre o delineamento dos participantes deste estudo a partir das seguintes informações: Sexo, Idade, Cor, Religião, Escolaridade, Estado Civil, Número de filhos, Faixa salarial, Bairro onde mora e pessoas com quem mora.

A tabela seguinte demonstra a composição dos participantes dessa pesquisa de acordo com os dados sóciodemográficos.

TABELA 3 - Dados sociodemográfico dos participantes da pesquisa

Nome¹¹	Sexo	Idade	Cor	Religião	Escolaridade	Est. civil	Filhos¹²	Fx¹³ salario	Bairro¹⁴	Mora com
1.Fernandes	Masc	51	Preta	Crente	Ensino médio	Casado	2(m/f)	13 -25	C. Azul	Esposa/filhos
2. Almeida	Fem	52	Parda	Católica	Ens. Superior	Divorciada	1 (m)	06 -12	Brotas	O filho
3. Roberto	Masc	49	Parda	Católica	Ensino médio	Casado	2(m/f)	13 – 25	Imbuí	Esposa/filhos
4. Amaral	Fem	55	Parda	Católica	Ensino médio	Divorciada	1 (F)	06 -12	Paripe	Sozinha
5. Mendonça	Masc	53	Parda	Ateu	Ens. Superior	Divorciado	4 (2m/2f)	+ de 25	Pituba	Sozinho
6. S. Filho	Masc	53	Preto	Católico	Ensino médio	Casado	2 (M)	13 - 25	Pituba	Esposa /filhos
7. Rodrigues	Masc	55	Parda	Católico	Ensino médio	Casado	2 (m/f)	6 – 12	Pituba	Esposa/filhos
8. Oliveira	Fem	55	Preta	Espírita	Ensino médio	Divorciada	2 (M)	6 - 12	Itapoã	Os filhos
9. Silva	Fem	50	Preta	Católica	Ensino médio	Solteira	2 (M)	6 – 12	Brotas	Os filhos
10. Dantas	Fem	52	Parda	Católica	Ensino médio	Casada	2 (M/F)	0 - 5	Matatu	Esposo/filhos
11. Santos	Fem	51	Preta	Católica	Ens. Superior	Divorciada	2 (M)	6 – 12	V.Laura	Os filhos
12. Machado	Fem	48	Preta	Católica	Ens. Superior	Separada	2 (M/F)	13 – 25	Piatã	Os filhos
13. Leite	Mas	53	Preta	Ateu	Ensino médio	Casado	2 (M)		Pituba	Esposa/filhos

¹¹ Adotamos o critério de fazer o registro do nome fictício a pedido da maioria dos participantes.

¹² M= Sexo masculino e F= Sexo feminino e a faixa etária dos filhos fica entre 18 e 29anos.

¹³ A faixa salarial está registrada por média e tomando por parâmetro a quantidade de salários mínimos.

¹⁴ Bairro onde mora atualmente

14. Francisco	Masc	52	Preto	Católica	Ensino médio	Casado	5(3H/2M)	13 – 25	Uruguai	Esposa/filhos
15. Maria	Fem	48	Preta	Católica	Ensino médio	Solteira	1 (M)	6 -12	Uruguai	Sozinha
16. Fonseca	Fem	53	Preta	Católica	Ensino médio	Solteira	Não tem	6 – 12	St. Cruz	Sozinha
17. Maria C.	Fem	49	Parda	Católica	Ens. Superior	Divorciada	1 (M)	0 – 5	Ondina	Filha
18. Josefa	Fem	50	Preta	Evangélica	Ensino médio	Separada	2 M	6 – 12	Pituba	Filhos
19. Mariana	Fem	52	Preta	Espírita	Ens. Superior	Separada	Não tem	6 – 12	Imbuí	Sozinha
20. Marisa	Fem	51	Parda	Evangélica	Ens. Superior	Separada	Não tem	6 – 12	L.Freitas	Sozinha

Fonte: Dados primários levantados na entrevista individual semi-estruturada - 2008

Sexo, estado civil e idade

Quando se fala sobre o sexo dos participantes desta pesquisa é importante relacionar o conceito originado da sua raiz biológica às marcas que o corpo socializado pela cultura traz em si. Para Motta (2005) o sexo se apresenta como um construto social que tem por referência o masculino e o feminino, e, conseqüentemente, o “ser” homem e o “ser” mulher. Neste sentido, a diferenciação social estabelecida a partir das características sexuais é reconhecida como gênero e está na base da divisão sexual do trabalho que existe nas sociedades.

Portanto, compreende-se que a sociedade é sexualmente dividida, hierarquizada e desigual. Os papéis femininos e masculinos variam de acordo com o tempo e espaço e tanto homens quanto mulheres foram educados para conviverem “naturalmente” com a desigualdade de papéis.

Desse modo, a ideologia “natural” do gênero atribui às mulheres as tarefas vistas como menos significativas pela sociedade, como por exemplo, as tarefas domésticas, as atividades que não envolvem força física, etc., o que corrobora o status de complementaridade atribuído ao trabalho da mulher nos diversos contextos sociais.

A esse respeito, observa-se que a maioria dos participantes deste estudo pertence ao sexo feminino (65%) e exerce atividades administrativas – ver tabela 3. Nos relatos obtidos a partir de entrevista individual, tanto os homens quanto as mulheres falaram das especificidades das atividades exercidas por eles e observam que determinadas tarefas na Fábrica não poderiam ser realizadas por MULHERES porque elas não têm força física, como visto na fala deste trabalhador de 53 anos de idade, casado e pai de dois filhos:

... Ah, quando tem mulher trabalhando na área, alguma poucas viu... eu fico com pena delas, mas a gente não deixa elas pegarem no pesado não, os homens todos se juntam e vai ajudar ela. Nós ficamos com medo de alguma coisa acontecer e então damos as partes mais fáceis do trabalho para ela...

Por sua vez, algumas mulheres entrevistadas entendem que o trabalho “pesado” da fábrica deve ser desempenhado pelos homens pois a jornada de trabalho de 24/48h atrapalha as tarefas domésticas desenvolvidas pelas mulheres, como o cuidado com os filhos, e os homens não têm essa obrigação, como disse esta trabalhadora de 48 anos, casada e com 2 filhos adolescentes:

... Minha filha, eu é que não caio nesta maluquice de trabalhar de turno não, não tenho essa ganância de ganhar mundos e fundos como vejo algumas mulheres aqui que nem ligam para os filhos e nem para a casa parecendo homens. Eu não, meu marido e meus filhos estão em primeiro lugar, não quero me arrepender e depois chorar o leite derramado. Graças a Deus já estou perto de me aposentar... Não tenho mais força para isso não...

Esse relato identifica a idéia da “naturalização” das questões de gênero e evidencia a discriminação por parte de algumas mulheres em relação àquelas que rompem com o padrão de aceitação pacífica das desigualdades do trabalho entre os sexos. Do mesmo modo, também evidencia a dupla jornada de trabalho das mulheres em relação aos homens, no que se refere ao trabalho doméstico não remunerado.

Para Nobre (2004) as relações sociais entre mulheres e homens são definidas a partir da divisão sexual do trabalho, que estabelece a separação de tarefas e funções atribuídas aos dois sexos de forma diferenciada e hierárquica, e atribui maior valor e reconhecimento social às atividades desenvolvidas pelos homens. Do mesmo modo, diz Nobre, tal divisão acontece no âmbito da “produção”, vista como sendo atribuição do masculino e a “reprodução” como esfera de atuação do feminino. A visão típica de família no sistema capitalista evidencia o pai-mantenedor e a mãe dona de casa, de modo que produção e reprodução ocupam espaços diferenciados na sociedade.

Assim, apesar de compartilharem da mesma jornada de trabalho e contribuírem financeiramente no orçamento doméstico, as mulheres tomam para si a tarefa de administrar a casa e a criação dos filhos, e também os cuidados com o marido, ou seja, o cumprimento das tarefas de manutenção e reprodução do sistema capitalista.

Outro ponto importante ressaltado pela autora supracitada faz referência ao valor atribuído ao trabalho desenvolvido pelas mulheres e que se expressa na qualificação do gênero para o desempenho de tarefas específicas, ditas como “profissões femininas”. A naturalização destas profissões acaba por limitar o aprendizado feminino a determinados “guetos” do mercado de trabalho e manter a sua baixa remuneração. Do mesmo modo, a autora traz ainda a hipótese de que a supervalorização dos bens de produção pela sociedade capitalista, dentre os quais a tecnologia, termina por distanciar a mulher do mercado de trabalho valorizado pela sociedade, uma vez que à mulher fora negado o acesso a tais conhecimentos. Isto corrobora a idéia de que o valor e o reconhecimento pelo trabalho não é intrínseco a ele, mas a quem o faz.

Por outro lado, nos casos em que as mulheres ocupam o lugar de principais provedoras do orçamento doméstico é comum algumas delas não aceitarem a responsabilidade exclusiva das tarefas domésticas e proporem a divisão deste trabalho com o homem. A esse respeito, algumas mulheres entrevistadas relataram que o seu salário era muito superior ao de seus maridos, mas, ainda assim, continuavam com a dupla jornada de trabalho pois os seus maridos não assumiam as tarefas domésticas. Isto contribuiu para a separação do casal. Foi observado que das treze mulheres entrevistadas apenas uma se mantinha no casamento, conforme demonstra a tabela 4:

Tabela 4: Trabalhadores por sexo, idade e estado civil

	Homens	%¹⁶	Mulheres	%
Idade				
45 –50	01	14,2	02	15,4
51 – 55	06	85,7	11	84,6
Estado civil				
Casado (a)	06	85,7	01	7,7
Separado (a)	01	14,2	11	84,6
Solteiro (a) ¹⁵	0	0	01	7,7
Total	07	100	13	100

Fonte: Dados primários coletados através de entrevista individual semi-estruturada com os trabalhadores – 2008.

Inversamente às mulheres, apenas um, dos sete homens entrevistados, relatou estar separado da esposa, porém, disse ter namorada fixa há mais de dois anos. Os demais homens que foram entrevistados se identificaram como casados e disseram continuar com a mesma esposa, ou seja, nenhum deles havia se separado.

Algumas das mulheres divorciadas que responderam à entrevista relataram que seus casamentos não deram certo pelo fato de seus ex-maridos não aceitarem bem o fato delas ganharem mais do que ele, assim como, não admitirem as ausências prolongadas do lar por conta da extensão de sua jornada de trabalho, ou seja, as horas extras e viagens a trabalho.

Therborn (2006) analisa o casamento humano como uma instituição sóciosexual que faz parte da ampla e complexa instituição família, ou seja, o casamento é entendido pelo autor como uma ordem sexual. Nesta perspectiva, o

¹⁵ Trabalhadores que nunca casaram e sempre moraram sozinhos, mesmo que tenham filhos.

¹⁶ Estamos considerando o percentual em relação à quantidade de participantes por sexo e não ao número total de participantes

casamento é um importante mecanismo para estabelecer o status social da vida adulta, sobretudo o do sexo masculino, uma vez que, historicamente a definição da idade adulta das mulheres não atende aos mesmos padrões sociais que a dos homens. Para este autor, o casamento também pode ser visto como “um arranjo para a procriação, uma maneira de se cuidar dos frutos da sexualidade...” (pp199).

Vale ressaltar o fato de que tanto os homens quanto as mulheres entrevistadas fizeram referência à pouca idade com que se casaram. Relacionaram seus casamentos como uma atitude planejada que envolveu a expectativa de estabilidade e equilíbrio financeiro para o casal. No que se refere às mulheres, fica bastante evidente em alguns relatos que a carreira profissional sempre esteve presente em suas vidas como um referencial de independência econômica em relação aos seus maridos, ainda que as rendas individuais se transformassem em uma única renda no orçamento do casal.

Com relação ao fator *idade*, nos chama atenção a faixa etária – entre 48 e 55 anos – destes trabalhadores, ou seja, são classificados como adultos e estão fora da faixa de idade em que normalmente os trabalhadores se aposentam.¹⁷

Não se pode negar que o fator idade é um importante elemento de organização das relações sociais e impõe limites à vida social dos sujeitos, na medida em que lhes são atribuídos sentidos culturais, políticos e econômicos, como, por exemplo, a definição da entrada e saída do mercado de trabalho. (MOTTA, 2007). Do mesmo modo, Bourdieu (1983) afirma não haver um padrão único de definição das idades e que estas são estabelecidas de acordo com as especificidades de cada sociedade e Lenoir (1997) chama a atenção para o jogo de poder entre as gerações.

Observa-se, ainda, que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que participaram deste estudo ingressou no mercado de trabalho em torno dos 18 anos de idade, fato este que identifica esta geração de trabalhadoras e trabalhadores petroquímicos que se encontram hoje na faixa etária entre 48 e 55 anos, e próximos a se aposentarem, fortemente vinculada ao trabalho como elemento importante nas suas trajetórias de vida.¹⁸

¹⁷ Retomaremos este debate quando forem analisados os dados sobre a questão da aposentadoria.

¹⁸ Aprofundaremos esta questão quando analisarmos os dados relacionados às representações sobre o trabalho.

Outro ponto importante evidenciado pelos trabalhadores é que o ingresso no mercado de trabalho em uma organização como a Petrobrás era sinônimo de mobilidade social, pois, para eles, “ser Petroleiro era como ganhar na loteria” (sic) e o sonho dos pais era ver o filho na Petrobrás porque além de pagar um bom salário, “cuidava” do trabalhador como se fosse uma família. Observem o relato desta trabalhadora de 52 anos, divorciada e mãe de um filho adulto:

A Petrobras na minha vida foi assim uma das coisas mais importantes, eu trabalhar na Petrobras. Eu acho que foi assim pra mim uma sorte um presente divino. Porque eu me lembro eu era criança eu passava do lado da Petrobras. Eu dizia: pó, meu painho, trabalhar aqui é tão bom, mas ai eu lembro que meu pai dizia: olha minha filha quem trabalha ai é só rico. Tipo assim isso ai não é pra a gente não entendeu? A gente ia pra feira sábado, não tinha mercado naquele tempo, ai eu ficava assim olhando, ficava sonhando entendeu? Meu pai me contou isso muito tempo depois, que eu dizia assim: poxa, eu quero trabalhar nesse prédio. Ai meu pai queria que eu fosse professora. Ai eu consegui trabalhar na Petrobras e ser 87E?

Com relação ao papel que a Petrobrás ocupa em suas vidas, parece haver um sentimento de pertencimento a uma “família”. Isto foi evidenciado durante a realização das entrevistas, mais pelos homens do que pelas mulheres, quando se referiram ao item saúde e trabalho/adoecimento. Levantamos aqui a hipótese de que este destaque dado pelo trabalhador ao componente familiar na organização seria para justificar as suas queixas sobre as limitações relacionadas ao desenvolvimento de algumas atividades de natureza operacional, como, por exemplo, monitorar caldeiras. Observamos também, certa uniformidade no discurso desses trabalhadores quando se referiram ao papel de “cuidador” exercido pela organização.

TABELA 5: Características dos trabalhadores por área de atuação na empresa

Nome¹⁹	Formação	Faixa²⁰ salarial	Cargo que ocupa	Tempo na Empresa
1. Fernandes	Ensino médio	13 -25	Operador II	29 anos
2. Almeida	Ens. Superior	06 -12	Técnica Contábil	29 anos
3. Roberto	Ensino médio	13 – 25	Técnico operação	28 anos
4. Amaral	Ensino médio	06 -12	Téc. Administrativo	29 anos
5. Mendonça	Ens. Superior	+ de 25	Engenheiro	29 anos
6. S. Filho	Ensino médio	13 - 25	Operador processo	30 anos
7. Rodrigues	Ensino médio	6 – 12	Técnico químico	28 anos
8. Oliveira	Ensino médio	6 - 12	Técnica suprimento	29 anos
9. Silva	Ensino médio	6 – 12	Técnico suprimento	26 anos
10. Dantas	Ensino médio	0 - 5	Téc. Adm. controle	30 anos
11. Santos	Ens. Superior	6 – 12	Téc. Administrativo	29 anos
12. Machado	Ens. Superior	13 – 25	C. Faturamento	29 anos
13. Leite	Ensino médio	13 – 25	Coordenador Turno	29 anos
14. Francisco	Ensino médio	6 -12	Operador pleno	30 anos

¹⁹ Adotamos o critério de fazer o registro do nome fictício a pedido da maioria dos participantes.

²⁰ A faixa salarial está registrada por média e tomando por parâmetro a quantidade de salários mínimos.

15. Maria	Ensino médio	6 – 12	Téc. Administrativo	29 anos
16. Fonseca	Ensino médio	0 – 5	Téc. Administrativo	30 anos
17. Maria C.	Ens. Superior	6 – 12	Téc. Administrativo	29 anos
18. Josefa	Ensino médio	6 – 12	Téc. Administrativo	28 anos
19. Mariana	Ens. Superior	6 – 12	Téc. Administrativo	30 anos
20. Marisa	Ens. Superior	6 – 12	Téc. Administrativo	28 anos

Fonte: Dados primários coletados através de entrevista individual semi-estruturada – 2008.

Escolaridade, renda e tempo de serviço na empresa

Todas as 13 trabalhadoras e os 7 trabalhadores que participaram desta pesquisa têm entre 26 e 30 anos trabalhando na Petrobrás. Desse quantitativo, 9 mulheres e 3 homens, estão nessa empresa desde o primeiro emprego.

Apesar do longo tempo de trabalho dentro da mesma organização, e talvez por passar a maior parte do seu tempo em outro Município (Camaçari), foi observado – observação de campo – que apenas cinco dos vinte trabalhadores entrevistados, dos quais três são mulheres, relataram ter desenvolvido forte vínculo de amizade com os seus colegas de trabalho fora da organização.

A maioria das mulheres (61,5%)²¹ tem grau de escolaridade superior enquanto a maioria dos homens (85,7%) tem apenas o Ensino Médio, ao mesmo tempo em que a renda dos homens é superior à das mulheres, ainda que elas tenham maior nível de escolaridade. Curiosamente, nenhum dos homens entrevistados disse ganhar abaixo de seis salários mínimos, do mesmo modo, nenhuma das mulheres entrevistadas se identificou na faixa salarial acima de vinte e cinco salários mínimos.

Outro dado importante é o fato de não haver nenhum dos homens que foram entrevistados desempenhando tarefas administrativas, ao passo que, 69,2% das mulheres entrevistadas estão alocadas em setores cujo serviço tem natureza administrativa. Apenas 2 das mulheres que responderam às entrevistas trabalham no setor de suprimento, que tem como tarefa principal a conferência das mercadorias que são adquiridas pela fábrica com os seus fornecedores (insumos, materiais de consumo, etc.)²².

Estas informações fornecidas, tanto pelas mulheres quanto pelos homens que participaram deste estudo, corroboram as considerações dos estudiosos sobre as questões de gênero evidenciadas na revisão de literatura realizada anterior a esta análise, sobretudo no que se refere à baixa remuneração das mulheres no mercado de trabalho em relação aos homens. Assim, tanto Scott (1987) quanto Hirata (1998)

²¹ Ver tabela 3

²² Informações oriundas das anotações de campo durante observação neste setor e conversa informal com estas trabalhadoras.

falam da segregação sexual no mercado de trabalho e chamam atenção para a “naturalização” das diferenças entre os sexos. Ver a tabela 6.

Tabela 6: Trabalhadores por sexo, escolaridade e renda

	Homens	%	Mulheres	%
Idade				
45 – 50	01	14,2	02	15,4
51 – 55	06	85,7	11	84,6
Escolaridade				
Fundamental	0	0	0	0
Médio	06	85,7	05	38,5
Superior	01	14,3	08	61,5
FX salarial²³				
0 – 5	0	0	02	15,4
6 – 12	02	28,6	07	53,8
13 – 25	04	57,1	04	30,8
+ 25	01	14,3	0	0
Total	07	100	13	100

Fonte: Dados primários coletados através de entrevista individual semi-estruturada com os trabalhadores – 2008.

Com relação ao tempo de vínculo empregatício com a Petrobrás, tanto os homens quanto as mulheres estão entre dois a cinco anos para completarem os requisitos legais que garantem a aposentadoria do trabalhador por tempo de serviço. A maioria deles está com aproximadamente trinta anos de serviços prestados e com

²³ Quantidade de salários mínimos

a média de idade em torno de 50 anos. Pela regra atual para concessão do benefício da aposentadoria, o trabalhador deverá ter contribuído financeiramente para o INSS por no mínimo 35 anos e ter a idade mínima 53 anos.²⁴

Tabela 7: Trabalhadores por Cargo, Renda e Tempo de Serviço

FUNÇÃO/ CARGO ²⁵	Homens		Mulheres	
	N=7	%	N= 13	%
Téc. Administrativo	0	0	09	69,2
Téc. Operacional	05	71,4	02	15,4
Engenheiro	01	14,3	0	0
Supervisor	01	14,3	02	15,4
RENDA – SM				
0 - 5 SM	0	0	02	15,4
06 – 12 SM	02	28,6	10	76,9
13 – 25 SM	04	57,1	01	7,7
< 25 SM ²⁶	01	14,3	0	0
TEMPO NA EMPRESA				
25 – 30	07	100	13	100

Fonte: Dados primários coletados através de entrevista individual semi-estruturada com os trabalhadores – 2008.

²⁴ Ver tabelas 1 e 2.

²⁵ Ver relação detalhada na tabela 5 .

²⁶ S M = Salário Mínimo.

A FAFEN/PETROBÁS do Estado da Bahia tinha até o mês de setembro/2008 um quadro efetivo de 483 funcionários²⁷, com apenas sessenta e três mulheres. Desse efetivo, 46 trabalhadores estão na condição de aposentáveis (entre dois a cinco anos da aposentadoria legal), 20 homens e 26 mulheres.

Outro ponto importante que ressaltamos em nossa análise diz respeito aos dados levantados com relação aos aspectos raciais dos trabalhadores (as) petroquímicos entrevistados. Curiosamente, a maioria dos participantes identificados com a cor preta pertence ao sexo feminino, ou seja, do total de mulheres entrevistadas (13) apenas duas eram de cor branca. Quanto aos homens, a maioria foi considerada de cor branca.

Estes dados, quando relacionados com o estado civil e o bairro onde moram, nos permitem atentar para o fato de que as mulheres de cor preta e separadas de seus maridos moram, atualmente, nos bairros habitados precipuamente pela classe de trabalhadores oriunda da periferia (Santa Cruz, Uruguai, Brotas), isto é, trabalhadores que cresceram na hierarquia social a partir do aumento da sua renda originada pelo trabalho.

Por sua vez, os homens que foram entrevistados, de maneira geral, moram em bairros nobres (Pituba, Costa Azul), porém, ao falarem de suas histórias de vida, demonstram que também moraram em bairros da periferia, mas não se identificavam com a pobreza em que conviviam. Assim, a primeira meta quando começaram a trabalhar foi morar em um bairro melhor, como, por exemplo, Pituba.²⁸

É importante dizer que a renda média desses trabalhadores, entre seis e doze salários mínimos, e o tempo de serviço (em torno de 28 anos) remunerado é compatível com o status de um bairro de classe média. Contudo, algumas mulheres fizeram referência à rede de apoio encontrada em bairros mais simples para as mães que trabalham, ao passo que nos bairros ricos seria cada um por si, as pessoas não se conhecem.

No capítulo seguinte, discutiremos as principais representações que emergiram dos relatos desses trabalhadores (as) petroquímicos que estão próximos a se aposentarem.

²⁷ Os trabalhadores contratados não estão sendo considerados, apenas os empregados concursados.

²⁸ Dos 7 homens entrevistados, 4 moram na Pituba.

“Idade madura”

Já não dirão que estou resignado e perdi os melhores dias.
Dentro de mim, bem no fundo, há reservas colossais de tempo,
futuro, pós-futuro, pretérito, há domingos, regatas, procissões, há
mitos proletários, condutos subterrâneos, janelas em febre, massas
de água salgada, meditação e sarcasmo.

Ninguém me fará calar, gritarei sempre que se abafe um prazer,
apontarei os desanimados, negociarei em voz baixa com os
conspiradores, transmitirei recados que não se ousa dar nem
receber, serei, no circo, o palhaço, serei médico, faca de pão,
remédio, toalha, serei bonde, barco, loja de calçados, igreja,
enxovia, serei as coisas mais ordinárias e humanas, e também as
excepcionais.

Tudo depende da hora e de certa inclinação feérica, viva em mim
como um inseto.

Idade madura em olhos, receitas e pés, ela me invade com sua maré
de ciências afinal superadas.

Posso desprezar ou querer os institutos, as lendas, descobri na pele
certos sinais que aos vinte não via.

Eles dizem o caminho, embora também se acovardem em face de
tanta claridade roubada ao tempo.

Mas eu sigo, cada vez menos solitário, em ruas extremamente
dispersas, transito no canto do homem ou da máquina que roda,
aborreço-me de tanta riqueza, jogo-a toda por um número de casa
e ganho.

CARLOS DRUMOND DE ANDRADE
“Idade madura”. In: Antologia Poética

CAPÍTULO IV

UMA VIDA DE TRABALHO: UM CORPO SEM LIMITES

Iniciaremos este tópico lembrando que os trabalhadores participantes deste estudo estão entre dois a cinco anos para completarem os requisitos legais para a concessão da aposentadoria, portanto, têm uma vida laboral em torno de trinta anos desenvolvendo atividades profissionais nessa organização que envolve não apenas o desgaste físico como também emocional. Alguns desses trabalhadores lidam com situações de grande periculosidade e chegam a ficar confinados no trabalho durante vários dias seguidos sem nenhum contato com a família.²⁹

Assim, neste caso, apenas entender os conceitos de trabalho e subjetividade não dão conta da aproximação do real, torna-se necessário que outros elementos sejam acrescentados à análise de modo a compreender o contexto do trabalhador petroquímico, sobretudo aqueles que trabalham sob constante tensão³⁰.

Dentre os entrevistados, a grande maioria começou a trabalhar nesta organização muito jovem (18-23 anos) e vem originalmente de uma camada social desfavorecida economicamente. Eles atribuem o seu crescimento financeiro e conseqüente mudança de *status* a essa organização que os acolheu, muitas vezes sem a qualificação necessária ao exercício da atividade, portanto, consideram-na como a primeira na hierarquia de gratidão, no relato de alguns dos entrevistados, “dariam a vida” pela organização.

Foi observado, a partir dos relatos dos homens entrevistados, que o trabalho é visto por eles como uma possibilidade de ascensão social, passível de trocas que possibilitem o acesso do trabalhador não somente aos bens de consumo, mas, também à identidade de trabalhador.

Neste aspecto, lembramos Santos (2000) quando ele diz que o trabalho pode ser considerado como atividade transformadora da natureza, organizadora do tempo individual, familiar, social e como maior provedor de salário, e, ainda, pode ser

²⁹ Por exemplo, quando ocorre falhas em algum equipamento que pode parar a fábrica.

³⁰ Há o perigo constante da fábrica explodir, portanto, o trabalhador deve estar sempre em alerta para a possibilidade de ocorrer acidentes.

considerado um elemento fundante da sociedade humana. Ele confere ao homem uma identidade social e é referência não apenas da identidade masculina de provedor como também da identidade de ser humano, útil e criativo.

Ao falar do trabalho, o sujeito que se identifica como trabalhador fala de si mesmo, das suas relações, de seu mundo. Eles sentem o chão da fábrica como a materialização do mundo do trabalho, como extensão da sua própria casa. A família do trabalho, é considerada, muitas vezes, mais importante do que a família nuclear.

De fato, esses trabalhadores terminam por permanecer mais tempo no trabalho do que em casa, devido ao regime especial de trabalho que envolve jornada noturna. Alguns participantes relataram que não conseguiam participar da educação dos filhos e tinham pouco contato com a esposa, pois quando chegavam em casa os filhos estavam na escola e a esposa no trabalho e/ou dormindo.

O trabalho é a principal razão de suas vidas, oportunidade de realização e sofrimento, ao mesmo tempo em que expressam sentimentos ambíguos que variam entre o desejo de se tornar um consumidor, condição daquele que está inserido no mundo do trabalho, ser reconhecido e aceito socialmente, e o sofrimento diário pela situação de obrigatoriedade do trabalho imposto, como disse Sr. Mendonça de 53 anos:

Não quero parar de trabalhar, porém, será um trabalho não formal, pois, membro que não trabalha apodrece e morre e eu não quero morrer... Quando passei no concurso para a empresa sofri um acidente em que fiquei todo queimado, mas, assim mesmo, eu me apresentei para trabalhar.

O relato desse trabalhador denota não apenas a expressão simbólica do tipo de relação que ele mantém com o trabalho, mas, fala também do lugar que lhe é atribuído enquanto sujeito pertencente a uma classe. A morte por ele relatada pode ser interpretada como o medo de não mais pertencer ao seu grupo de origem, a classe dos trabalhadores.

Assim, por exemplo, quando esses trabalhadores petroquímicos se aposentam continuam a manter uma relação de uso profissional do corpo. Isto é, por se aposentarem com idade inferior à estabelecida pelas regras da aposentadoria

para o declínio do uso do corpo³¹, esses trabalhadores costumam retornar à empresa para trabalhar como consultores e/ou empregados terceirizados contratados por empresas que prestam serviços à Petrobrás.

Esta prática pode ser vista tanto junto aos trabalhadores manuais (normalmente com menor grau de instrução) quanto aos trabalhadores mais qualificados e nas diferentes classes sociais.

Ao mesmo tempo, também há aquele trabalhador que não se identifica mais com as atividades físicas que ele desempenha na fábrica, contudo, as regras do uso profissional do corpo não mudam.

Observem o que nos diz Sr. Rodrigues, 30 anos trabalhando na Petrobrás e operador de processo na fábrica:

Eu me considero jovem, mas sei que tenho as minhas restrições, a empresa tem que saber que eu não tenho a mesma força que antes para apertar uma válvula. ... Como você vai envelhecendo tem alguns tipos de trabalho você... Quer queira, quer não, a estrutura sua não suporta mais aquele tipo de trabalho, mas não o trabalho em si.

Ao falar sobre as suas limitações para desempenhar as suas atividades profissionais ele não se exclui como trabalhador, muito menos manifesta o desejo de não pertencer ao mundo do trabalho, mas, aborda a sua insatisfação com a não mobilidade das regras do uso profissional do corpo. Ele fala de necessidades que não podem ser satisfeitas apenas pela instrumentalidade das relações de trabalho.

Assim, parece que o trabalho não está apenas voltado para a produção e o consumo, ele supre todas as instâncias do viver, é mantenedor de identidades e representações que perpassam a vida do sujeito. Vai-se além da docilização foucaultiana dos corpos e cria uma dinâmica subjetiva que inclui o ser, pensar e agir que entrelaça o poder expresso com conquistas materiais e as realizações pessoais.

Veremos adiante como a polarização de valores em torno do conceito do trabalho que é modelado pela sociedade do capital promove a alienação de que

³¹ Os trabalhadores petroquímicos se aposentam com regras especiais por se tratar de atividade que envolve insalubridade e periculosidade.

falava Marx (1986) do próprio corpo do trabalhador, expressa na ausência de limites para o trabalho como indica abaixo o Sr. Rodrigues:

Eu já nasci trabalhando! Nunca fui de adoecer, fazer corpo mole, como muita gente faz. Lá na empresa, se você adoecer você é discriminado e humilhado. Isso me remete a um sentimento de morte e fim de carreira, humhumhum, pula isso!

Esse relato nos pareceu mais um desabafo, pois em nossas conversas informais durante a realização da pesquisa o Sr Rodrigues chegou a fazer comentários sobre a “má vontade” dos gerentes com relação aos funcionários que se queixavam de doenças e costumavam tirar licença médica. Ele chegou a falar que sentia dores no ombro esquerdo há alguns anos e que precisava se afastar do trabalho para fazer fisioterapia mas não havia ninguém para substituí-lo, por isso, não pedia ao seu chefe para se afastar do trabalho.

Do mesmo modo, outros entrevistados também fizeram alusão aos problemas de saúde e à falta de tempo para se cuidarem, pois não havia condição de fazê-lo devido à sobrecarga de trabalho em seus respectivos setores e a falta de pessoal treinado para executar as suas tarefas.

Neste aspecto, observamos que as queixas desses trabalhadores sobre o adoecimento do seu corpo pode denotar uma maior consciência corporal, e, respeitadas as especificidades deste estudo, isto segue na direção oposta a Boltanski (1979) quando ele diz que quanto maior a utilização profissional do corpo mais difícil se torna uma relação atenciosa e consciente com ele. Aqui vale comentar que o lapso de tempo (30 anos) entre a referida obra e o momento atual não pode deixar de ser considerado ao compararmos os seus resultados.

Durante as minhas observações de campo e conversas informais com alguns trabalhadores, participantes e não participantes da pesquisa, foi possível perceber que os trabalhadores com menor grau de instrução e que trabalhavam nas áreas que exigiam maior investimento do corpo nas atividades profissionais, como por exemplo, a manutenção dos equipamentos de produção, foram os mais focados nas questões referentes aos sintomas do adoecimento do corpo físico referindo-se,

muitas vezes, à falta de sensibilidade por parte dos seus gerentes aos pedidos de licença para tratamento de saúde.

No que diz respeito aos trabalhadores envolvidos nas atividades com maior investimento intelectual, independente do grau de instrução, não fizeram referência significativa ao adoecimento do corpo nem tampouco houve queixas referentes ao comportamento dos gerentes com relação a esta questão.

Em contrapartida, quando consultei, informalmente, a assistente social do serviço médico sobre o absenteísmo destes trabalhadores os dados por ela informados indicam que o maior índice de licenças médicas para tratamento de saúde³² está no setor administrativo e não no operacional. Isto é muito curioso, porque a fala do trabalhador operacional parece indicar que ele dedica uma atenção maior ao corpo, enquanto o trabalhador não operacional estaria menos atento ao seu corpo, pois não houve verbalização sobre isso. Ao mesmo tempo, isto nos remete ao fato de que o sistema de regras que regem a relação do indivíduo com o corpo pode emergir da consciência do sujeito em forma de “regras de moral” que teria como objetivo atuar sobre as resistências capazes de impedir o corpo de produzir em plena capacidade o seu trabalho, ou seja, reduzir a qualidade e a quantidade do trabalho que este fornece. (BOLTANSKI, 1979).

Há de se perguntar, então, se o fato dos trabalhadores da área operacional estarem mais conscientes sobre o seu corpo, porém não proativos em relação aos seus cuidados (se afastarem menos das atividades profissionais, apesar de identificarem esta necessidade) seria um indicativo de resistência que atua para manter o status do sujeito ativo e produtivo, identificado com os mecanismos da produção capitalista? Seria isto o resultado da alienação do trabalhador com relação ao seu corpo no processo produtivo capitalista? Ou a sua identidade de trabalhador ainda estaria atrelada à figura do homem máquina como metáfora do corpo que trabalha?

Diante de tantas indagações, o meu pensamento segue em direção ao fato de que toda estrutura social é marcada por formas de organização e controle, portanto, o trabalho, enquanto representação social dominante na sociedade de produção, coloca-se na inserção do individual e do social como um modo de apropriação do

³² Não estão sendo consideradas as licenças médicas geradas por acidentes no trabalho ou fora dele.

real em seu caráter histórico, que atravessa essas representações referentes ao conceito de trabalho, seu valor, sua relação com o sofrimento e o prazer e suas formas organizativas. É a partir desses pressupostos que o homem e a mulher passam a subjetivar-se como ser de produção, em que o corpo é o seu principal instrumento de trabalho.

Dito isto, é importante destacar o fato de que os setores da fábrica que desenvolvem atividades intelectuais - que não envolvem força física - são compostos precipuamente por mulheres, e, apesar de estarem normalmente associadas à idéia de que são mais conscientes sobre o seu corpo, não houve relatos envolvendo queixas sobre o cansaço físico, nem mesmo em relação à dupla jornada de trabalho com os serviços domésticos.

No entanto, parece que o adoecimento surge em forma de cansaço mental e os danos causados não atingem apenas o seu portador, mas, direta ou indiretamente, os demais trabalhadores da fábrica em suas relações interpessoais.

A partir dos relatos das entrevistadas e minhas observações na fábrica foi possível constatar que as considerações dessas mulheres estavam mais relacionadas à necessidade de cuidar do corpo a fim de mantê-lo funcionando bem, com saúde, mesmo que para isso fosse necessário tomar decisões contrárias aos interesses da organização. Ao mesmo tempo, também chamam atenção para a indiferença por parte dos gestores no que se refere às condições de saúde do trabalhador. Isto é o que nos diz Maria, 50 anos e técnica administrativa:

A pessoa só trabalha bem se tiver saúde. Eu posso não estar doente, mas se não estiver bem, se eu não estou bem saudável eu não vou desempenhar meu papel minha função. Por exemplo, eu vou citar um exemplo meu. Eu estava em depressão e a empresa não tomava conhecimento. Eu estava depressiva eu estava cansada, apresentava um quadro de depressão, tive até que consultar um psiquiatra entendeu? Eu não tava conseguindo... Eu digo que não estava fazendo meu papel meu trabalho aqui na empresa como eu fazia antes. Não estava capaz de atender meus colegas, eu tava assim meio... Até me afastei. Teve gente que me chamou atenção e eu tive que dizer, mas não sei por quê... Foi alguma coisa que eu deixei de fazer entendeu? Realmente a saúde é importante, eu não tava desempenhando meu trabalho nem com aquele

prazer... Se eu estava em depressão?! Era pra eu estar afastada, insisti, tava trabalhando e tava gerando conflito em minha vida. E eu não podia nem ficar em hora extra aqui, quer dizer, na época eu até podia, mas eu queria descansar. Foi horrível pra mim esse período. Tem 2 anos isso.

O relato dessa trabalhadora pode indicar que o limite do corpo que trabalha é constantemente desafiado a superar as suas marcas de produtividade, e sem direito a manutenção. No entanto, também denota que é necessário o trabalhador (a) ter clareza da necessidade de interceder a favor da manutenção do corpo, mesmo que este investimento não seja prioridade para a organização, e agir proativamente.

Observa-se também, que apesar da divisão sexual dos corpos no trabalho da fábrica, naquilo que diz respeito à extenuação dos limites do uso profissional do corpo, parece não haver diferenças entre os sexos. Tanto homens quanto mulheres são cobrados na mesma medida quando se trata da produtividade no trabalho.

Contudo, ao tempo em que os homens são socialmente identificados com o trabalho na fábrica e as atividades por eles desenvolvidas ocuparem status de maior importância, as mulheres necessitam provar que as atividades por elas desenvolvidas também são importantes para o resultado final do trabalho. Esta questão foi bastante evidenciada no contato informal com duas trabalhadoras que não participaram das entrevistas. Elas disseram que o trabalho administrativo³³ parecia não existir, pois o setor só era lembrado nos períodos em que havia necessidade dos relatórios e sem a devida importância ao trabalho realizado. Apesar de trabalharem muito o trabalho delas não tinha o mesmo status que aquele realizado pelos homens na área de produção.

Neste aspecto, relembramos Scott (1987) quando ela diz que apesar da industrialização ter oportunizado novas frentes de trabalho para as mulheres, o mercado de trabalho é segregado sexualmente, isto é, o trabalho das mulheres é considerado inferior em comparação aos homens.

Portanto, atenta-se para o fato de que a trajetória profissional da maioria das mulheres entrevistadas - dentro da Petrobrás - foi iniciada na área administrativa, porém, apesar da variação das atividades dentro do seu setor de trabalho, não

³³ No referido setor trabalham apenas mulheres e são responsáveis pelo controle das faturas que são geradas pelo setor de compras e suprimentos.

houve mobilidade dentre os demais setores da organização. Vejamos adiante o que nos diz Sr^a Amaral, 55 anos, técnica administrativa, sobre sua trajetória profissional dentro da Petrobrás.

Eu entrei na empresa com contabilidade em 79 e trabalhei por alguns anos, mais ou menos uns 15 anos exercendo a função de contabilidade, registrando, num processo contábil. Eu estudei pra isso, eu tenho um nível técnico em contabilidade, naquele tempo tinha técnico contábil, técnico em administração. Então eu exercia a função de técnico em contabilidade. Exercia. Aí o pessoal de contabilidade, da minha área, né... Financeira, contábil... Fui pra Salvador e eu fiquei não sei por quê. "Você não vai agora vai depois..." e eu fiquei. Eu e outra colega. Então nós ficamos aqui sem ter perspectiva nenhuma porque eu queria, gostava, foi uma barra pra mim na época, fiquei desesperada, porque eu me senti excluída, eu gostava dos meus colegas, da chefia, foi uma barra entendeu? Superei. Fui pra área de orçamento, não me identifiquei. O chefe... A gente não se bateu muito. Fui pra área de contrato, só que assim, não trabalhava com formatação. Hoje eu já sei o que é contrato... Assim... Elaboro pra vender. Entendo muita coisa de contrato, hoje sou fiscal de contrato, mas na época não sabia nem, né? Aí me colocaram tipo secretaria, aí foi pior ainda. Pensei em fazer concursos, fiz o da polícia federal e aí eu comecei a fazer, pedi as contas pra poder trabalhar em outro lugar. Mas aí eu achei um convite pra trabalhar na RH . Porque tenho nível superior eu fiz letras, eu sou professora, entendeu? E eu exercia as duas profissões. E coincidentemente treinamento tem a ver com esse processo de pedagogia, entendeu? E aí eu me identifiquei, aí me colocaram a principio na área de treinamento, e comecei na área de Rh, e aí fui passando fui me superando e tô na área de treinamento, tô gostando muito, gosto das pessoas. Hoje eu gosto da área de Rh, já sei quase tudo aqui, sei assim como funciona, porque eu não sabia nem o que eu fazia, pensei que era assim como antigamente que admitia e pronto, começava a trabalhar.

A título de comparação, apresentamos abaixo a trajetória profissional do Sr Rodrigues, 55 anos, e que trabalha na Fábrica como operador de manutenção:

Eu trabalhei no antigo Paes Mendonça, fui fiscal de caixa e depois fiz concurso pra operador indo pra outra empresa pequena que com 3 meses veio a fechar. Fiz um concurso, mas deu erro de projeto, aí nessa pendência como era que ficava? Foram chamados para algumas empresas daqui do pólo e também da Petrobras. Eu não fui para a Petrobras direto, eu vim aqui pra Nitrofértil e alguns até pra Refinaria um tempo. Eu trabalhei de 79 a 93 como operador assumindo várias áreas operacionais na antiga Copene. Naquele tempo era assim, voce não sabia que empresa ia lhe chamar A partir de 93, 94, vim pra FAFEN, estou até hoje. A partir de 2005 eu vim a ser operador de manutenção, foi inicio de 2005, por problema de coluna. Então, o médico orientou que mudasse de setor. Com isso, eu tive que vir pra essa planta Que eu podia me adequar quanto à postura... quanto à posição, então tive que me adequar à isso

Observa-se que a trajetória profissional da Sr^a Amaral, que tem formação técnica em contabilidade, curso superior em pedagogia e entrou na Petrobrás através de concurso público para técnica contábil, corrobora a idéia de que as atividades profissionais desempenhadas pelas mulheres ainda estão concentradas no setor de serviços. A maioria delas que está no mercado de trabalho formal são professoras, funcionárias públicas ou trabalham em serviços de saúde e assistência social.

Neste caso, é importante ressaltar que quando a Sr^a Amaral fez a sua formação de nível superior ela já era funcionária da Petrobrás e atuava na área contábil, porém a sua escolha para o curso acadêmico foi a pedagogia. Ao ser questionada sobre o distanciamento entre a sua atividade profissional e a formação acadêmica por ela escolhida, pontuou que sempre pensou em ser professora, porém, sabia que esta profissão não era bem remunerada e que não oferecia condições para o seu crescimento profissional. Disse também, que trabalhar na Petrobrás sempre foi um sonho de crescer financeiramente, mas agora percebia que a sua condição de mulher não oferecia grandes possibilidades de crescimento dentro da fábrica, porque o trabalho com papel não era visto da mesma forma que a produção das máquinas operadas pelos homens. Com a pedagogia ela pretendia fazer um trabalho mais social, de ajuda às pessoas mais carentes.

A esse respeito, observamos também que outras mulheres da fábrica também fizeram referência ao valor “espiritual” do trabalho. Isto é, o trabalho como elemento

que dignifica o ser humano na medida em que ele se disponibiliza para trabalhar em prol de outras pessoas e sem interesse financeiro. Discutiremos mais sobre esse assunto adiante, quando falarmos sobre a aposentadoria.

Com relação à representação do trabalho mais evidenciada pelas mulheres trabalhadoras petroquímicas, foi possível observar que elas expressam uma relação instrumental com o trabalho, ou seja, o trabalho como uma ferramenta que possibilita a sua independência financeira e proporciona a satisfação das suas necessidades básicas (alimentação, moradia e vestuário), tanto quanto o consumo de outros bens importantes para a sua realização pessoal. Apesar de apontarem o trabalho como um elemento importante em suas vidas, as mulheres entrevistadas neste estudo não fizeram referência ao trabalho como definidor da identidade feminina e não demonstraram uma relação de dependência com a sua atividade profissional, indicando que poderiam se afastar a qualquer momento do trabalho que isto não as deixaria infelizes.

Contrariamente às mulheres, a dimensão do corpo no e do trabalho se expressa, no relato dos homens que participaram desse estudo, como a representação social de homem valoroso, viril e trabalhador. Esta imagem poderia ser identificada como pano de fundo para a sua resistência ao lugar de descartabilidade que lhe é atribuído.

Para esses homens, o afastamento do mundo do trabalho lhes causa muita estranheza, sobretudo porque não condiz com a imagem que eles têm de si mesmos como trabalhadores habilitados e capazes de continuar produzindo em suas atividades operacionais na fábrica.

Desse modo, o corpo pode não ser o mesmo de quando entrou na fábrica, mas a experiência pode compensar as supostas limitações do corpo impostas pelos “novos gestores” que não entendem da fábrica da mesma forma que eles, pois não participaram da sua construção.

Para esses trabalhadores que estão na fábrica desde a sua implantação, é inconcebível a idéia de que eles possam ser descartados da linha de produção por não acompanharem o mesmo ritmo que o novo aparato tecnológico exige. Alguns deles atribuem o seu distanciamento com a nova tecnologia adotada na fábrica à

falta de investimento (treinamento) da empresa nos trabalhadores “velhos”³⁴ ao passo que os jovens que estão há pouco tempo na fábrica são devidamente treinados com diversos cursos que visam o aprendizado das mais avançadas ferramentas de trabalho.

Isto pode denotar que a insegurança desse trabalhador que está próximo a aposentar-se, com relação aos pedidos de afastamento para tratamento da saúde, estaria vinculada ao temor de ser considerado descartável para a organização e o seu lugar ser destinado a outro trabalhador com o corpo jovem e com maior disponibilidade física e mental .

O meu sonho era trabalhar nesta empresa. Adoeci na empresa e passei a ser um profissional descartável. Isto me lembra a situação de descarte por parte dos gerentes com os empregados que estão perto de se aposentar, eles não oferecem cursos nem promoção. (ROBERTO, 49 anos)

Alguns trabalhadores indicam que a receita para continuar pertencendo ao mundo do trabalho seria manter a mente concatenada com os avanços tecnológicos que possibilitam a manutenção da performance do corpo jovem, sem as limitações normalmente associadas à velhice:

Nós não devemos nos achar descartável, a tecnologia proporciona o aprendizado necessário para manter a saúde mental e física: Temos o Viagra, o implante de pênis, é isso que nos espera. Nós queremos viver com qualidade de vida e a medicina já nos proporciona isto. O principal é estarmos com a mente ocupada .(Francisco, 52 anos)

Muitos não conseguem visualizar outras possibilidades em suas vidas que não estejam inseridas no contexto do trabalho. O trabalho aparece como definidor da identidade e representações que perpassam a vida do sujeito, pois ao mesmo tempo

³⁴ Vale ressaltar que a idade média desses trabalhadores gira em torno de 50 anos, contudo, eles referem a si mesmos como velhos quando se comparam aos trabalhadores mais jovens, entre 20 e 25 anos.

em que possibilita a movimentação pelos espaços demarcados socialmente, também garante o único, o individual.

O relato dos entrevistados sobre a percepção do envelhecimento na perspectiva do limite do corpo, nos indica a riqueza de significados que são atribuídos ao corpo nas suas relações com a organização, e, conseqüentemente, na sua relação com o trabalho.

Pode-se entender também que a instrumentalidade do corpo para o trabalho e do trabalhador, aparece como um sentimento de pertencimento ao trabalho, determinando a relação do trabalhador com a vida. O trabalhador aparece como um sujeito do trabalho que já nasce trabalhando e morrerá quando deixar de trabalhar.

Portanto, o conteúdo das falas dos trabalhadores desta organização que estão próximos à aposentadoria, parece indicar uma direção para a centralidade do corpo na relação com o trabalho. De acordo com esse trabalhador, o seu corpo parece não lhe pertencer, pois, este, enquanto sujeito produtivo se identifica com o corpo ativo, que não terá limites para o trabalho, como demonstra o relato do Sr. Fernandes, operador de manutenção, 51 anos:

Adoecei na empresa e passei a ser um profissional descartável. Você já imaginou o que é perder sua mocidade no trabalho e se matar de trabalhar para criar os filhos e a família e quando você envelhece e aposenta a mulher lhe chama de bagulho? É duro. Despedida do mundo do trabalho? Não, eu não gostaria de me aposentar, que eu nunca pare de trabalhar, é uma nota de falecimento.

O trabalhador se olha no espelho e este lhe devolve uma imagem de deterioração, uma imagem com a qual ele não se identifica, a imagem inconsciente do corpo é incompatível com aquela que o espelho lhe devolve. Contudo, o sujeito que envelhece sabe que aquela imagem do espelho lhe pertence, no entanto, se assusta com aquele rosto que não mais corresponde à representação conhecida por ele da sua face: “... a experiência que você tem é que não serve para nada, o corpo vai apodrecendo e você está ali, vivo, sentindo o cheiro do corpo em putrefação” (Roberto, 49 anos).

Nessa perspectiva, o envelhecimento do corpo pode indicar para o sujeito a proximidade com a morte, pois o temor que tem o trabalhador pelo fim da carreira, pode ser compreendido como a possibilidade que tem o seu corpo de entrar em decadência, porque se tornou inválido para o trabalho.

Estou me preparando para sair, assim como me preparei para entrar, porque agora a ladeira vai descendo, antes ia subindo. Quero encontrar o novo e tenho saudades do antigo. Eu estou querendo mais qualidade de vida, pois a empresa cobra a mesma produtividade do empregado que quando ele era mais novo, no mesmo ritmo de antes.(S. FILHO, 53 anos)

Observa-se, então, que emerge a necessidade de buscar outro lugar para o corpo que não serve mais para trabalhar e que é considerado decadente, ou seja, incapacitado para continuar produzindo. Há, por parte desse trabalhador que se encontra da iminência de ser aposentado, o saudosismo do corpo jovem e a busca de um novo significado para esse corpo definido pelos “outros” como um corpo velho.

Ressalta-se que, tanto na fala dos homens quanto das mulheres que estão próximos à aposentadoria, a temática da qualidade de vida surge como justificativa para o afastamento do mundo do trabalho. No entanto, parece que as mulheres entrevistadas nesse estudo vêem o trabalho como uma obrigação e não como prazer, ou seja, a qualidade de vida poderia ser definida como ter a liberdade para poder fazer aquilo que gosta e isto não é possível no trabalho, pois, assim como o seu corpo, o seu tempo também não lhe pertence integralmente.

O trabalho é uma coisa obrigatória, mas não é tudo, não devemos ficar nessa preocupação de trabalho e mais trabalho, trabalho e lazer são necessários. *Estou segura do que vou fazer, já estou no limite quero a liberdade de poder fazer o que me dá prazer.* Nós estamos com a síndrome do passarinho: se recusa a sair do ninho quando a gaiola estiver aberta. Eu me recuso achar que nós não temos capacidade de sair da gaiola. Eu vou sair da gaiola e só vou fazer o que eu gosto e não o que sou obrigada a fazer. Eu vejo uma ligação umbilical com a empresa que há grande resistência em romper. A gente tem que aproveitar enquanto dá, transar com ou sem

Viagra, conhecer o mundo, vamos desligar da empresa. Não estou dizendo que eu estou preparada para isso, mas, quero encontrar forças para me desligar". (DANTAS, 52 anos)

Por outro lado, também é possível pontuar o fato de que para os trabalhadores e trabalhadoras que estão em processo de aposentadoria, a imagem do envelhecimento está relacionada com o espectro da finitude humana. Como nos disse Elias (2001), o dogma da imortalidade presente no imaginário dos indivíduos, fora perpetuado pelo ethos de juventude que os distancia da morte, tornando-a impessoal. Neste sentido, percebe-se que a causa do temor não é da própria morte, mas a sua imagem antecipada. Isto pode ser evidenciado nas críticas manifestadas pelos entrevistados com relação à cobrança de produtividade por parte da empresa aos seus empregados que estão próximos à aposentadoria e o desejo manifestado pelos trabalhadores em buscar novas alternativas para a melhoria de sua vida.

Eu pretendo elaborar coletivamente a nova etapa de vida. A vida é como um carro, o motor é a vida e o futuro não é um precipício. Se o sujeito não quebra o preconceito ele não se sentirá livre para fazer aquilo que tem vontade. Na maturidade você é livre para fazer o que quiser. O que é bom é aquilo que você pode ter, seja aos 20 aos 30. A gente sempre está pensando ou no futuro ou no passado e atropela o presente. (RODRIGUES, 55 anos)

Isto nos leva a acreditar que o referencial de vida para os trabalhadores (as) que participaram deste estudo está vinculado ao corpo que trabalha. Para que ele se sinta vivo, o seu corpo deve continuar trabalhando, necessita superar os seus limites. De outro modo, também é possível averiguar que esses trabalhadores (as) não se permitem adoecer, tampouco se acidentar, sob pena de ser considerado “estragado” e, portanto, “descartado”.

Pode-se também perceber que o fim da carreira profissional coincide com os limites do corpo produtivo e que esse trabalhador que está próximo à aposentadoria sofre o preconceito por parte dos trabalhadores mais jovens. Isto desencadeia a sua

ansiedade, insegurança, assim como, provoca o seu sofrimento pelo fato dele não saber o que fazer com aquele corpo que lhe está sendo devolvido.

De qual velhice estamos falando?

Costuma-se tomar por sinônimos os termos velho e idoso, entretanto, é importante salientar que existem diferenças significativas que envolvem a utilização destes termos, visto que esta se reveste de um caráter histórico e faz referência à forma como são incorporadas, em cada sociedade, as definições de velhice.

Sabe-se que a idade, vista como um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, deflagra a representação ideológica da divisão entre jovens e velhos, e identifica a luta de poder entre essas categorias. Dito de outro modo, a delimitação das atividades que são inerentes à juventude e aquelas que são específicas da velhice estabelece os parâmetros que definem as bases das relações intergeracionais. (BOURDIEU, 1983).

Do mesmo modo, as formas de periodizar a vida e a definição das práticas relacionadas a cada período, apresentam variações de acordo com os grupos sociais de uma mesma sociedade. No ponto de vista de Ariès (1978), a juventude é a idade privilegiada do séc. XVII, a infância do século XIX e a adolescência do séc. XX.

No século XVII, o ancião era visto como sinônimo de decrepito, ao passo que, a imagem do homem integral naquela época era a de um homem jovem. No século XIX, o status do mesmo evoluiu para o de ancião respeitável, possuidor de sábios e prudentes conselhos; ainda que não fosse tão ágil quanto o jovem, tinha o trunfo da sabedoria que fora cunhada pelos seus longos anos vividos. Posteriormente, este ancião foi substituído pela versão burguesa do “senhor de certa idade”, “bem conservado para a idade”, demonstrando que houve uma substituição da idéia biológica e moral da velhice pela idéia tecnológica de conservação da idade, através do atributo da “aparência jovem”. (ARIÈS, 1978).

Pode-se dizer, então, que a idade entendida sociologicamente estabelece os limites do processo de socialização e, segundo Foracchi (1972), fornece a referência preliminar que fundamenta a autopercepção do indivíduo e modela a sua relação com os demais. Deste modo, quando a idade se torna socialmente relevante, pode significar que a sociedade alcançou os recursos indispensáveis para prolongar esta etapa da vida, como, por exemplo, o prolongamento atual da adolescência, em que tal prolongamento artificial reveste-se de alguma importância para a sociedade como um todo, como por exemplo, o retardamento da entrada do jovem no mercado de trabalho.

Para Featherstone (1994) há um processo de colonização do curso da vida - processo por meio do qual as etapas da vida são demarcadas a partir de problemas e soluções específicas – e este ganha força, na medida em que os especialistas da cultura, educadores, acadêmicos, intelectuais e profissionais, fazem a sua defesa. Estes defensores seriam capazes de influenciar as decisões políticas e utilizar a mídia para mobilizar o público na direção de suas idéias.

A forma pela qual são organizadas as necessidades do indivíduo, assim como a determinação do lugar que ele ocupa na sociedade: criança, adolescente, jovem e idoso, enquanto modelo biológico da vida humana, parece obedecer a um ciclo universal, inerente a todos os seres vivos.

A velhice vista com os olhos da juventude, é representada como declínio, tanto do ponto de vista da capacidade produtiva do sujeito quanto da capacidade física e psíquica, que se caracteriza pela perda gradual do controle sobre o corpo e a mente. Deste modo, a velhice é percebida como um estigma e como exclusão social, e a aposentadoria ajuda a corroborar a representação da velhice como uma etapa específica da vida na medida em que esta é associada à pobreza, ou à morte do “espírito” da juventude. (BARROS, 2004)

Pode-se perceber, no entanto, que mudanças significativas têm ocorrido em relação à velhice e ao envelhecimento. As novas categorias “terceira idade” ou a “melhor idade” dizem respeito à construção contemporânea de imagens mais “positivas” da maturidade e do envelhecimento, cujo princípio se distancia daquele que envolve o risco da perda da capacidade produtiva e acentuado declínio físico.

Observa-se, então, que cada vez mais a retirada do trabalho assalariado se distancia da última etapa da vida (Simões, 2004), e a aposentadoria não mais é vista como sinônimo de entrada na velhice, de recolhimento ou debilidade, ao contrário, ela tem se tornado, programaticamente, uma etapa privilegiada de lazer, realização de sonhos interrompidos pelos afazeres da vida adulta, bem como aquisição de novos aprendizados.

Neste sentido, tem crescido o interesse dos estudiosos de diversas áreas, sobretudo da saúde, a fim de conhecer o novo perfil do envelhecimento, visto que se distancia da perspectiva da teoria do desenvolvimento humano - que define o ciclo de vida como uma seqüência unilinear de estágios pelos quais todos devem passar, independente das suas especificidades sociais e culturais - (Neri, 1995), considerado como uma fase do ciclo vital de menor relevância, caracterizada pelas perdas e o declínio de ordem cognitiva, psicológica, fisiológica e social.

A interlocução entre a mídia e o discurso especializado e “autorizado” sobre o envelhecimento (gerontologia), além dos próprios movimentos associativos organizados e mobilizados nos programas voltados para a terceira idade, atestam a importância que assumem os atributos individuais e a iniciativa própria na condução de uma vida na velhice, paralela a estilos de viver ideais. Portanto, a constituição de um discurso e práticas voltadas para uma “velhice bem sucedida” tendem a assumir uma forma homogeneizadora do envelhecimento, desconsiderando os seus aspectos diversificados, não homogêneos e não universalizados, tanto quanto o contexto social no qual a idade toma sentido.

Dessa maneira, invariavelmente, os componentes das trajetórias pessoais e os conteúdos subjetivos dos sujeitos considerados idosos ficam subsumidos e desaparecem na relevância do bem-estar físico e melhor qualidade de vida que são propagados pela idéia homogeneizante da “velhice bem sucedida”.

A esse respeito, cabe aqui ressaltar que do ponto de vista das ciências sociais a velhice é vista sob diferentes aspectos, ao mesmo tempo em que buscam compreender os diferentes significados atribuídos à velhice e ao envelhecimento.

Mas quem é mesmo esse sujeito considerado velho para a sociedade? Qual o parâmetro a ser utilizado, se quando temos vinte anos o velho é quem tem trinta, se chegamos aos quarenta anos, o velho então, passa a ser quem tem mais de

sessenta anos, e, aos oitenta anos de idade, o velho é sempre o outro. Como disse Beauvoir (1970), a velhice estaria na categoria do irrealizável, pois não a reconhecemos em nós mesmos, sempre a identificamos no outro, muito embora esse outro tenha a mesma idade que nós.

Muito embora saibamos reconhecer um velho, qual o parâmetro utilizado para defini-lo como tal? Seria o referencial biológico que identifica a aparência, como rugas e cabelos brancos ou os aspectos patológicos atribuídas a este estágio da vida, como osteoporose, hipertensão, perda de memória, cardiopatias, etc. Mas, estes atributos não são exclusivos de uma pessoa considerada velha. A ciência contemporânea tem contribuído para superar a maioria deles, portanto, estes critérios definem pouco. A tabela 8 demonstra as principais representações sobre o envelhecimento que emergiram dos trabalhadores e trabalhadoras que participaram dessa pesquisa.

Tabela 8 – Representações sobre o envelhecimento

HOMENS	MULHERES
Faz parte do homem. Ele tem que estar preparado.	Não é a melhor idade
É perder a mocidade no trabalho	Preparar para envelhecer é importante
Se matar de trabalhar para criar os filhos e a família	Velhice é maturidade e experiência
Se sentir jovem, porém, com restrições	A sociedade é muito preconceituosa com os velhos
Amadurecimento espiritual	Poder fazer o que deseja sem ser criticada

Fonte: Relato dos participantes durante realização da entrevista - 2008

Se arriscarmos olhar os aspectos mais psicológicos, nos defrontaremos a um apanhado de negatividades, como enrijecimento das idéias, predisposição a certo grau de regressão, tendência à depressão, etc.; que suplantam o reconhecimento da maturidade emocional adquirida durante a trajetória de vida. Também isto não fala de todas as velhices e não corresponde, portanto, a uma descrição universal. Do mesmo modo, não podemos defini-la do ponto de vista social, como por exemplo, a

aposentadoria não faz de um sujeito um velho. Assim, apesar de haver sinais que indicam uma possível universalidade em determinadas culturas sobre o que seja a velhice, não formam um consenso que possibilitaria uma definição categorizante.

Como então categorizar a velhice sabendo que ela não é unicamente um estado, mas que consiste em um constante e sempre inacabado processo de subjetivação? Pode-se dizer, então, que não existe um “ser velho”, mas um “ser envelhecendo”. Um ser que nos fala do tempo e de finitude, fala, portanto, de morte e de um corpo imaginário que se recusa a envelhecer e que não se reconhece quando se olha no espelho.

Um corpo de classe: identidade e subjetividade

Por ser um elemento que se encontra presente em toda a trajetória humana, a visibilidade do corpo se reveste de importante significado no caráter corpóreo do homem e da mulher. Devido ao fato de que a vida social humana é baseada nas relações que homens e mulheres têm entre si, como disse Featherstone (1994), através da linguagem e gestualidade o corpo ocupa o lugar da comunicação humana e forma a base concreta que permite as relações sociais. Nele, são revelados os hábitos e costumes de uma sociedade, tanto quanto denota a subjetividade do indivíduo.

A retrospectiva histórica das reflexões feitas sobre a corporeidade humana podem ser traçadas a partir dos primórdios das Ciências Sociais, no decorrer do séc. XIX. O caminho percorrido para esta análise aponta três formas de enxergar este tema que persistem até os dias atuais: 1 - Reconhecimento implícito da importância do caráter corpóreo do homem, porém, sem se deter no seu estudo; 2 – Identificação de importantes elementos de análise referentes ao corpo, contudo, não há sistematização dos mesmos; 3 – Maior inclinação sobre o estudo da corporeidade do homem e as lógicas culturais e sociais que nele são evidenciadas. (LE BRETON, 2006).

Para esclarecer a primeira via desta análise, faz-se necessário a compreensão que nesta abordagem a corporeidade do homem é um elemento diretamente vinculado aos indicadores ligados ao meio social e cultural. Portanto, os seus estudos indicam a emergência de revelar as condições de miséria física e social das classes trabalhadoras, e com isto poder suscitar aspirações revolucionárias e/ou reformadoras.

Neste aspecto, é possível relacionar Marx (1983) como a primeira análise clássica da condição corporal do homem no trabalho, mesmo que o seu objetivo não tenha sido buscar ferramentas para pensar o corpo de maneira metódica, os seus escritos indicam a primeira abordagem para a condição social do corpo, na medida em que o reconhece não apenas do ponto de vista biológico, mas como um elemento moldado nas interações sociais, isto é, o corpo é implicitamente um fato de cultura. Neste sentido, ao ser revelada a condição miserável da classe trabalhadora no contexto da revolução industrial, a corporeidade emerge nos indicadores ligados às relações específicas do trabalho, ou seja, torna-se implícita a partir da relação física do operário com o mundo ao seu redor, sua saúde, aparência, alimentação, seus vícios, sem a sistematização deste ou daquele aspecto da experiência corporal.

Também é possível verificar que, quando a questão é o corpo no e pelo trabalho, Marx foi um dos primeiros a abordar a forma como as organizações e a divisão do trabalho afetam o corpo, especialmente no que diz respeito às suas críticas relacionadas à mercantilização do trabalhador, e, apesar das críticas recebidas³⁵, o referencial marxista é freqüentemente utilizado tanto para problematizar o relacionamento entre corpo e trabalho quanto a própria produção sociológica e antropológica sobre o corpo.

Na via oposta ao pensamento da corporeidade como um efeito da condição social do homem estão as abordagens teóricas que acreditam na primazia dos aspectos biológicos da corporeidade e justificam a condição social do homem como um produto direto do corpo. Nessa concepção, as qualidades do homem são definidas a partir das suas características físicas e o seu destino está inscrito na

³⁵ As principais críticas estão relacionadas ao dualismo sujeito X objeto – desvalorização do objeto na tentativa de reafirmar o sujeito na obra de Marx, como por exemplo, Dale (2001).

conformação morfológica. A aparência corporal é apresentada como a prova irrefutável da supremacia biológica sobre a ordem do mundo.

Do mesmo modo, o discurso científico é tomado como pano de fundo para a naturalização das diferenças sociais e culturais, assim como são estabelecidos os parâmetros de medidas biológicas eficazes na explicação do pertencimento do homem à sua condição de vida no conjunto da sociedade.

De certo, esse modelo explicativo do fato social baseado na fascinação pela natureza biológica do homem apresenta o corpo como uma natureza reveladora da pessoa que o encarna. O homem seria levado por essa natureza e não teria qualquer poder sobre ela.

No movimento de reação a essa predominância dos aspectos biológicos sobre o fato social, Dürkheim (1996) se esforça para demonstrar que a dimensão corporal do homem estaria no âmbito de competência da medicina e biologia e não da sociologia, com isto, atribui ao corpo o seu caráter orgânico. Deste modo, a corporeidade se manteve na ordem do implícito na obra desse autor, sob a égide do organicismo. Por outro lado, na Alemanha, a obra de Weber não faz considerações sobre o corpo.

O pensamento positivista do séc. XIX esteve atrelado à representação organicista do corpo e isto foi decisivo para mantê-lo, nesse período, distante do campo de legitimidade da Sociologia. Neste aspecto, mesmo não sendo sociólogo, Freud contribuiu significativamente para a ruptura epistemológica do organicismo quando introduz o aspecto relacional na corporeidade, ou seja, apresenta o corpo como uma linguagem dupla que expressa as relações individuais e sociais, tanto quanto revela o caráter de maleabilidade do corpo, o jogo do inconsciente e dos desejos. Assim, a corporeidade se torna compreensível a partir da história pessoal do sujeito e suas relações sociais.

Na passagem do séc. XIX para o séc. XX já se evidencia a consciência de que o homem não é a manifestação de suas propriedades orgânicas, ao contrário, ele constrói socialmente o seu corpo na interação com os outros e imersão no campo simbólico. O homem não é o produto do corpo e a corporeidade é socialmente construída.

Nesse sentido, os trabalhos de Simmel (1976) sobre a constituição sensorial, do homem e Hertz (1980) abordando a questão da preponderância da mão direita nas sociedades humanas, apresentam argumentos decisivos para minimizar a força da abordagem biológica e fortalecer a idéia da subordinação dos aspectos fisiológicos do homem à simbólica do social. Evidencia-se, portanto, um esboço da sociologia do corpo.

Do mesmo modo, os estudos de Mauss (1974), dentre os quais sobre as técnicas do corpo, marcaram avanço significativo e preconizaram inúmeras pesquisas que foram realizadas posteriormente nas áreas de educação; artes, lingüística; atividades físicas e esportivas. Nessa obra, o autor propõe que as técnicas instrumentais utilizada pelo homem não resultam exclusivamente da sua relação com a ferramenta, antes, há um elemento “natural”, o corpo, que é modelado pelos hábitos culturais. Mauss observa ainda que tanto os gestos quanto os movimentos do homem são codificados tendo em vista uma eficácia prática ou simbólica. Dito de outro modo, tanto os gestos, quanto a sincronidade dos movimentos musculares tenderiam a buscar uma finalidade precisa.

De acordo com o autor supracitado as técnicas do corpo são classificadas sob diferentes perspectivas: conforme o sexo; a idade; o rendimento; o modo de transmissão. Conforme o sexo, Mauss caracteriza as técnicas do corpo de acordo com as diferenças do código de gestos que definem socialmente o homem e a mulher. Para definir as características relacionadas à idade são evocadas, por exemplo, as técnicas de cuidados com o corpo; de reprodução; do sono e de consumo. Com relação ao rendimento, Mauss faz a relação com a qualificação do corpo tais como habilidade e destreza. O modo de transmissão diz respeito à modalidade e o ritmo em que as novas gerações adquirem as técnicas do corpo.

O estudo sociológico das técnicas do corpo foi decisivo para esclarecer que o corpo não é um simples instrumento técnico, ao contrário, pretendeu demonstrar que a utilização do corpo como ferramenta não torna o homem um instrumento, pois, os segmentos corporais utilizados envolvem significação e valor.

Le Breton (2006) relata sobre outros estudos relacionados ao campo de pesquisa das lógicas sociais e culturais do corpo que incluem a Gestualidade (Efron, 1941); a Etiqueta Corporal (Elias, 1939; Hall, 1966 ; Goffman, 1974); A Expressão dos Sentimentos (Mauss, 1921) ; As Percepções Sensoriais (Simmel, 1981); As

técnicas de tratamento dispensado ao corpo; as inscrições corporais (marcação cultural e social do corpo: remoção, deformação e/ou acréscimo de marcas no corpo).³⁶

Outro campo de aplicação da sociologia do corpo refere-se aos imaginários sociais e está ligado epistemologicamente às representações e aos valores relacionados à corporeidade. Neste aspecto, destacam-se os trabalhos voltados para as teorias das representações do corpo, que tentam identificar o corpo e determinar as suas relações com o ator que o encarna, assim como as abordagens biológicas da corporeidade que subordinam a corporeidade a uma natureza (explicitadas anteriormente neste texto).

Na mesma linha de pensamento supracitado também se destacam os trabalhos relacionados à diferença entre os sexos, que evocam a divisão e a hierarquia tradicional entre os sexos, assim como definem a condição de homem e de mulher como uma construção social e não a partir do seu estado corporal.

Por outro lado, quando se trata de compreender os fenômenos sociais contemporâneos, se evidencia outro campo de pesquisa que identifica o corpo como objeto de investimento coletivo, ou seja, o corpo refletido no espelho social, que suscita ações e significações motivadas pelas práticas e discursos.

Estes estudos fazem referência à aparência corporal como uma resposta do ator social relacionada com o modo de se apresentar e representar. Envolve a maneira de se vestir, pentear, cuidar do corpo, a maneira de se colocar e do estilo de presença diante das circunstâncias específicas.

Para Le Breton (2006, pag. 78) “Um sistema implícito de classificação fundamenta uma espécie de código moral das aparências que exclui, na ação, qualquer hábito de inocência”. Desse modo, a ação da aparência, da visibilidade dos atores entre si, estabelece uma categoria social ou moral de acordo com o detalhe da vestimenta, assim como a forma do rosto ou do corpo são transformados “naturalmente” em estigmas e estereótipos, que caracterizam o pertencimento/exclusão, por exemplo, de raça ou classe.

³⁶ Os textos referidos são citados pelo autor (Le Breton, 2006) e estão relacionados nas referências deste trabalho para posterior consulta.

Assim sendo, de acordo com Boltanski (1979) as condições objetivas em que os sujeitos sociais produzem os meios materiais para sua existência, ou seja, o emprego da atividade física e a venda do seu produto no mercado de trabalho, podem indicar em que medida eles se relacionam com o corpo, visto que a intensidade do seu uso profissional é incompatível com o estabelecimento de uma relação reflexiva com o mesmo. De acordo com esse autor, na medida em que cresce o nível de instrução e acarreta a redução progressiva do volume de trabalho manual em favor do trabalho intelectual, a relação dos indivíduos com o corpo também se modifica, tendem a estabelecer uma relação mais consciente com o corpo, de modo que, tanto a percepção das suas sensações físicas quanto a expressão das suas sensações se tornam mais evidentes.

Boltanski (1979) observa também que, uma vez modificadas as regras que inibem a consciência corporal, cresce a oferta de bens de consumo destinados à satisfação das necessidades oriundas da intensificação do interesse que os indivíduos passam a dedicar ao corpo.

A valorização e manutenção da aparência privilegiam o bem-estar e o parecer bem através da forma e da manutenção da juventude. Logo, um mercado em larga expansão se incumbe da tarefa de renovar permanentemente o status do corpo como objeto de constante preocupação. Por isso, o olhar se torna a extensão do outro e as relações sociais ficam mais distantes do sentimento, ou seja, tomam por base a materialidade da aparência do corpo.

Ao se considerar a materialidade do corpo nas relações sociais, não é possível deixar de referi-lo ao falar sobre a centralidade do tema envelhecimento na contemporaneidade. Desse modo, o corpo é abordado sob o seu aspecto constitutivo que é priorizado nas relações sociais, dado o grau de visibilidade que ele ocupa na sociedade e a maneira pela qual ele participa na dinâmica dos processos sociais, orienta o julgamento de valores dos outros na observação dos seus corpos, assim como a reciprocidade desses julgamentos participa na construção da identidade do sujeito.

Da mesma forma, a linguagem e o gestual formam a base a partir da qual se estabelecem julgamentos sobre o status e o valor social do indivíduo, a partir do que se fala e a maneira como se age. Naquilo que diz respeito ao processo de

envelhecimento, é importante considerar que o curso da vida humana envolve aspectos biológicos e culturais, e que a cultura é inscrita sobre os corpos.

O modo pelo qual se dá a construção da identidade do sujeito está relacionado ao papel das imagens sobre as percepções do corpo, e envolve as dimensões psicossociais do processo subjetivo do envelhecer. De outro modo, o corpo também é culturalmente codificado para operar como um indicador de poder social e prestígio (Foucault, 1987), sendo, portanto, constantemente transformado para atender às demandas do meio social e cultural.

A concepção do homem como um ser biopsicossocial, implica compreender que a sua trajetória de vida irá se ocupar de elementos biológicos, sociais e psicológicos que permeiam as interfaces do seu desenvolvimento. Dito de outro modo, não é possível conhecer o sujeito social sem abordar os aspectos da subjetividade que estão na base da construção da sua identidade. Da mesma forma, não se poderia enxergar o homem como um agente produtor de cultura, muito menos indagar, no que diz respeito à nossa temática, os modos particulares como a cultura é inscrita nos corpos em diferentes sociedades, e, ainda, de que maneira diferentes indivíduos, em uma mesma sociedade, mantêm suas especificidades diante de uma imagem corporal socialmente construída.

Na perspectiva do construcionismo social, as condições e fases da vida são inventadas levando em consideração as circunstâncias históricas particulares e os interesses que envolvem a emergência do discurso científico e especializado. Do mesmo modo, indaga sobre o modo como essas condições e fases da vida são produzidas ou inventadas.

Entretanto, convém lembrarmos que a variabilidade histórica dos contextos e a complexidade cultural também podem, assim como o construtivismo da psicologia do desenvolvimento quando cria os “estágios universais”, induzirem à compreensão de um sentido único da vida humana, como se todos os rios tivessem um único curso a ser seguido e apenas um mapa fosse capaz de orientar a condução do navegador. Para Featherstone (1994), “a vida social é culturalmente construída de diversos modos”, em outras palavras, diríamos que as etapas podem ser diferentes em sua duração e significado nas diferentes sociedades, citando, como exemplo, a expectativa de vida como parâmetro para definição dos estágios.

Certamente, sociedades com expectativas diferentes têm estágios diferentes. As sociedades modernas, por exemplo, têm por base para a sua definição a industrialização, a urbanização e a administração pública das populações. Ocorrem, nessas sociedades, uma maior condução e padronização do curso da vida, na medida em que o estado moderno institucionaliza as regras de transição entre os estágios através da criação das idades específicas para as práticas sociais.

O conceito de pós-modernidade denota uma maior flexibilidade que modifica as várias etapas e fronteiras, corroborando a idéia da pluralidade de cursos de vida e confronta a linearidade proposta de organização das idades pelo Estado moderno e outras instituições. Isto nos confronta com a necessidade de abordarmos um elemento que, por se encontrar presente em toda a trajetória humana, se reveste de importante significado no caráter corpóreo do homem, a visibilidade do corpo.

Com efeito, não se pode refutar que o corpo biológico segue o seu curso natural e universal, que se baseia no tempo, no entanto, ele não tem o caráter da imortalidade e as regras que estabelecem sua cronologia são desenvolvidas socialmente. Acontece que a própria capacidade cultural do homem e da mulher atende a pré-requisitos biológicos que são indispensáveis para o aprendizado na espécie humana, ou seja, o corpo pode impor limites ao processo da vida e ser limitado por ele. O que isto quer dizer? Quer dizer que para que o indivíduo seja aceito socialmente é necessário que ele tenha desenvolvido habilidades que o capacitem para agir socialmente, como, por exemplo, habilidade cognitiva e o controle contínuo sobre as emoções. Neste sentido, ter controle sobre si mesmo significa ser referendado socialmente e participar de forma independente da sociedade, como cidadão, ao passo que se o sujeito não é possuidor dos referidos controles, incluindo o controle sobre o corpo físico (locomoção), ele será considerado improdutivo e dependente.

Além disso, no corpo são inscritas as formas de dominação e manipulação, como bem mostra Foucault (1987) quando fala do caráter dócil dos corpos, na medida em que podem ser submetidos, transformados e aperfeiçoados, e a maneira pela qual o homem é adestrado para tornar-se tanto mais obediente quanto é mais útil. O trabalho sobre o corpo obedece a uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seu comportamento. Através da disciplina imposta aos corpos fragilizados, seu poder é dissociado, na medida em que se estabelece no

corpo o elo coercitivo entre uma apropriação de si mesmo ampliada, e uma dominação acentuada na mesma proporção.

Portanto, do vestuário à alimentação, não há questionamentos sobre este ou aquele padrão estabelecido; o indivíduo deve ser livre para obter os seus objetos de desejo, e a sociedade deverá supri-lo em suas necessidades. Com efeito, esse processo de satisfação das necessidades do sujeito atenderá às regras do contexto social, serão respeitadas as dinâmicas das relações sociais. Isto quer dizer que a moda da vez ditará o tom das necessidades.

De certo, o fim do curso da vida parece revelar para a sociedade aquilo que ela insiste em esconder, a morte. A imagem do envelhecimento torna-se o espectro da finitude humana, e destitui o dogma da imortalidade perpetuada pelo ethos de juventude que está sedimentado no imaginário dos indivíduos, e os distancia da morte, tornando-a impessoal.

Elias (2001) chama atenção para as atitudes defensivas e o embaraço com que as pessoas reagem a encontro com moribundos e com a morte. Observa-se, também, que as etiquetas sociais não dão conta do desconforto causado pela inexorável comparação consigo mesmo. Esse autor diz ainda que o que causa temor não é a própria morte, mas a sua imagem antecipada.

Qual seria a imagem da morte em uma sociedade que privilegia corpos jovens e saudáveis? Certamente não seria a imagem da criança, nem do adolescente; apenas a imagem do idoso estaria de acordo com a perspectiva terminal da morte, falência potencial dos controles a que nos referimos anteriormente e, portanto, a incapacidade de atingir uma conduta e um procedimento mais jovem levam a estigmatização do idoso e, conseqüentemente, à sua desvalorização como sujeito.

Entretanto, aqui cabe lembrar que a morte poderá chegar a qualquer etapa da vida, não há um curso natural que assegure a linearidade dos estágios do desenvolvimento e identifique a proximidade da morte com a velhice.

Desconhecemos a existência de pesquisas que afirmam haver maior incidência de mortes por velhice do que em outras idades; ao contrário, os acontecimentos da vida moderna, sobretudo a violência, são responsáveis pelo arrebatamento precoce da vida de inúmeros jovens, adolescentes e crianças. Isto contribui para descaracterizar a imagem do definhamento terminal da morte que é

associado à velhice. Nota-se, então, que o espectro da morte está presente na estrutura da sociedade moderna em qualquer categoria. Qualquer gênero e classe estão sujeitas a ela, ainda que de modos diferenciados.

Percebe-se, desse modo, que a imagem da velhice associada à proximidade com a morte foi construída socialmente para atender às demandas de uma sociedade jovem. O envelhecimento “natural” do corpo tornou-se instrumento de manipulação e dominação.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas esse processo é exacerbado pela notória ênfase na aparência física. A imagem visual do corpo humano é um elemento fundamental para a cultura de consumo. Nesta cultura, a imagem que é apresentada da velhice enfatiza a realização dos sonhos de juventude, e retrata uma velhice ativa e saudável.

Em contrapartida, a imagem do corpo ideal incorpora juventude, beleza e saúde. A transformação do corpo, que levará a uma transformação pessoal, não somente é possível, como está ao alcance de todos. Parecer bem é estar bem.

No entanto, percebe-se que nem todos os indivíduos terão a possibilidade de alcançar esta nova imagem da velhice. A realidade dos idosos da classe trabalhadora, por exemplo, que convivem mais de perto com a morte devido à escassez de seus recursos, coaduna-se com a imagem tradicional do envelhecimento, a saber, a exclusão e o isolamento.

Do mesmo modo, o corpo perfeito não estará acessível para os que desejam obtê-lo, mas tão-somente para aqueles que puderem adquiri-lo. Desta forma se caracteriza a dinâmica perversa da sociedade das imagens, em que a imagem de si mesmo deve corresponder a padrões externos previamente estabelecidos, na medida em que determinam o lugar social que o sujeito deverá ocupar, de acordo com a utilidade que o seu corpo tem para a sociedade: corpo vigoroso, corpo bonito, corpo velho, entre outros.

Motta (2002) chama atenção sobre o fato de que a imagem que o idoso tem de si mesmo é muito diferente da velhice “bioideológica” difundida pela sociedade em que o idoso é terminal e descartável. Ao contrário, os idosos que responderam a sua pesquisa demonstraram que a vida não parou porque eles envelheceram, continuam sendo as mesmas pessoas que eram antes, dotadas de desejos e

aspirações. A maioria deles diz estar vivendo em plena forma e lamentam que a sociedade insista em aprisioná-los a limitações supostamente oriundas da sua condição de velho. Eles se sentem em pleno vigor físico e capazes de desempenhar suas atividades cotidianas como qualquer outra pessoa. Entretanto, ao envelhecer lhes foi retirado o seu maior bem: "o direito a vida".

De fato, através da história da civilização, o corpo foi tomado como objeto por várias correntes: filosóficas, religiosas, científicas, que tentaram dar conta dos seus mistérios. Cada um com suas conclusões nos levam a acreditar que, do ponto de vista conceitual, não há um corpo único, comum a todas as áreas do conhecimento, mas que vários discursos tentaram capturar a sua essência.

Para a psicanálise pós-freudiana, por exemplo, fala-se de um corpo manifesto que indica, através de inúmeros sinais, um corpo latente que permanece oculto. O corpo visível utiliza-se da emoção e do afeto como mensageiros do psiquismo para as suas manifestações no plano somático. Desse modo, a história do sujeito é a história das marcas relacionais de dor e emoção em seu corpo, ou seja, é a história que ele mesmo escreve, que fala do seu corpo; esta é a sua identidade, e, como tal, deve permanecer sempre inacabada para que o sujeito possa aceitar as mudanças que o tempo impõe, sem perder o sentido de permanência. Portanto, a certeza de habitar sempre o mesmo corpo, independente de suas modificações, é a garantia de uma identidade e uma permanência em relação ao outro.

O corpo é o mediador entre a psique e o mundo, ou entre duas psiquês, se o outro for surdo ou cego, ou não tiver a resposta aguardada para a dor que o próprio corpo ecoa no mundo, ocorre uma desconexão relativa com a história do sujeito. Dito em outras palavras, para que o sujeito se mantenha saudável, deve-se considerar não apenas a preservação do corpo biológico como também as suas necessidades emocionais, sobretudo nos aspectos relacionados ao contato com o meio social e cultural.

No pensamento de Lacan (1988a), o corpo é algo que deve ser constituído e construído, e essa construção não se refere ao organismo biológico. A maturidade do corpo antecede a maturidade orgânica e envolve um processo psíquico de identificação com o outro que está fora, identificação com uma imagem que é do outro.

Neste aspecto, diferente do adolescente que ao se olhar no espelho, mesmo que o seu corpo se apresente meio desproporcionado, ele vê a promessa de um futuro pleno de realizações, o idoso se olha no espelho e este lhe devolve uma imagem de deterioração, uma imagem com a qual ele não se identifica, a imagem inconsciente do corpo é incompatível com aquela que o espelho lhe devolve. Contudo, assim como o adolescente, o sujeito que envelhece sabe que aquela imagem do espelho lhe pertence, no entanto, se assusta com aquele rosto que não mais corresponde à representação conhecida por ele da sua face. Não há uma ignorância do sujeito como tal e sim da imagem.

Assim, lembrando Beauvoir (1980), a velhice, a decadência e a finitude são mais aspectos percebidos pelo outro do que pelo sujeito que envelhece; é o olhar do outro que aponta o envelhecimento. Assim, o velho será sempre o outro, passamos a representar o que somos através da visão que os outros têm de nós. Então, se o eu se instaura pelo reconhecimento do outro, pergunta-se, o que acontece quando não há este reconhecimento, quando o corpo não é mais objeto do desejo?

Tabela 9 – Representações sobre o corpo

HOMENS	MULHERES
Corpo estragado e descartado, inclusive pela família;	A mente ativa mantém o corpo ativo e saudável.
O corpo que trabalha além dos seus limites;	Corpo jovem que tem limitações quando está envelhecido;
O corpo que está em decadência;	
Saudades do corpo jovem e belo	O corpo vai envelhecer naturalmente
Esse corpo não combina comigo	Corpo saudável é o envelhecimento bem Sucedido.

Fonte: Relatos dos participantes da pesquisa durante entrevista - 2008

A antecipação da velhice encontra seu reflexo no espelho sob a forma de um eu rejeitado, “esse não sou eu”, que pode se manifestar tanto através da simples estranheza ou até mesmo do verdadeiro horror à “feiúra” e desencadear uma tensão

agressiva contra si próprio, gerando uma carga de aniquilação e castração que pode precipitar o sujeito às patologias que vão desde a depressão até a demência.

Conclui-se, então, que para que não se sinta indesejável, o idoso deverá contar não apenas com uma boa estrutura psíquica, mas, o meio onde ele vive deverá lhe proporcionar investimentos adequados à sua realidade, ou seja, colocá-lo na condição de sujeito ativo e lhe dar condições para desenvolver capacidades sublimatórias que o auxiliem no enfrentamento das freqüentes perdas, próprias dessa faixa etária.

Velhice, gênero e aposentadoria: que corpo é esse?

Pensar a velhice como uma experiência homogênea é considerar os problemas enfrentados pelos idosos como semelhantes, minimizando as diferenças de gênero, próprias do envelhecer. Muito embora compartilhe com os homens a classe social, a etnia, a idade ou a religião, as mulheres estão duplamente em desvantagem em relação a eles, sendo discriminadas no acesso aos valores como poder e bens materiais.

Isto fica muito mais claro quando se fala em relação às mulheres hoje consideradas velhas. Os papéis que dão o prestígio, a distribuição de tempo, a autonomia pessoal, as oportunidades de educação e de treinamento, são mais negados ao gênero feminino que ao masculino.

Outra questão importante a ser ressaltada na análise referente a gênero e envelhecimento diz respeito ao fato de que as diferenças de classe que dão conteúdo específico à velhice, são minimizadas ante as diferenças de gênero. Neste caso, é fundamental saber que há diferenças nas formas como homens e mulheres representam o que é a velhice e isto é imprescindível para se entender as diferenças de gênero no envelhecer.

Após as considerações acima, retomamos os relatos dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistadas e a forma como eles e elas percebem esse momento de ruptura com o mundo do trabalho.

Observa-se no relato abaixo que o Sr. Mendonça faz referência à ocupação do seu tempo integralmente pelo trabalho e a impossibilidade de desfrutar dos benefícios que a sua condição de trabalhador assalariado lhe proporciona, ao tempo em que identifica a aposentadoria como uma etapa para usufruir daquilo adquirido no trabalho.

Estou aqui para adquirir mais confiança, a gente trabalha e não consegue desfrutar do trabalho, a hora para se preparar para desfrutar daquilo que plantou é na aposentadoria. Trago a sensação de insegurança, já tenho tempo para me aposentar e não estou certo. Estou aqui na tentativa de ser orientado. Sou muito apegado á empresa e tenho medo de sair e não ter o que fazer. Também tenho pensamentos em relação á melhoria da qualidade de vida.(MENDONÇA,53 anos).

Aponta-se, aqui, para uma possível re-articulação de vida que envolve a necessidade de ocupação do tempo livre de uma forma significativa, inclusive através do lazer. Isto também pode corroborar a idéia de que a aposentadoria marca o processo de desengajamento social, na medida em que diminuem os relacionamentos sociais e modificam aqueles que permanecem. Neste aspecto, o homem se encontra numa posição desprivilegiada em relação à mulher, já que as mulheres não se afastam da família, seu meio social por excelência, e costumam estabelecer novas formas de convívio social, o que dificilmente ocorre com os homens. Assim, ser aposentado para o homem é assumir uma dimensão de desvalorização social, pois se perde status, responsabilidades e prestígio, frente a uma vida engajada no mundo do trabalho, mundo do público como trabalhador.

O trabalho legitima o papel o papel social de provedor atribuído ao homem. A aposentadoria, até certo ponto, garante o papel pecuniário do sujeito, mas não sustenta o papel social. As mulheres, quando da chegada de sua aposentadoria, ainda mantêm a esfera doméstica nos seus fazeres, e assim, o seu papel social continua mantido.

O relato da Sr^a Oliveira, por exemplo, indica que a chegada da velhice é vista por ela como inerente à existência humana, portanto, inexorável. Para essa trabalhadora que atua no setor administrativo, é necessário se preparar para as transformações ocorridas no corpo humano com a chegada da velhice, pois faz parte do ciclo da vida.

...Faz parte. É... Como é... Faz parte do homem. O homem tem que estar preparado. Nem todos nós estamos preparados. Nunca... Por mais que nós queiramos dizer que sim, mas nunca estamos. Por mais que tenhamos uma religião, se apegamos a ela, tudo... Né? É uma coisa que... Acho que com o tempo nós vamos... Nós começamos a ver os cabelos ficarem brancos, as rugas aparecerem, a fisionomia nossa mudando e não aceitamos. Porque faz parte do ciclo da vida. (Sr^a OLIVEIRA, 55 anos)

Então, pode se dizer que o tempo do envelhecimento está ligado à consciência de finitude, que se instaura ao longo da vida nas diferentes experiências de proximidade com a morte, mas que na velhice adquire a dimensão do iniludível. A idade cronológica se define pelo tempo que avança, e pouco tem a ver com o tempo vivido, porém o tempo humano é definido inelutavelmente em direção à morte. Por isso, o sujeito que percebe o seu envelhecimento, aquele que deixa de contar os anos vividos, começa a fazer planos para os anos que ainda lhe restam viver e que desejam aproveitar intensamente.

Porque o corpo envelhece é consequência do tempo! Se voce tem 18 anos é um pique! Voce com 26 já não é mais aquele corpo de 18. Muito importante para o ser humano para cada um de nós é ter a consciência que o corpo envelhece e que você ta aqui na terra é uma passagem, que você vai envelhecer vai morrer. Agora se cuidar enquanto estiver aqui na terra, tenho que permanecer cuidando do corpo da saúde. (Sr^a OLIVEIRA, 55 anos).

Naquilo que se refere à percepção do tempo do trabalho, Dejours (2005) chama atenção para a questão da estruturação do tempo do trabalhador fora do trabalho e destaca o condicionamento do homem ao comportamento produtivo definido pela organização do trabalho. Segundo o autor, o tempo dentro e fora do trabalho é indissociável.

Desse modo, alguns operários mantêm a rotina de cronometrar as suas atividades e repouso fora do ambiente do trabalho e nas suas folgas, indicando assim um movimento involuntário de manutenção do condicionamento mental ao comportamento produtivo. Isto é, do mesmo modo que o trabalhador tem o seu corpo disciplinado ao ritmo da máquina a ele submetida, que aproveita ao máximo o tempo pago pelo capital, o período de folga, de descanso, tem de ser também aproveitado ao máximo. Assim, o trabalhador, no seu tempo livre, busca ocupar esse tempo da melhor forma possível, ou seja, mesmo sendo remunerado e afastado do trabalho produtivo, ele descansa trabalhando.

Neste sentido, podemos observar que o relato desses trabalhadores que se preparam para se aposentar, faz referência ao sentimento de perda da rotina que estrutura a sua vida e o identifica como trabalhador.

Sinto muita ansiedade, dúvida, incerteza e insegurança, é como se eu me separasse da minha segunda família. Não estou pronto para me aposentar, só me aposentarei quando não houver mais oferta de trabalho. Todos nós aqui somos muito experientes em nossas profissões, mas, não somos experientes em aposentar. (Sr ROBERTO, 49 anos)

Do mesmo modo, parece que o corpo que é devolvido para o trabalhador não serve mais para o trabalho. Este corpo estranho não é o mesmo que ele conhece, não há identificação com este corpo que não trabalha.

Melhor idade? Não acho que esta é a melhor idade. A velhice é uma merda! A experiência que você tem é que não serve para nada, o corpo vai apodrecendo e você está ali, vivo e apodrecido. (Sr.FERNANDES, 51 anos).

Ao que tudo indica, quando o trabalhador é livre para decidir o que fazer com o seu corpo, sua relação com ele será baseada pelo estranhamento e rejeição, pois, a imagem que se apresenta para ele é aquela do corpo do trabalho, a imagem do corpo jovem e bem sucedido que não é condizente com a condição de descarte atribuída pela empresa ao trabalhador que está próximo à aposentadoria.

Neste aspecto, observa-se que tanto o relato das trabalhadoras quanto dos trabalhadores que se preparam para se aposentarem denotam que o referencial de juventude é estruturante para quem está saindo do mundo do trabalho.

Entretanto, observa-se que a maioria das mulheres entrevistadas faz referência ao desgaste do corpo como uma conseqüência da falta de cuidado com a sua saúde. Ao mesmo tempo, também não se identificam com o corpo velho e procuram outros significados para atribuir àquele corpo rejeitado, como por exemplo, o “espírito jovem” da pessoa como uma ferramenta fundamental para esconder a feiúra do corpo velho.

Poxa... Eu acho...um corpo envelhecido na maioria das vezes não é belo... Na maioria das vezes, eu to sendo radical porque quando eu olho aquele corpo envelhecido assim que não se cuida eu não vou dizer que é bonito. Um exemplo: eu acho mulher grávida linda, eu nunca me achei grávida bonita. Claro que tem grávidas mais bonitas do que outras. Mas eu não acho a mulher grávida a coisa mais bonita do mundo. A mulher ta toda flácida vou dizer: que beleza! Digo: Voce é uma grávida bonita! Tudo bem, to dizendo voce é mais bonita que outra. O relacionamento é o seguinte: o corpo envelhecido não é a mesma coisa de um corpo, entendeu? que não é envelhecido... Não acho bonito. Mas o que importa... O que faz com que o corpo seja bonito é o espírito jovem... O espírito sadio o corpo... O humor. É o estado de espírito da pessoa. Mas eu não acho bonito o corpo envelhecido, principalmente quando o corpo não é saudável, por isso que eu digo que sou muito radical, eu não acho beleza no corpo envelhecido. E confesso que já temi muito a velhice. De eu ficar... Quando eu tinha assim 25 anos, eu ficava: meu deus! Falta 25 anos pra tudo cair. Mas hoje to assim numa boa, eu pensei que não ia aceitar. Eu achava que quando fizesse 50 anos que ia entrar numa depressão. Muito pelo contrário, eu to me cuidando e valorizando meu corpo. Tô achando maravilhoso. Quando eu era mais jovem, com meu filho, eu já era casada, então eu não tinha tempo pra me cuidar. Não dava muita importância ao meu corpo como estou valorizando hoje entendeu? Tô andando, tô caminhando, daqui pra frente não vou deixar de fazer um esporte, tô vendo tô lendo tô sabendo da importância da qualidade de vida, de andar, eu tô vendo isso que é realmente muito importante. Manter o corpo saudável pra trabalhar bem, pra me sentir bem, pra se amar. (Sr^a ALMEIDA, 52 anos).

É importante ressaltar que de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a idade desses trabalhadores e trabalhadoras não pertence à categoria de idosos, portanto, são considerados adultos. Contudo, pode-se perceber que as falas destes (as) entrevistados (as) são indicativas de um possível conflito geracional, onde as faixas de idade se tornam indefinidas e são configuradas a partir de premissas de cada contexto específico.

Isto pode ser evidenciado mais fortemente nos relatos de alguns homens entrevistados, quando eles falam sobre a discriminação do aposentado dentro da empresa, assim como do preconceito que é disseminado entre os próprios trabalhadores aposentáveis.

Acho que devemos vencer a barreira do preconceito de aposentado, serão os nossos melhores momentos. O que sei é que a cada ano distante da idade de 55 anos há uma redução salarial para quem se aposentar. A empresa hoje não é a mesma de antes principalmente por causa dos gerentes, há gerências e gerentes que não respeita a gente, não sabe que nós carregamos esta empresa até aqui.. Quem disse que o jovem é melhor? Ele precisa da maturidade e experiência dos mais velhos. Nem sempre os mais novos são bons e os mais velhos são ruins. (Sr. RODRIGUES, 55 anos).

A aposentadoria demarca, então, para esses sujeitos, a perda ou diminuição da representatividade do papel social desempenhado pelo indivíduo que envelhece, devido aos papéis sociais impostos pela sociedade. É o assoalho muito encerado a que Beauvoir (1990) faz referência, por onde se desliza, sem perceber, de forma rápida e passageira. E, de onde se sente a necessidade de continuar vivo frente à finitude da existência, que se apresenta com o estreitamento do futuro, de onde decorre a necessidade de construir ou constituir projetos.

Tenho expectativa de melhor me preparar para a fase áurea da minha vida. Já tomei a decisão de me aposentar, porém, quero planejar. Conheço aposentados felizes e infelizes, eu quero ser um aposentado feliz. O meu sentimento é de ter dado a minha parcela de contribuição na manutenção desta empresa. Pretendo de agora em diante viver uma vida diferente da que vivi dentro da empresa, quero conhecer outro estilo de vida. Tenho certeza que tudo vai dar certo e estou muito alegre e tenho convicção desta hora tão esperada. Tenho muitas esperanças coisas boas virão.
(Sr. MENDONÇA, 53 anos).

Dentro desta perspectiva, as relações de gênero sustentam uma desigualdade ainda maior, as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens, pois ocorre a perda para elas não apenas do papel profissional, mas, também ocorrerá a inversão da atribuição de papéis na ocupação dos espaços sociais. Barros (1998) diz que ao homem mais velho se dá mais atenção, pois a aposentadoria representa a para ele a passagem radical do mundo público para o mundo privado, ao passo que a mulher nunca deixou de ocupar o espaço privado.

Eu quero sempre estar disponível. Pra não ficar parecendo, “ah, é porque ela não ganha nada que não prioriza”. Então eu só quero fazer um trabalho desses quando eu tiver tempo disponível. É difícil porque eu saio daqui às vezes to cansada, mesmo agora que eu não estou ensinando, entendeu? Eu tenho que ir no mercado dar atenção ao meu filho né? E ia dizer não! “Ah, hoje eu não posso não” então eu não quero. Eu tenho um projeto de abrir uma empresa, mas ainda não sei assim de quê. Mas eu pretendo não freqüentar assim... Agora entendeu? Outro dia eu tava falando com meu filho. Ele: “minha mãe voce ta assim tão jovem, vai se aposentar. Oh, se eu pudesse, uma empresa como a Petrobras, não me aposentava nunca! A senhora viaja, a senhora não sei o que...” Porque um dia faltou um funcionário pra fazer um trabalho externo e o táxi veio me buscar ele achou o máximo. Então se quiser eu me aposento... Ai ele falou assim “mas a senhora vai se aposentar tão jovem com uma empresa dessa?” eu disse? A depender do momento. Tem tantas coisas... Eu queria fazer queria fazer trabalho social, entendeu? Assim... Ainda estou pensando qual... Eu quero me dedicar à igreja, certo? Tem uns... Eu não faço nenhum trabalho, né? Assim... Na minha igreja... Também não fiz por causa do tempo, entendeu? Se bem que às vezes tempo é uma desculpa, né? Mas... É... Eu não acho

que vai me sobrecarregar. Por exemplo, se eu fizer um programa social agora, qualquer outro, na igreja... Sei lá... Onde for... Entendeu? Vai ter o momento de eu dizer não, entendeu? E eu quero sempre estar disponível. (Sr^a ALMEIDA, 52 anos).

Neste aspecto, o tempo de transição de trabalhador a trabalhador aposentado, é o momento em que começam a se soltar velhos conceitos e amarras, e o sujeito mergulha em um mundo novo, desconhecido por ele e não reconhecido socialmente, ao tempo em que é preciso abandonar aquele mundo velho, já descoberto e bem conhecido mundo do trabalho.

Poxa... Tem tantos trabalhos que eu queria fazer ainda... Mas eu não decidi ainda, sabe? Tem tantas coisa que eu gosto de fazer... Eu queria fazer queria fazer trabalho social, entendeu? Assim... Ainda estou pensando qual... Eu quero me dedicar à igreja, certo? Tem uns... Eu não faço nenhum trabalho, né? Assim... Na minha igreja... Também não fiz por causa do tempo, entendeu? Se bem que às vezes tempo é uma desculpa, né? Mas... É... Eu não acho que vai me sobrecarregar. Por exemplo, se eu fizer um programa social agora, qualquer outro, na igreja... Sei lá... Onde for... Entendeu? Vai ter o momento de eu dizer não, entendeu? (Sr^a SANTOS, 51 anos).

Portanto, no que diz respeito à aposentadoria, o relato das mulheres entrevistadas sugere que ela é vista como a ruptura com o mundo do trabalho produtivo, aqui considerado como o trabalho contratado pelo capital no processo de produção com o objetivo de criar mais-valia (Marx, 1989), e o conceito de trabalho improdutivo daí decorre como o seu contrário.

Se você se aposenta tem muito mais tempo de lazer. Claro! Não costumo assim sair à noite pra dançar, bater papo, porque? Porque no outro dia eu vou trabalhar, entendeu? E eu sinto sono eu sinto necessidade de dormir. E aposentada... Eu vou chegar em um lugar, vou dançar a não tenho hora de sair e se quiser, se eu tiver gostando vou ficar ali até fechar. Então é porque eu vou ter mais tempo. Chegar e dizer: ah eu tenho que ir pra casa porque amanhã eu vou pegar o ônibus 5h... Entendeu? Então tem tudo a ver, lazer com aposentadoria. Pra mim, eu acho que vou ter mais tempo de lazer. (Sr^a SANTOS, 51 anos).

Do mesmo modo, na perspectiva do envelhecimento, os relatos dos homens e mulheres entrevistadas sugerem que o envelhecimento é delimitado pelo corpo que não serve para o trabalho, ou seja, aquele que está em processo de “deterioração”. O vínculo com a empresa ocupa boa parte do tempo do trabalhador e lhe confere o status de sujeito ativo e produtivo; o rompimento desta ligação pode levá-lo à dúvida do que fazer com o seu tempo disponível. (CARVALHO; SERAFIM, 1995).

É no envelhecer também, que a ética do lazer, do fazer por si próprio, mostra emergir de forma muito mais intensa. O que verdadeiramente ocorre, é que os trabalhadores aposentados passam a desenvolver atividades com as quais se sentem individualmente responsáveis e interessados, ou desenvolvem talentos pessoais caracterizando atividades como hobbies ou manias de coleção, demonstrando, assim, a necessidade de fazer alguma coisa por si próprios. O tempo do trabalho não é o mesmo tempo do lazer.

Entenda: no dia a dia normal eu não relaciono bem porque ou eu trabalho ou lazer entendeu? Agora tem aquele momento extra onde a gente pode se juntar e fazer uma noite de lazer porque isso é importante pro relacionamento da gente, pra amadurecer e conviver com os colegas. Então eu acho isso importante, lazer! Agora o lazer em si dentro do ambiente de trabalho pelo menos eu não aplico, eu não costumo dentro do ambiente de trabalho, brincar entendeu? Eu não sou extrovertida. Por isso que eu acho que não se aplica porque ou eu trabalho assim serio ou... Eu sou meio fechada... Ou então me divirto. Então lazer e trabalho. O trabalho pra mim não é diversão. Eu não faço trabalho para me divertir. Eu faço o trabalho pq eu levo a serio. Então o lazer é um momento de descontrair, sei lá jogar

conversa fora, se divertir, prazer. Então no trabalho eu trabalho serio, então lazer é diferente. Eu não relaciono muito bem porque eu separo um pouco entendeu? Eu não costumo fazer meu lazer aqui na empresa. Fui clara? (Sr^a MACHADO, 48 anos).

Portanto, ao aposentar-se, uma nova necessidade se impõe ao indivíduo para que disponha de si para si mesmo, ou seja, passe a ocupar e não somente gozar do tempo agora livre das atividades que antigamente, eram em parte, impostas pela empresa. Ao dividir o tempo, agora constantemente livre, em uma multiplicidade de atividades atomizadas (hobbies, passeios, televisão, pequenos consertos domésticos, etc.), essas são tratadas como resíduo em face às atividades nobres de engajamento no trabalho.

Tabela 10 – Representações sobre o trabalho

HOMENS	MULHERES
Eu já nasci trabalhando.	Necessário à sobrevivência.
O trabalho dá respeito e dignidade à pessoa	A gente trabalha e não consegue desfrutar do trabalho
O trabalho é obrigatório, mas não é tudo na vida	Amizade e integração com as colegas de trabalho
É a coisa mais importante da vida	Não é a coisa mais importante da vida
Sentimento de sofrimento e arrependimento	Independência financeira

Fonte: Relato dos participantes durante realização da entrevista - 2008

Quando as atividades de lazer são interpretadas por esses trabalhadores que estão próximos à aposentadoria, elas são, muitas vezes, associadas negativamente ao tédio, ao vazio, à espera de alguma coisa que poderia compensar o desengajamento profissional e social que a aposentadoria traz consigo. Não são

interpretadas em relação à possibilidade de criação de valores novos específicos da velhice e às condições necessárias para favorecê-las.

A pessoa que se aposenta de certa forma acaba sendo vista como velho. Sinônimo de aposentadoria lá fora é pé na cova; come e dorme; jogador de dama; vagabundo. Para mim o sentimento é de renovação e início de uma nova etapa e sentimento de dever cumprido. Tenho o sentimento de despedida e de saudade, vitória e conquista. (Sr. FERNANDES, 51 anos).

Neste sentido, percebe-se a lógica de uma economia que engloba lentamente os trabalhadores em seu mercado e encontra-se também, de certa forma, obrigada a lhes fornecer não mais apenas um tempo de repouso e de recuperação, mas um tempo de consumo. Assim, o desligamento do trabalho, por ocasião do tempo livre destinado à folga semanal, está voltado inteiramente à esfera do consumo. De tal forma que o tempo livre ocupado pelas compras e passeios ao shopping com a família é motivo de satisfação pessoal. Descansa-se consumindo. Tudo justificado por essa cultura modelada que atrela valores a consumo e consumo a bem estar. O tempo livre, nesses termos, está a serviço da manutenção da ordem social vigente.

Nessa lógica do consumo, a aposentadoria não se caracteriza pela entrada na velhice, assim como, também não é marcada pela debilidade e recolhimento. Ao contrário, é considerada como uma etapa privilegiada de lazer, de novas experiências e realização dos sonhos que não foram possíveis realizarem durante a vida adulta. De acordo com Simões (2004), a etapa da maturidade prolongada ganha novo contexto e se torna um campo fértil para o consumo ativo e agradável. Deste modo, associa-se a aposentadoria à imagem positiva do envelhecimento.

Neste aspecto, a família passa a ter importância fundamental no processo de preparação para a saída do mundo do trabalho. Tanto os homens quanto as mulheres fizeram referência à família como elemento importante nessa etapa de suas vidas fora do mundo do trabalho.

Na opinião das mulheres entrevistadas não há estranhamento no retorno ao convívio familiar, pois consideram que nunca se distanciaram das suas famílias, até mesmo porque sempre houve a dupla jornada de trabalho, ou seja, a

responsabilidade pelo trabalho doméstico e os cuidados com a família sempre foram uma atribuição “natural” ao papel feminino. Apesar das mulheres reconhecerem a complexidade do afastamento do mundo do trabalho elas não demonstraram que a aposentadoria lhes excluiria do seu lugar social, pois não haveria como desatrelar a mulher do papel de mãe e esposa.

A aposentadoria é uma coisa muito complexa, a perda do trabalho, o retorno ao convívio família. Mas ao mesmo tempo, eu vejo a aposentadoria como uma renovação, um choque que faz parte da vida. Pra gente que é mulher a convivência familiar é fundamental, pois é ela quem lhe dá apoio. Por isso, a gente se acostuma mais fácil pois não abandonamos a família, a mulher tá sempre em casa e cuidando de todo mundo. (Srª SANTOS, 51 anos).

De outro modo, poucos homens se identificaram com o seu retorno ao lar e a manutenção do seu lugar de provedor da família:

Quando as pessoas esquecem a família, esquece tudo.... Chega... Fazem questão de ficar aqui até mais tarde quase todos os dias... Seja nesse trabalho ou em qualquer outro trabalho... Tem algumas coisas que faz com que... Possa a pessoa folgar. Ter um dia de folga... Porque a pessoa vive pro trabalho. Então você esquece o lazer, esquece sua vida normal em casa, esquece a família... Então, passa a ser uma doença. Chega em casa... Leva alguns trabalhos pra casa... Deixa de estar conversando com a família e vai... Vai abrir o computador, fazer um trabalho ou vai fazer alguma coisa oriunda ao trabalho. Tem que saber separar, isso aqui é do trabalho, espaço do trabalho, procure fazer de melhor qualidade. Em casa não existe trabalho... Há outros trabalhos, mas não o daqui.

(Sr. RODRIGUES, 55 anos).

Ressalta-se, que para a maioria dos homens entrevistados a possibilidade de retorno à família também pode lhes causar estranheza , pois não estreitou os vínculos familiares durante a sua vida no trabalho. Eles relataram que se sentiam

esquisitos com relação ao seu lugar dentro da sua própria casa e não se enxergavam como aposentados que ficariam em casa sem fazer nada. Do mesmo modo, também disseram não saber ao certo o que isto mudaria em suas vidas, mas sabiam que existia a resistência por parte deles em largar o trabalho e começar outra vida.

Lá fora está muito difícil, os benefícios que a empresa nos proporciona dão tranqüilidade, eu vou sair por quê? Esperei muito tempo para sair da empresa e não vou sair na pior, é preciso planejar, ver o melhor momento, as vantagens. Por que o aposentado sofre tanto? Passa por tantas necessidades? O que é mesmo essa aposentadoria? O que eu vou fazer em casa esse tempo todo? Lá em casa o espaço não é meu, é da mulher e dos filhos, eu trabalhei e dei tudo pra eles... é assim, faz parte. Acho muito difícil me acostumar com a idéia de não trabalhar mais, porque a minha vida é essa entendeu? É o que eu sei fazer.
(Sr. FERNANDES, 51 anos).

Deste modo, é possível aludir-se à idéia de que os significados das percepções do trabalhador e da trabalhadora aposentável sobre o envelhecimento podem estar relacionados à necessidade de uma nova formatação deste corpo que lhe foi devolvido (a) ao se retirar do mundo do trabalho.

Na iminência da aposentadoria, os sentimentos dos homens relacionados ao trabalho parecem indicar sofrimento e arrependimento pelo tempo de submissão do corpo ao trabalho, mas também indicam a relação de gratidão que estes trabalhadores têm para com a Petrobrás.

Eu vou levar muitas saudades desta empresa, assim como eu vou levar mágoas, tristezas, tolerância, etc. O meu sentimento é de sofrimento e arrependimento. A aposentadoria é a consolidação de uma trajetória de trabalho e pode ser o compartilhamento de tudo que aprende e, por isso, sou muito grato ao que essa empresa me proporcionou, me deu um lugar ao sol. Vou ser a empresa sempre e estou preocupado com o destino dela; quero continuar sendo trabalhador na condição de aposentável.
(Sr. FERNANDES, 51 anos).

De outro modo, parece que uma nova etapa de vida será iniciada e que o trabalho não será o centro. Pretende-se estabelecer o planejamento da vida a fim de que lhe seja proporcionada melhor qualidade de vida, que, por sua vez, poderá oferecer longevidade e identificação com as expectativas relacionadas a essa etapa da vida.

O meu sentimento é de ter dado a minha parcela de contribuição na manutenção desta empresa. Pretendo de agora em diante viver uma vida diferente da que vivi dentro da empresa, quero conhecer outro estilo de vida. Tenho certeza que tudo vai dar certo e estou muito alegre e tenho convicção desta hora tão esperada. Tenho muitas esperanças coisas boas virão. Devemos nos preparar mais para o futuro porque a vida longa requer planejamento para vivê-la saudavelmente, com qualidade. Deve-se pensar no amadurecimento espiritual.

(Sr. MENDONÇA, 53 anos)

Neste aspecto, tanto para as mulheres quanto os homens entrevistados, esses anos que antecedem a aposentadoria representam o planejamento para uma etapa de libertação do trabalho que não é prazeroso. O tempo do corpo escravo do trabalho foi cumprido e o início de outra etapa pode estar surgindo. Nesta nova etapa parece ocorrer a resignificação do corpo que foi excluído do trabalho, como, por exemplo, o lazer.

Ah tenho, tenho. Fazer viagem está nos meus planos, eu não conheço quase nada. Não assim andar viajando, mas uma viagem assim duas vezes por ano. Eu acho assim essencial. A depender da minha disponibilidade, da minha grana, eu pretendo viajar. Eu quero aprender como ter um envelhecimento bem sucedido .(Srª JOSEFA, 50 anos).

Estou seguro do que vou fazer, já estou no limite quero a liberdade de poder fazer o que me dá prazer. Quero aumentar o entendimento sobre as pessoas que estão do mesmo lado que eu. Não tenho expectativa, quero bate-papo e confraternização. Quero esquecer o que é trabalho. Tenho grande amizade pelas pessoas do trabalho mas já não tenho mais o que fazer dentro da empresa, ela já consumiu o que podia de mim, agora penso no que posso fazer futuramente, o lazer é uma delas, principalmente a dança .(Sr. FRANCISCO, 52 ANOS.)

Estes relatos nos orientam na direção de uma possível construção da nova identidade para esse trabalhador cujo corpo não serve mais para o trabalho. O lugar do não-trabalho parece inadequado para a sua trajetória de vida totalmente dedicada ao trabalho. Sua possível insatisfação com a exclusão do mundo do trabalho pode indicar a busca por outros lugares onde ele possa continuar sendo um sujeito ativo e produtivo.

Do mesmo modo, os resultados deste estudo também sugerem que para os trabalhadores em processo de aposentadoria, é importante a resignificação do seu corpo. Isto quer dizer que a construção da imagem de um corpo relacionando-o à maturidade, saúde e bem-estar, poderá proporcionar ao trabalhador a percepção de que ele ainda poderá se manter ativo e produtivo após a aposentadoria.

Assim, também é possível identificar a imagem positiva do envelhecimento no relato dos trabalhadores e trabalhadoras petroquímicos que estão próximos à aposentadoria. Isto nos leva a acreditar que nesta “nova etapa de vida”, o lazer pode ser considerado como uma opção prazerosa para manter a mesma intensidade do ritmo e do movimento cunhado ao corpo pela trajetória do trabalho.

O lazer, associado aos valores do capital, pode ser visto como uma forma de preservar a imagem de trabalhador, dentro de valores socialmente aceitos, devidamente justificados, pois representa a bonificação pelos anos de “dedicação” ao trabalho.

Do mesmo modo, a imagem da velhice ativa e produtiva minimiza, para esses trabalhadores que ainda não se aposentaram, o envelhecimento compulsório demarcado socialmente pela entrada na aposentadoria. Neste sentido, o velamento da velhice criado pela ideologia do consumo, aparece nos modismos vigentes para esse “novo” grupo da “melhor idade”; “terceira idade”; adulto maior, ou qualquer que seja o codinome da vez.

Contudo, o mundo da aposentadoria é reconstruído - pelos homens e mulheres trabalhadoras dessa indústria petroquímica e que participaram desse estudo - articulando novas formas de pensar e agir, de encarar a aposentadoria de uma forma mais amigável. É a maneira de habitar o inóspito, única forma possível de reconhecer-se fora do mundo da produção e do consumo. Passam a uma esfera diferente do consumo, porque o tempo livre, abundante agora, impõe ao sujeito a

“necessidade” de ocupá-lo, como forma de se garantir produtivo, ativo e de reconhecimento de uma nova condição de vida. Mais do isso, é a possibilidade única que lhes resta de se sentirem vivos e participantes.

Essa re-construção de um lugar, um mundo novo por onde poderão transitar, repousa suas bases no passado de trabalhador. É difícil visualizar um futuro tranquilizador, em termos de projetos ou de novos reconhecimentos sociais. O futuro se depara como um tempo em que as realizações passam a ser ínfimas, já que estão desvinculadas do mundo do trabalho.

Tabela 11 – Representações sobre a aposentadoria

HOMENS	MULHERES
Sinônimo de velhice;	Renovação que faz parte da vida
Pé na cova; come e dorme; jogador de dama; vagabundo;	Nova etapa da vida
Sentimento de morte e fim de carreira;	Consolidação de uma trajetória de trabalho
<i>Sentimento de despedida, saudade, vitória e conquista;</i>	Compartilhamento de tudo que aprendeu
Preconceito dentro da empresa que trabalha.	Esperança no porvir: “Tudo será diferente”.

Fonte: Relato dos participantes durante realização da entrevista - 2008

O ponto de chegada: envelhecer... Certamente

Ao longo de minha caminhada durante a realização deste estudo cheguei a algumas conclusões, enquanto outras ficaram faltando. Desejo então comentar algumas idéias, fazer algumas pontuações que, longe de serem conclusivas, abram novas interrogações e possam conduzir a outras pesquisas sobre essa problemática tão crucial para nossa época.

É muito mais difícil concluir um momento qualquer, do que iniciá-lo. Isso ocorre com todos nós, em quase todas as tarefas em que nos propomos atuar. Imagine-se, então, sair de uma vida? A aposentadoria decreta uma saída brusca de um mundo totalizante em suas expressões: Identitário e identificatório, de produção e de consumo, o mundo do trabalho.

Identificado como trabalhador, jovens ou adultos, já preparados, corpos e mentes modelizados à produção e ao consumo desde a infância, são engajados ao trabalho. Trabalha-se diariamente, rotineiramente, com a obrigação de produzir mais e melhor, de maneira que no tempo livre, fora do trabalho, todos os desejos de realização que são construídos semioticamente dentro dessa cultura de massa, possam ser consumidos.

Os trabalhadores aposentáveis demonstraram em seus relatos que, na iminência da aposentadoria formal, identificam-se como trabalhadores que foram e com todas as significações decorrentes dessa identificação, reafirmando-se nos rótulos de trabalhadores experientes. Assim, encontram no passado a significação para as suas vidas presentes.

Para esses homens e mulheres aposentáveis, que têm idade em torno de cinquenta anos, a aposentadoria antecipa a velhice, que seguindo a cronologia, se estabelece bem mais tarde. Isto acontece, visto que lhes tolhe o significado único que tinham para a existência, decretando assim, um fim de vida. Muitos continuam trabalhando formalmente; outros informalmente, mas sempre buscando ocupar o tempo livre que lhes pesa nas costas, por falta de tarefas da ocupação a que eram acostumados nas etapas anteriores de sua existência.

A identificação com o passado é buscada na preservação dos valores estabelecidos e na subjetivação enraizada na produção e no consumo. O tempo em que não puderam conviver com a família devido à ausência de limite para o tempo do trabalho, poderá ser compensado com o tempo livre da aposentadoria. A esse respeito, é importante lembrarmos o significado da palavra aposento como ambiente de recolhimento desses trabalhadores que a sociedade não prestigia. Se a fábrica é a representação do mundo de trabalho, o lar é o mundo da aposentadoria.

Então, ocupar o tempo é fundamental para que se sintam vivos no sentido de ativos e participativos, na busca por retomar o papel que sempre tiveram e com o qual se identificavam. Nessa tentativa, resta-lhes o tempo da memória, rico em significantes para o presente, como, por exemplo, o corpo juvenil que já tiveram.

Neste aspecto, vimos que a representação do envelhecimento está associada a um corpo que se deteriora e pela consciência de finitude. Mas, acredita-se que o ideal a se perseguir é que isto se constitua um limite e jamais uma limitação. Limites que o “bom envelhecer” deve conhecer, embora tenha dificuldade em aceitá-los. Limites que serão de um corpo biológico que sofre uma involução, mas não daquele outro corpo, veículo e origem de prazer, que sempre pode evoluir na procura da satisfação; este não deverá se restringir a identificar-se com suas limitações e sim incentivado a sentir, a se sensibilizar com a proximidade do outro e a força dos vínculos. Finitude que deverá orientar investimentos adequados, mas não solidão; reflexão e não desespero.

Atualmente, se considerarmos o aumento das expectativas de vida, o tempo de ser velho parece chegar cada vez mais tarde; mas ao passo que até pouco tempo atrás uma pessoa de sessenta anos, por exemplo, se mantinha ativa em múltiplas tarefas comunitárias e familiares, sabendo que viveria mais cinco ou dez anos, hoje, alguém da mesma faixa etária vive mais isolado, tem menos possibilidades vinculares e uma expectativa de viver mais vinte ou trinta anos, pois os avanços tecnológicos da medicina podem prolongar a expectativa de vida do ser humano.

O homem e a mulher de menos de sessenta anos, obrigados a se aposentarem numa sociedade que sempre enalteceu o trabalho e a produção, sentem-se inúteis, acreditam não serem mais necessários. Não têm mais família para cuidar, nem trabalho a realizar, e o tempo do lazer aparece como um tempo vazio

por carecer de função social determinada. Sentem que não servem mais para nada porque assim o determina o valor utilitário do trabalho nesta sociedade. O velho senta-se para ver o tempo passar. A depressão faz-se inevitável. Isto é verdadeiro, porém, insuficiente para se compreender o amplo leque de determinantes para as questões do envelhecimento e suas múltiplas possibilidades de desdobramento. Isto pode ser confirmado nos relatos dos trabalhadores e trabalhadoras que participaram desse estudo, como, por exemplo, indicam a discriminação por parte dos gerentes com relação aos trabalhadores que estão próximos a obterem a aposentadoria legal.

Observamos também, que apesar de um sujeito se manter ativo e socialmente útil até uma idade bem avançada, as limitações impostas pelas perdas funcionais e a consciência da finitude se organizam como um campo hostil para o desenvolvimento daquilo que se refere, à criatividade, participação, autonomia e independência; e é em meio a essas vicissitudes que o sujeito deve continuar o seu crescimento.

Dissemos que a velhice chega de repente, mas isso não acontece sem nada que a motive. Pelo fato de ter vivido muitos anos nos “sabemos” velhos, no espelho podemos “ver” que o somos, mas podemos jamais nos “sentir” velhos se algum acontecimento – que será anunciado pelo outro e que se inscreve no registro das perdas – não vier a construir este marco.

A velhice, então, não tem idade fixa ou conveniente para começar, e cada sujeito inaugura o “tempo de ser velho” quando esse é imposto, e opera com ele de acordo com aquilo que a sua própria história lhe determina. Mas é aqui que reside o cerne da questão: o espelho, a aposentadoria, uma doença ou uma perda podem anunciar a velhice, não a morte, e a vida pode se estender por muito tempo ainda.

A rapidez das transformações provocadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico faz com que o novo logo seja considerado velho, exigindo do homem e da mulher moderna uma disposição ímpar e excelentes condições de funcionamento mental para que seja possível a apropriação dos novos recursos oferecidos. Por outro lado, pode haver um desinteresse no aprendizado de coisas novas ou consideradas desnecessárias, como seria atualmente o uso do computador. O conhecimento em informática avança a tal ritmo e o acúmulo de informação é tanto, que quem vê seu horizonte de futuro reduzido a pouquíssimos anos, talvez pareça não valer mais a pena o esforço necessário.

É diferente, por exemplo, se pensarmos a informática em termos da internet. Observa-se que muitos idosos estão aderindo a seu uso, porque isto lhes possibilita um acesso inesperado a um universo ativo de informações, lazer e cultura, que já não encontravam na passividade exigida pela televisão, e neste aspecto eles se mostram perfeitamente capazes. Neste sentido, é importante salientar que a memória tem um papel preponderante no acesso ao consumo de tais serviços, por isso, é importante que o idoso não trate a própria memória como se fosse um produto descartável da moderna tecnologia. Também é necessário acrescentar que a memória tem o valor da história viva e sua preservação deve ser reivindicada como construtora de identidade social.

É freqüente o fato de muitas pessoas de meia idade quererem resgatar a história familiar, saber de onde vieram os antepassados, como construíram suas vidas. Querem saber sobre uma série de detalhes, que quando jovens pareciam-lhe insignificantes, só que às vezes já não há a quem perguntar. Essa história não oficial, sempre recriada, fala das origens e da identidade.

Neste aspecto, parece-nos necessário destacar que um dos problemas fundamentais para a preservação da memória dos idosos é a inexistência de uma verdadeira demanda social para a manutenção da atividade na velhice. Os velhos deveriam saber que a maioria das estratégias que a eles se destinam não passa de uma tentativa de entretenimento. Uma necessidade de mantê-los ativos para que não se deprimam e adoeçam, quando neles existe grande capacidade de ação e liberdade de pensamento. A sociedade acredita na inutilidade e tenta mascará-la com atividades sem sentido.

A ciência aumentou os anos de vida, mas a sociedade ainda não se organizou para lhe outorgar a qualidade necessária. Não existem projetos sociais ou comunitários que absorvam a crescente população idosa. A transformação necessária não é do domínio nem da responsabilidade da ciência, deverá sim, ser uma ação política empreendida pela sociedade em seu conjunto, mas principalmente pelos próprios interessados. Os idosos deverão ser os protagonistas de sua história, reivindicando os seus direitos de cidadania, de prazer, de reconhecimento social, mas também assumindo a responsabilidade social de serem os agentes modificadores de uma realidade que lhes é imposta como negativa, inaugurando, enfim, um tempo que seja de viver e não de espera passiva da morte.

O trabalho, enquanto elemento socializador totalizante e identitário, sempre estará presente na vida do sujeito, o que muda é a forma como ele é representado e a maneira pela qual essas representações são incorporadas pelo trabalhador, que serão diferentes, conforme forem a apreensão do tempo e a do viver, sendo mais nada do que subjetivar-se. O aposentar-se, nesse caso, encontra justificativa nesse “ar do tempo”, que faz o trabalhador sentir e agir como tal.

Envelhece-se a cada instante, sem dúvida, regra geral para todos. Entretanto, a velocidade do tempo faz-se sentir aumentada tanto para os homens quanto para as mulheres, trabalhadores e trabalhadoras do setor petroquímico, que participaram desse estudo. Assim como para todos os homens e mulheres a quem a sociedade decreta e perpetua o rótulo de velhos e velhas ao se aposentarem.

COMENTÁRIOS FINAIS

Esta parte do trabalho tem como propósito a sistematização dos principais resultados discutidos e analisados nos capítulos anteriores, à luz da literatura norteadora deste estudo, de acordo com os seus objetivos e pressupostos..

A principal motivação deste estudo foi contribuir com os diversos trabalhos de boa qualidade relacionados tanto ao envelhecimento quanto ao trabalho e à aposentadoria. Este propósito foi configurado a partir da identificação do corpo como um elemento fundante da relação do homem com o trabalho. Neste sentido, este objeto de estudo, foi tomado como referencial para identificar as representações sociais do envelhecimento e da aposentadoria, no ponto de vista daqueles que ainda não estão aposentados.

Foi verificado que, apesar das diferentes perspectivas trazidas nas falas dos participantes desta pesquisa, as representações sociais mais evidentes, tanto no grupo de trabalhadores quanto no das trabalhadoras, estão relacionadas ao corpo na sua relação com o trabalho.

Do mesmo modo, as representações destes trabalhadores também indicam a instrumentalidade do corpo para o trabalho que marca a trajetória do sujeito ativo e produtivo, e a sua inutilidade para o trabalho, que se caracteriza pelo processo de aposentadoria.

Identifica-se, também, o estranhamento do trabalhador pelo seu corpo quando este deixa de servir para o trabalho e passa a ser considerado descartável.

No entanto, com relação à *imagem que o trabalhador tem de si mesmo relacionada ao processo de aposentadoria*, os participantes deste estudo apontaram para a imagem de si mesmos como sujeito ativo e produtivo e *socialmente aceito*, que pertence ao mundo do trabalho; este referencial permanece para a sua nova etapa de vida após a aposentadoria.

Conclui-se, então, que há um descompasso entre a ideologia de juventude

que sedimenta as bases da sociedade contemporânea e o prolongamento da vida que é perpretado pelo seu desenvolvimento tecnológico. Neste aspecto pode-se dizer que o envelhecimento ainda não foi apropriado pelo "modus vivendi" desta sociedade, que estabeleceu a etapa da juventude como referência de produtividade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. A Situação da mulher no mercado de trabalho Latino Americano. In: Textos Para Debate Internacional-Cadernos Cut- nº 11-São Paulo, 1998.
- AGIER, Michel. (1987), *Industrialização e Mudanças nas Relações Sociais e Raciais na Bahia*. Trabalho apresentado ao XI Encontro Nacional da ANPOCS, Águas de São Pedro, outubro.
- _____. (1988), *Espaço Urbano, Família e Status Social: Um Percuro nos Espaços de Referência das Famílias do Novo Operariado Baiano, na Cidade do Salvador*. Trabalho apresentado ao seminário Nordeste: O que Há de Novo?, UFRGN/ANPOCS, Natal.
- AMARILHO, Cristina Bacigaluz; CARLOS, Sergio Antonio. *O Executivo-empendedor, sua aposentadoria e o processo de Afastamento do Trabalho*. Textos sobre Envelhecimento (UERJ), Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 61-88, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez: Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- _____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*, Boi tempo editorial. 2002
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARIZA, M; Oliveira de O. *División sexual del trabajo y exclusión social*. Revista Latino-Americana de Estudios del Trabajo, ano 3. n. 5, 1997, pp. 183-202.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. *Sexo e envelhecimento*. In: _____ PEIXOTO, Clarice Ehlers.(org) *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Velhice na contemporaneidade*. In: _____ *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. *Da maturidade à velhice*. In: _____. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Volume 2.
- _____. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERNHOEFT, Renato. *Trabalhar e desfrutar – equilíbrio entre a vida pessoal e profissional*. São Paulo, Nobel, 1991.
- BERTHO, Helena da Silva. *Preparação para aposentadoria – lições de ensinar e aprender fazendo*. Serra. Companhia Siderúrgica de Tubarão, 2006.

- BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BORGES, Livia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. O mundo do trabalho. In: _____ ZANELLI, José Carlos BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. *Contrafogos táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 1998.
- _____. CHAMBOREDON, J. C. e PASSERON, J.C. *A Profissão de Sociólogo*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- _____. *Estrutura, Habitus e Prática*. In: *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, Vozes, 2004.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Distrito Federal; Senado, 1988.
- BRUSCHINI, C - Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995- Paper apresentado no Seminário Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios. GT População e Gênero Nepo/Unicamp, São Paulo, 1998.
- CAMARANO, Ana Amélia. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. In: Freitas et al: *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 2002.
- CASTRO, Nadya Araújo. (1988), "Novo Operariado, Novas Condições de Trabalho e Novos Modos , de Vida nas Fronteiras do Moderno Capitalismo Industrial", ABEP, *Anais do VI Encontro Nacional de -Estudos Populacionais*, Olinda, vol. 3, pp. 437-480.
- DALE, Karen. *Anatomising embodiment and organization theory*. London: Palgrave, 2001.
- DEBERT, Guita G. Gênero e Envelhecimento. *Estudos feministas*: v.2, n. 3, p. 33-51, 1994.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho*, Cortez, São Paulo, 2005.
- DEPS, Vera. Atividade e bem-estar psicológico na maturidade. In: _____ Néri Anita (orgs): *Qualidade de vida e idade madura*. São Paulo: Papirus, 1993.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2001.
- DRUCK, G. Globalização e Restruturação Produtiva: fordismo e/ou japonismo, in: *Revista de Economia Política*, vol.19, n.2 (74), abril-junho/1999. SDP, Editora 34.

DRUMOND DE ANDRADE, Carlos. *A vida passada a limpo*, Rio de Janeiro, Record, 1994.

_____. *Antologia Poética*, Rio de Janeiro, Record, 1996.

_____. *Claro enigma*, Rio de Janeiro, Record, 1991.

_____. *Corpo*, Rio de Janeiro, Record, 1984.

DURKHEIM, Émile *As regras do método sociológico*. São Paulo, Ed. Nacional, 1966.

_____. *A divisão do trabalho social*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, Vol.1

_____. E Mauss, m. 1978. "Algumas formas primitivas de classificação". In José Rodrigues (org.), Durkheim. São Paulo: Ática.

_____. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Trad. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. 2 v.

_____. *A Sociedade de Corte*. Trad. Lisboa: Estampa, 1987.

_____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. *Textos Didáticos*, IFCH/UNICAMP, São Paulo, n. 1, v. 13, mar. 1994.

FEATHERSTONE, Mike; HEPWORTH, Mike. *Ageing and old age: reflections on the postmodern life course*. In: BYTHLEMY, B. et al. (Orgs.). *Becoming and being old: sociological approach to later life*. London: Sage, 1989.

FORACCHI, Marialice M. O conflito de gerações. In: _____ *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANÇA, Lúcia. *Preparação para aposentadoria: desafios a enfrentar*. In _____ VERAS, Renato (orgs): *Terceira idade - alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: UERJ, UNATI, 1999, pp11-141.

FREUD, S. Volume III, A sexualidade na etiologia das neuroses, Obras completas, Rio de Janeiro: Imago editora, 1976.

_____. *Três ensaios para uma teoria sexual*, 1905.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária, 2000.

FRIAS, Sandra Rabello. Aposentadoria, tempo livre, lazer e a descoberta do trabalho voluntário. In: _____ VERAS, Renato (orgs). *Terceira Idade alternativa para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UERJ, UNATI, 1999. pp. 183-189. Disponível em: http://www.sapientia.puesp.br/tde_buscade_arquivo.php?codarquivo=32.

GIDDENS, A. 1998. *Política, Sociologia e Teoria Social*. São Paulo: UNESP (caps. 3 "A Sociologia Política de Durkheim" e 4 "Durkheim e a questão do individualismo").

GOFFMAN, E. *Interaccional Ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Anchor Books, 1974.

GONZÁLEZ REY, Fernando. *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*; Câmara Brasileira do Livro, São Paulo, 2005.

_____. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. e CASTRO, N. A. (1988), “Espaços Regionais de Construção da Identidade: A Classe Trabalhadora no Brasil Pós-77”, *Ciências Sociais Hoje: 1988*, ANPOCS, Vértice, São Paulo, pp. 13-49.

_____. (1989), “Classes, Regimes Fabris e Mudança Social no Nordeste”. *Cadernos CRH*, nº 12, Salvador.

HARVEY, D. - *Condição Pós-Moderna*. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

HERTZ, R. A. A preeminência da mão direita: um estudo sobre as polaridades religiosas. *Revista Religião e Sociedade*, v. 6, 1980, p. 99-128.

HIRATA, Helena. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero*. Revista Latino-americana de estudos del trabajo, ano 4, n. 7, 1998. pp. 5-27

_____. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. A Divisão do Trabalho Revisitada. In _____ HIRATA, H. e MARUANI, Margareth (orgs). *As Novas Fronteiras da Desigualdade entre Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. SENAC. 2003, PP. 111 – 123.

JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001, p.17-44.

Lacan, J. (1998a). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos* (pp.96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Texto original publicado em 1966).

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*; Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In CHAMPAGNE, Patrick. LENOIR, Remi e MERLLIE, Dominique. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, Vozes, 1998.

LUKES, Steven. Bases para a interpretação de Durkheim_____. In COHN, Gabriel (org) *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro – São Paulo, LTC, sd.

MARQUES, Rosa Maria; BATICH, Mariana; MENDES, Áquila. Previdência social brasileira: um balanço da reforma. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 17, n. 1, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392003000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 Set 2006. doi: 10.1590/S0102-88392003000100011.

MARQUES, R.; MÉDICI, A. A previdência social em debate. *Boletim de Conjuntura Política Social*, São Paulo, Fundap, n.15, nov./dez. 1994.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1. t.1.

MAUSS, M. As técnicas corporais. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU-EDUSP, 1974.v2.

MEIRELLES, Cecília. Flor de poemas, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MELO, Gilberto. Fafen, uma fábrica de vida. Salvador:UmPontodois studios e produções, 2003.

MELO, Gilberto. Fafen, uma fábrica de vida. Salvador:UmPontodois studios e produções, 2003.

MICELI, Sergio. Introdução: A Força do Sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia da trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. VII – LXI.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Anuário estatístico da previdência social, 2004, Brasília, DF: MPAS, 2005.

MOTTA, Alda Brito da. Envelhecimento e sentimento do corpo. In: _____
MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR., Carlos (Org.) *Antropologia saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz Editora, 2002.

_____. Nem velhinhas nem velhotas – apenas mulheres, envelhecendo. Bahia – análise e dados, v.7, n.2, p. 23-29, 1997

_____. Palavras e convivência: Idosos hoje. Revista Estudos Feministas, V. ano 5, n.1, p. 129-139, 1997.

_____. Teorias das gerações na perspectiva de gênero.

In _____ CRUZ, Maria Helena. ALVES, Adelina C de Faria. (orgs) Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos, multiplicidade de questões feministas. REDOR; NEPIMG; Centro de Ciências Sociais Aplicadas/UFSe, 2005.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*, Vozes, Petrópolis, 2005.

NERI, Anita Liberalesco (org). Psicologia do envelhecimento: uma área emergente. In: _____ *Psicologia do envelhecimento*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

NOBRE, Mirian. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In _____: COSTA, Ana Alice, at all.(orgs) Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. (1987), *O Elo Perdido - Classe e Identidade de Classe*. São Paulo, Brasiliense.

PEIXOTO, Ehlers Clarice (org). Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: _____ *Família e envelhecimento*, FGV, RJ, 2004.

PEREIRA DE SÁ, Celso. *Núcleo Central das Representações Sociais*, Edt. Vozes, Petrópolis, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SANTOS, João Bosco F. dos. A construção de uma sociedade de desempregados. In: _____ *O avesso da maldição do gênese: a saga de quem não tem trabalho*. Annablume, São Paulo/Fortaleza, 2000.

SANTOS, Vanda Martins dos. A representação social da aposentadoria: Um estudo do programa preparatório para a aposentadoria em uma organização petroquímica / Vanda Martins dos Santos. – 2006. 98f. Monografia (Pós-Graduação) - Universidade Salvador – UNIFACS. Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho.

SCOTT, Joan W; TILLY, Louise. Women, work and family. Metuen Inc., N.Y, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16 (2):5-22, Jul./dez., 1990.

SENNETT, R. A corrosão do caráter – impactos pessoais no capitalismo contemporâneo. Editora Record, São Paulo, 1999.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Trad. Sérgio Marques dos Reis. In _____VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SIMÕES, Júlio Assis. Solidariedade intergeracional e reforma da previdência. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 169-181, 1996.

_____. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: _____ *Família e envelhecimento*, FGV, RJ, 2004.

Simmel, George 1981 (1908) “Essai sur la sociologie des sens” in Idem *Sociologie et Épistémologie*, P.U.F. (traduzido do alemão por L. Gasperini), pp. 223-238.

SIMMEL, Georg. *Sociologie et épistémologie*. Paris: PUF, 1981.

STUCHI, Débora. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: Juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In _____ BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org) *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

THERBORN, Goran. O casamento e as mutações da ordem homossexual. In: _____ *Sexo e poder: A família no mundo, 1900- 2000*. Tradução: BILAC,D. Elisabete. São Paulo: Contexto, 2006.

VELOZ, M.C. T; NASCIMENTO-SCHULZE, C.M; & CAMARGO, B.V.(1999) Representações sociais do envelhecimento. *Psicologia: reflexão e crítica*, v.12, n.2, p. 479-501.

WEBER, Max. "Conceitos sociológicos fundamentais". *Economia e Sociedade*. Brasília, Editora UNB, 1991, Vol.1, (pgs. 03 a 35).

WEBER, Max *Metodologia das Ciências Sociais. M. Weber* - Campinas, Ed. Cortez/Unicamp, 1992, Vol.1 ("A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política"; "Roscher e Knies e os problemas lógicos da economia política histórica"; "Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura")

WEBER, Max *Metodologia das Ciências Sociais. M. Weber* - Campinas, Ed. Cortez/Unicamp, 1992, Vol.2 ("Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva").

_____. "A ética protestante e o espírito do capitalismo". 11 ed, São Paulo: Pioneira, 1999.

----- A Psicologia Social das Religiões Mundiais. Em Gerth e Mills (orgs) Max Weber, Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

----- *Conceitos básicos de sociologia* – São Paulo, Ed. Moraes, 1987.

----- - "Os tipos de dominação". *Economia e Sociedade*, Brasília, Editora UNB, 1991, Vol.1.

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista semi-estruturada

1 VARIÁVEIS SÓCIODEMOGRÁFICAS

Sexo: () Feminino () Masculino
Estado civil: () casado (a) () Solteiro (a) () Viúvo (a) () Divorciado (a)
Idade: _____ Escolaridade _____
Função/cargo que ocupa na empresa _____
Tempo em que trabalha na empresa _____
Bairro onde mora _____
Filhos : () Sim () Não Quantos _____ Idade (s) _____
Faixa Salarial: () até 5 salários mínimos () 6 a 12 salários mínimos () 13 a 25 salários mínimos () Acima de 25 salários mínimos.

2 QUESTÕES SOBRE O TRABALHO

- 2.1 Há quanto tempo trabalha?
- 2.2 Quais as atividades desenvolvidas ao longo da trajetória do trabalho?
- 2.3 Qual a importância do grupo de trabalho?
- 2.4 Qual o papel da organização/empresa na vida do trabalhador?

3 QUESTÕES SOBRE A SAÚDE E ENVELHECIMENTO

- 3.1 Em sua opinião, o que significa a palavra saúde?
- 3.2 Há alguma relação entre saúde e trabalho?
- 3.3 O corpo é importante no ambiente de trabalho?
- 3.4 Qual o significado do envelhecimento na vida do trabalhador?
- 3.5 Existe alguma relação entre beleza e envelhecimento?

4 QUESTÕES SOBRE A APOSENTADORIA

- 4.1 É importante se preparar para a aposentadoria?
- 4.2 O que gostaria de fazer quando se aposentar?
- 4.3 Em sua opinião, o que significa lazer?
- 4.4 O que o Sr/Sra. Diria para alguém que estivesse se aposentando hoje?